



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Mônica da Costa Oliveira

“ELA NÃO ERA UMA SANTA” E “ELES ESTAVAM DESBARATINADOS”: as narrativas dos conflitos socioambientais da Amazônia reveladas no tribunal do júri.

BELÉM- PA

2025

Mônica da Costa Oliveira

“ELA NÃO ERA UMA SANTA” E “ELES ESTAVAM DESBARATINADOS”: as narrativas dos conflitos socioambientais da Amazônia reveladas no tribunal do júri.

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, com concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Ações Públicas e Coletivas, Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro.

BELÉM- PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

O48e Oliveira, Mônica da Costa.
Ela não era uma santa e eles estavam desbaratinados :
as narrativas dos conflitos socioambientais da Amazônia
reveladas no tribunal do júri. / Mônica da Costa Oliveira. —
2025.

114 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2025.

1. Dorothy Stang. 2. Conflito socioambiental -
Amazônia (Anapu). 3. Tribunal do júri. 4. Antropologia
jurídica. I. Título.

CDD 301

MÔNICA DA COSTA OLIVEIRA

“ELA NÃO ERA UMA SANTA” E “ELES ESTAVAM DESBARATINADOS”: as narrativas dos conflitos socioambientais da Amazônia reveladas no tribunal do júri.

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, com concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Potiara Ramos de Castro

Data de aprovação: 24/09/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. CARLOS POTIARA RAMOS DE CASTRO- Orientador PPGSA/UFPA
Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. VOYNER RAVENA- Examinadora PPGSA/UFPA
Membro Interno

Prof. Dra. PATRÍCIA SANTOS- Examinadora PPGSA/UFPA
Membro Interno

Profa. Dra. MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS- Examinadora
PPGD/UFRJ
Membro Externo

Para tio Dário, vovó, e todo o povo
“teimoso” que resiste em Anapu.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, por me mostrar a Antropologia como essa área que rende tantas angústias importantes durante a construção do pensamento e da pesquisa, conhecer os demais pesquisadores e seus estudos durante esses últimos anos foi encantador, as relações estabelecidas com seus respectivos campos e todas as imbricações compartilhadas em sala de aula me lembravam toda semana que a academia é um grande desafio, mas também é apaixonante. Realmente, “etnografia não é método”.

À CAPES pela bolsa concedida, à coordenação do curso que tanto colaborou para o êxito na liberação do recurso PROAP que possibilitou minhas idas à campo. Percorrer a transamazônica já é uma tarefa difícil, sem os auxílios eu não teria como fazer com recursos próprios e provavelmente teria de abrir mão desse tema e campo que tanto me seduziram, como costumamos dizer “a UFPA é uma mãe”. Ao meu orientador Carlos Potiara Ramos de Castro, pela constante humanidade no trato, liberdade, paciência, confiança, e claro, pela sugestão desse tema.

Às minhas amigas e amigos pesquisadores que ouviram e leram minhas inquietações. Especialmente às amigas do PPGSA, brilhantes e sensíveis antropólogas Karina Pimenta e Rafaela Barbosa, e a outra metade do meu cérebro durante esses últimos semestres, minha dupla de artigo, de boi caprichoso, disciplinas, e horas infinitas de pensamentos sobre conflitos rurais, Érica Oliveira, sem a qual a qualidade desta pesquisa estaria bastante comprometida. Ao meu grupo de estudo e companhia ao longo da reta final dessa dissertação, José Matheus Valente e Manuella Oliveira. Aos Pesquisadores que conheci em campo Deise Oliveira, Ingridy Ferreira, e José Marcelo Ferreira, que facilitaram meu acesso às freiras e tornaram a desafiadora romaria da floresta algo leve, além de abrirem suas percepções quanto aos detalhes e as delicadezas presentes nas relações em Anapu.

Para todos os religiosos que entregaram suas vidas e aos que ainda dedicam grande parte dela lutando pela redução das desigualdades existentes nesse país. Estes que ousam desejar conquistas de direitos para os povos originários da Amazônia, para os trabalhadores pobres e marginalizados, e que não deixaram de oferecer abrigo para que esses povos pudessem se organizar, ainda que isso lhes custasse a integridade física ou a vida.

Às gigantescas irmãs de Namur, em especial irmã Jane Dwyer e Luciany Diniz pela confiança, carinho e pelo trabalho que vocês realizam, conhecer vocês foi como acender mil velas dentro do meu coração. Para os trabalhadores rurais de Anapu, especialmente às mulheres, multitalentosas, habilidosas e corajosas, que seguem enfrentando toda sorte de violência em busca de terra para trabalhar.

Sempre à professora Mariana Trotta Dallalana Quintans, repito, tudo segue comigo. Ao tio Dário e todas as perguntas que desejei lhe fazer, especialmente no segundo capítulo dessa dissertação, temos muito assunto para pôr em dia. À minha mãe e minha avó, estamos chegando lá, ainda que eu não seja muito bem onde é “lá”, estamos juntas.

Às minhas amigas, todas elas, e as crianças, gatos e cachorros que nos cercam. Ao Marcos que celebra mais do que eu todas as minhas vitórias, e é meu companheiro de bordo em um frágil casco sobre o qual enfrentamos os muitos mistérios de rio.

À Dorothy Stang, para quem acendi muitas velas pedindo ajuda, enquanto ouvia Milton Nascimento e Nana Caymmi cantando “sentinela” repetidamente e tentava achar os caminhos dessa pesquisa.

“Longe, longe, ouço essa voz que o tempo não vai levar. Morte, vela, sentinela sou do corpo desse meu irmão que já se vai, revejo nessa hora tudo que ocorreu, memória não morrerá. Vulto negro em meu rumo vem mostrar a sua dor plantada nesse chão, seu rosto brilha em reza, brilha em faca e flor, histórias vem me contar. Longe, longe, ouço essa voz que o tempo não vai levar” (Sentinela, 1968)

RESUMO

Esta pesquisa analisa disputas simbólicas e significados que atravessam os conflitos socioambientais de Anapu, no Pará, com ênfase nos casos de Dorothy Stang e Geraldo Magela, crimes julgados no Tribunal do Júri, esse ritual teatralizado no qual personagens e dramas são criados a fim de convencer os jurados em um jogo de persuasão. A dissertação foi construída por meio da articulação entre trabalho de campo, análise documental, revisão teórica e de uma etnografia do conflito socioambiental, a fim de investigar como narrativas antagônicas sobre esses atores e seus legados são produzidos e disputados em arenas públicas e jurídicas. Para isso, foram realizadas entrevista com agricultores, religiosas, advogados, além da observação de eventos e entrevistas públicas, para investigar o papel do gênero, da teologia da libertação e da criminalização da luta por reforma agrária dentro dessas narrativas sobre o que acontece em Anapu. O trabalho demonstra que nos casos abordados o júri popular se configura como um espaço em que o histórico de conflitos socioambientais dessa região vem à tona e representações sobre movimentos sociais de luta pela terra, violência, e direitos humanos se tensionam. Por fim, esta pesquisa conclui que a disputa sobre quem são as vítimas e quem tutela a violência em Anapu segue ativa, posto que reflete a continuidade do conflito socioambiental e das desigualdades fundiárias na Amazônia paraense.

Palavras-chave: antropologia jurídica; Dorothy Stang, conflito socioambiental; tribunal do júri.

ABSTRACT

This research analyzes symbolic disputes and meanings that permeate the socio-environmental conflicts of Anapu, Pará, with an emphasis on the cases of Dorothy Stang and Geraldo Magela, crimes tried in the Jury Court, a theatrical ritual in which characters and dramas are created to convince jurors in a game of persuasion. The dissertation was constructed through a combination of fieldwork, documentary analysis, theoretical review, and ethnography of socio-environmental conflict, investigating how antagonistic narratives about these actors and their legacies are produced and disputed in public and legal arenas. To this end, interviews were conducted with farmers, religious leaders, and lawyers, in addition to observation of events and public interviews, to investigate the role of gender, liberation theology, and the criminalization of the struggle for agrarian reform within these narratives about what is happening in Anapu. The study demonstrates that in interactive cases, the jury trial serves as a space where the region's history of socio-environmental conflicts comes to light, and representations of social movements fighting for land, violence, and human rights are tense. Finally, this research concludes that the dispute over who are the victims and who is responsible for the violence in Anapu remains active, reflecting the ongoing socio-environmental conflict and land inequalities in the Amazon region of Pará.

Keywords: legal anthropology; Dorothy Stang, socio-environmental conflict; jury court.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rodoviária, Igreja e Centro de Formação São Rafael	43
Figura 2 – Post do Clube de Tiros de Anapu.....	51
Figura 3 – Linha do tempo12.02.2005.....	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Centro de Formação São Rafael.....	44
Fotografia 2 – Freiras Julia Depweg, Josineide Silva e Luciany Diniz comemoram o fim do julgamento dos assassinos de Dorothy	45
Fotografia 3 – A freira Luciany Diniz durante sua entrevista para o documentarista Gilberto Mendonça em 2024	46
Fotografia 4 – Prefeitura Municipal de Anapu	49
Fotografia 5 - Cruz com os nomes das vítimas decorrentes de conflitos socioambientais em Anapu nos últimos anos.....	89
Fotografia 6 – Túmulo de Dorothy no Centro de Formação São Rafael	96
Fotografia 7 – Corpo de Adalberto Xavier no IML	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – As 12 regiões de Integração do Estado do Pará	40
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orientação política dos vereadores de Anapu desde a fundação.....56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Histórico de Prefeitos do Município de Anapu (PA) – 2001 a 2028.....55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
CACs	Colecionador, Atirador desportivo e Caçador
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNAL	Conselho Nacional da Amazônia Legal
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CONTRAF	
..	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
DECA	Delegacia de Conflitos Agrários de Altamira
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
IBÁ	Industria Brasileira de Árvores
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIN	Programa de Inrgração Nacional
PP	Partido Progressistas
PRD	Partido Renovação Democrática
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
TdL	Teologia da Libertação
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Dorothy continua revelando o conflito	16
Metodologia	21
Referencial teórico	24
Inserção no campo	26
1 CAPÍTULO: ENTRE ESTRADAS VERMELHAS, ENORMES CLAREIRAS E CAMINHÕES QUE CARREGAM A FLORESTA	34
1.1 De Belém a anapu, no rastro da exploração	34
1.2 Anapu e o conservadorismo	43
1.3 Feridas coloniais	60
2 CAPÍTULO: DOROTHY E AS IRMÃS DE NAMUR, MULHERES CONFLITUOSAS FRENTE AO CONSERVADORISMO	68
2.1 O sequestro da religiosidade como elemento de desumanização	68
2.2 “Ela não era uma santa” – Dorothy e as tramas de luta pela terra	74
3 CAPÍTULO - QUANDO A LETALIDADE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA VAI A JÚRI POPULAR	88
3.1 Anapu e as violências que não cessam	88
3.2 12 de fevereiro de 2005: dois corpos em anapu	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

DOROTHY CONTINUA REVELANDO O CONFLITO

Sob a perspectiva de autores brasileiros mais clássicos como Gilberto Freyre (2006) o Brasil se formou uma sociedade agrária na estrutura e escravocrata na técnica de exploração econômica, tal formação seguiria influenciando o Brasil do século XXI, e determinando, inclusive, a limitação do acesso à terra por pessoas negras e pobres. Essa relação entre a riqueza e a propriedade é tão estreita que ao longo do processo da história brasileira o poder sobre a terra foi, e continua sendo, o que determina a titulação do poder econômico. Nas diversas fases do capitalismo, seja mercantil, industrial ou financeiro, a terra se manteve enquanto meio de produção fundamental, o que a garantiu como pauta importante para a burguesia (Ribeiro, 2020). Essa relação entre a riqueza e a propriedade da terra é estreita e contou com a leniência do Estado para que a manutenção desse poder sobre a terra se mantivesse restrito, perpetuando relações de mando e poder.

Explorada a partir de uma perspectiva de economia de fronteira, a Amazônia, assim como o resto da América Latina têm o uso da terra e de seus recursos naturais percebidos como infinitos (Becker, 2005). Impulsionado pelos governos militares, junto ao processo de ocupação da Amazônia ocorreu também o aumento da violência no campo, sobre esse período discorre Violeta Loureiro (2019, p.161)

A elite nacional funcionou, nos anos 70, como um forte grupo de pressão sobre a região. Atendendo aos interesses do capital nacional e internacional e respaldado nos setores militares e na tecnoburocracia o Estado foi responsável por uma ampla e profunda reorganização da estrutura, das relações sociais e da nova ordem econômica que acabou prevalecendo sobre a anterior. Sua ação se fez, prevalentemente, sobre os instrumentos da ordem jurídica e institucional em geral.

Contudo, apesar da atuação do Estado em favor da exploração da Amazônia ao capital estrangeiro e dentro do próprio país, há na região um outro fato, conforme aponta Becker (2005), em paralelo à chegada dos grandes projetos, explosão demográfica, crescimento da grilagem de terra, avanço do garimpo, e expansão do narcotráfico. Há a resistência articulada por atores que se opõem à apropriação indiscriminada dos recursos da região, e lutam por seus direitos, Dorothy Mae Stang estava entre esses atores, que incidem na região amazônica articulando os despossuídos na luta por direitos.

Esse contexto de ocupação do território resultou em um alto índice de conflitos pela terra na Amazônia. Tais problemas se arrastam e se tornam ainda mais complexos ao longo das décadas, as pessoas que resistem são submetidas a múltiplas formas de violências, utilizadas pelas elites agrárias como método de dominação e controle. A realidade agrária torna-se cenário que José Vicente Tavares Santos (1993) denominou de dilaceramento da construção social da cidadania concreta. Essas violências contra o campesinato, segundo Tavares dos Santos (1993) revelam um Estado em crise que atua com seu aparato repressivo em desfavor das resistências locais, e serve uma ineficácia condenatória por parte do Poder Judiciário a favor das elites.

O projeto de integração da Amazônia promovida pelo governo brasileiro durante a ditadura empresarial-militar, envolvia a migração de pessoas, mas também grandes projetos e a abertura de rodovias, essas rodovias passaram a ter suas margens ocupadas, e a pequena produção familiar se tornou uma prática na região. Todavia, outros atores também passam a disputar esses territórios, como elucida Castro, *et al* (2004, p.6)

No entanto, a modalidade padrão de apropriação da terra logo seria definida pela presença de novos atores que se sucedem, que seriam os fazendeiros capitalizados, os grandes empreendimentos minerais, os projetos de energia, da madeira, que se contrapõem pela própria lógica de funcionamento, à lógica da pequena produção. Entre esses projetos do Programa de Integração Nacional, foi anunciada, pelo presidente Médici, em 1970, a abertura da BR- 230. Popularmente conhecida como transamazônica, a estrada com um traçado transversal ligaria a região Norte ao Nordeste.

A intenção era resolver duas problemáticas de uma vez só, por um lado, a estrada representaria uma alternativa aos problemas sociais causados pelas secas sazonais que assolavam os nordestinos; por outro lado, trataria de uma resposta à pouca densidade demográfica da Região Amazônica, cuja necessidade de integração era entendida pelo regime como uma questão de segurança nacional e de desenvolvimento econômico. (Menezes, 2004, p.6).

Anapu, localizada no sudoeste paraense, pertence à região de Altamira, e é fruto dessa política militar de integração da Amazônia brasileira, grande parte da sua ocupação se deu de forma desordenada. Mesmo que o Governo houvesse planejado

a ocupação das proximidades das rodovias, o INCRA apresentou limitações em lidar com os desafios dessa colonização, segundo Castro (2013, p.59) em decorrência da falta de capacidade logística e operacional do Órgão em monitorar e subsidiar o intenso fluxo de migração, pois além das famílias subsidiadas pelo governo para ocupar a região, outras famílias passaram a migrar de forma autônoma.

Tais limitações do INCRA somadas ao aumento desenfreado da grilagem, e a má vontade política em solucionar os problemas que envolvem regularização fundiária e reforma agrária ao longo dos anos geraram contradições que se intensificaram e culminaram nos conflitos existentes na região. A partir do que diz Amorim (2020, p. 226) o território então, é pensado não por si mesmo, mas a partir de seu uso, onde são manifestadas as ações contraditórias, sobremaneira com a intensificação do grande capital. Esse uso dos recursos em Anapu pode ser encarada de forma dicotômica por alguns autores

No campo de Anapu, instituem-se pelo menos dois grupos sociais antagônicos que buscam o uso dos recursos paisagísticos que o território possui, um que busca explorar desordenadamente a floresta, sobretudo para exploração madeireira e formação de pastagem, ou pra manter imensas áreas na forma de reserva de valor, e outro grupo que busca fazer uso dos recursos de modo a garantir o necessário à sobrevivência, buscando viver de forma a manter atividades produtivas de baixo impacto (Amorim, 2020, p. 225).

Foi diante desse cenário de ditadura militar, perseguições políticas, tensões, conflitos, teologia da libertação e ameaças de morte que Dorothy Stang chegou à Amazônia pedindo ao Bispo do Xingu, D. Erwin Krautler para trabalhar entre “os pobres mais pobres”. No entanto, a história de Dorothy Mae Stang na Amazônia segue em disputa atualmente. A narrativa sobre a sua incidência no território amazônico, especificamente em Anapu, é narrada com abordagens diferentes entre aqueles que a viam como uma necessária liderança atuante na defesa pelos trabalhadores pobres, e pelos que a viam como uma criminosa promotora de conflitos na região. As narrativas documentadas sobre a vida de Dorothy ao longo de reportagens, processos e produções acadêmicas, foram reproduzidas nas falas realizadas dentro e fora do tribunal do júri tanto no caso de assassinato da freira, quanto na acusação de Geraldo Magela.

Partindo da noção de Schritzmeyer (2001) de que o Tribunal do Júri é um ritual teatralizado que possui um caráter lúdico próprio de jogos, no qual personagens e dramas são criados a fim de convencer os jurados em um jogo de persuasão, essa

pesquisa também analisa as narrativas conduzidas no tribunal do júri dos crimes ocorridos em Anapu, como uma instância reveladora das narrativas que perpassam os conflitos socioambientais em Anapu e refletem as dinâmicas do campo rural da Amazônia. No decorrer desta pesquisa foram analisadas falas de advogados dos júris, e materiais como o livro da socióloga Nezilda Campos (2019) que denotam como Dorothy Stang frustrou quem esperava encontrar nela um corpo docilizado.

A sua dita “teimosia” enquanto militante de direitos humanos, a maneira assertiva como a freira comunicava suas pautas, seu papel de liderança, seu alto nível de compromisso com a reforma agrária e proteção do meio ambiente, além do seu gênero (Lisboa, 2021), foram fatores que inseridos na região da transamazônica a tornaram um grande incômodo para os segmentos do agronegócio da região, acirrando uma disputa de décadas naquele território. Não só os motivos que levaram à morte de Dorothy, mas os demais elementos que envolvem os conflitos socioambientais presentes no sudoeste paraense seguem em disputa, por isto essa pesquisa se faz necessária.

Diferente de outros casos de assassinato de ativistas ambientais no estado do Pará, o caso de Dorothy não envolve agentes estatais atuando de forma direta no assassinato da freira, como no massacre de Eldorado dos Carajás. Todavia, o desfecho da perseguição promovida contra outras lideranças próximas à Dorothy Stang, como o técnico agrícola Geraldo Magela Filho, além de promover uma prisão e do processo repleto de arbitrariedade contra o padre Amaro, revela-se um posicionamento da Polícia Civil de Anapu, que levou Geraldo Magela Filho a viver na clandestinidade ao longo de 17 anos, e o padre a ser afastado da paróquia e lidar com o cárcere a partir de acusações comprovadamente falsas.

No emblemático primeiro julgamento de Vitalmiro de Bastos Moura, o Bida, um dos fazendeiros acusados de mandar matar Dorothy, e no júri de Geraldo Magela Filho foram apresentados no júri entre defesa e acusação narrativas sobre a Amazônia que se opõem, mas que também se aproximam, e que não podem ser lidas sem levar em consideração o cenário regional e a formação dos conflitos naquele território.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, enquanto analisei as origens dos que está por trás das narrativas criadas pela defesa e acusação, dentro de uma percepção da antropologia interpretativa, a partir do que propõe Geertz, na busca pelo que é dito no discurso social formulado pelos juristas, percebi que estes procuram

mobilizar emoções a partir de um local comum que são as marcas da colonização da Amazônia. Com isso os juristas buscam estabelecer um vocabulário de sentimentos próprios, utilizados como ponto de partida para estruturar visões divergentes acerca dos conflitos socioambientais, especificamente este que encerrou a vida de Dorothy.

Diante desse contexto é possível elaborar a seguinte pergunta de pesquisa:

De que maneira as narrativas produzidas em torno da vida e da morte de Dorothy Stang revelam as formas de resistência e dominação nos conflitos socioambientais na Amazônia, particularmente em Anapu?

Tendo como objetivos

Geral

Essa pesquisa busca interpretar as estratégias de construção de narrativas utilizadas pelos juristas no caso Dorothy Stang e Geraldo Magela, e como estes estabelecem diferentes significados sobre as consequências da colonização e ocupação da Amazônia, uma orientada pelo direito a terra e vida, e outra pela truculência e violência econômica.

Específicos

1. Identificar como a ocupação da Amazônia moldou as bases territoriais e simbólicas da violência fundiária em Anapu, e que papel o Estado desempenhou nesses conflitos
2. Analisar como a trajetória de Dorothy Stang é construída e disputada pelos lados opostos do conflito socioambiental de Anapu
3. Interpretar como o Tribunal do Júri opera como espaço de disputa simbólica nos conflitos fundiários, com ênfase nos casos de Dorothy Stang e Geraldo Magela.

METODOLOGIA

No primeiro julgamento do caso Dorothy Stang, famoso pelo alcance de seus registros, disponíveis até os dias atuais na Internet, e no documentário “Mataram irmã Dorothy” (2008), além de alguns registros do processo, é possível identificar disputas acerca do papel que se espera de um religioso e da Igreja Católica, do papel dos Direitos Humanos na sociedade, da função da propriedade, do papel dos movimentos sociais, e concepções acerca da Amazônia enquanto território, questões ligadas diretamente a colonização e ocupação do seu território. Tais aspectos complexos e que dizem respeito ao território amazônico também atravessam o julgamento do técnico agrícola Geraldo Magela.

Segundo o pensamento de Schritzmeyer (2001) o júri é um espaço social privilegiado de produção de significações coletivas, e que requer mais do que uma argumentação estritamente técnica das partes, uma vez que os jurados não são especialistas na área. Portanto, os juristas precisam construir argumentos ricos, que liguem jargões técnicos do Direito a imagens de uma sociologia selvagem e um vocabulário de sentimento (Schritzmeyer, 2001, p.190). A partir dessa compreensão, parece oportuno o questionamento sobre quais seriam as imagens criadas por essa sociologia selvagem, vocabulários de sentimentos e jargões jurídicos levantados durante os júris de homicídios de ativistas de direitos humanos na Amazônia, o material trabalhado até agora mostram que mesmo que a defesa e a acusação partam de um ponto comum, que é a Amazônia enquanto colônia, os caminhos construídos a partir dessas análises levam a locais diferentes, especificamente a perspectiva colocada pelos advogados com teses construídas cheias de contradições oriundas da tentativa de imprimir conflitos socioambientais como tensões entre grupos com forças equiparáveis.

Há que se levar em consideração que o caso Dorothy reflete uma realidade de conflitos agroambientais agravados pela política de ocupação do território durante a ditadura militar, e que a omissão do poder público ao longo das décadas resultou em contornos cada vez mais violentos à essas disputas, não se tratando um caso isolado de violência. Por isso seu julgamento é atravessado por comparações com outros casos emblemáticos de homicídios decorrentes de conflitos socioambientais, como na fala no júri realizado em 14 de maio de 2007, em que o advogado de defesa

questiona o papel das organizações de luta por Direitos Humanos e a sua incidência nesses tipos de caso

“O PDS, excelências, pode ter sido um projeto implantado pelo Governo do Sociólogo sorridente¹ que buscou interferir no julgamento de Eldorado dos Carajás, e não vi o Direitos Humanos aqui virem reclamar de nada com relação ao Sargento Getúlio, que no início daquele fato foi alvo de uma pedrada no olho, quedou-se, inerte, e respondeu por 19 homicídios, não vi, excelências”. (Ércio Quaresma Firpe, 2018)

Logo, se o júri, segundo o pensamento de Schritzmeyer (2001, p.120) tem o poder de determinar a legitimidade ou a ilegitimidade de um homicídio, nesse caso há uma soma de fatores, e arcabouço histórico que atribuem ao Tribunal do júri uma forte expectativa da realização de um sentimento de justiça. Acrescido a essa complexidade também afirma Schritzmeyer (2001) que o que está em julgamento não são só os réus, moldados pelos discursos dos promotores e defensores estão todos os valores que a história do caso nos permite pensar, como fidelidade conjugal, amor filial, lealdade entre amigos, honra no pagamento, e nesse caso o direito à propriedade.

No caso de Dorothy vários elementos saltam aos olhos, pois estão explícitos no discurso dos advogados de defesa, questões como o que se espera de uma mulher religiosa, xenofobia, as complexidades do território amazônico, o direito à propriedade, a Igreja Católica, a teologia da libertação, além do papel das instituições, como na seguinte fala da defesa

Se ela tivesse ficado lá na terra dela, segurando a coleira do Pit Bush, pra ele não sair por aí matando e mordendo todo mundo, ela tinha feito bem melhor negócio do que vir pra cá, mas ela escolheu vir porque ela já tinha aquela tendência de violência, na América do Norte o cara aprende a atirar com 12, 13 anos de idade, é público, tem uns clubes de tiro ao alvo, cidadão vai e aprende a atirar lá, e aprende a matar, e vamos pro dito popular: Quem treina um dia joga. Só que é daquele tipo que até para morrer atrapalha o resto dos vivos. Ela veio para cá primeiramente... Eu disse para o Bida que eu queria que tivesse vindo o irmão dela como testemunha, mas aí que “ah tem que ter tradutor tudo mais”, porque para saber desde o nascedouro qual foi a tendência dela. Há muito que ela já vagava aqui pelo Brasil fazendo essas arrumações dela (...). (Ércio Quaresma Firpe, 2018)

Todos esses elementos como questões que não apenas estavam presentes no julgamento, mas que se perpetuam nas falas dos advogados atualmente ao falar publicamente sobre o caso, como responde um dos advogados do caso, quando lhe perguntei sobre o julgamento.

¹ O advogado aqui refere-se ao Presidente à época da chacina de Eldorado dos Carajás, Fernando Henrique Cardoso

Até hoje a presidente da OAB da época não fala comigo, que eu falei “Nós temos a imprensa contra nós, o Ministério Público, com muito prazer, e a OAB também” e aí então ela se aborreceu comigo e até hoje não fala comigo, tudo bem, parabéns. Mas aí eu fui mostrar os processos que a irmã Dorothy tinha. Fui mostrar que ela não era freira, ela começou a fazer invasões de terra no sul do Pará e tal, e aí quando expulsaram-na daqui ela foi para lá, vestiu o manto de freira e voltou, e aí, quando voltou começou a ter as mesmas práticas. Mas aí a Santa Amada Igreja, o pessoal então já fica mais, digamos assim, tolerante com ela, né, e aí teve isso aí.

Entre os dados deste trabalho é feita análise processual do caso de Dorothy Stang e Geraldo Magela, sendo este uma pessoa vinculada a luta de Dorothy em Anapu, foi incriminado por seus opositores, viveu 17 anos na clandestinidade, e foi recentemente julgado e absolvido em tribunal do júri. Os trechos de falas dos advogados trazidas aqui são transcrições de vídeos da sustentação no júri disponíveis no youtube, nos seus respectivos canais, além de entrevistas diretas e indiretas. Já as transcrições do julgamento de Geraldo Magela foram feitas a partir dos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

As práticas dos advogados e promotores no processo, no tribunal, e fora dele compõem esta pesquisa. Destinei um primeiro momento do meu campo a acompanhar eventos jurídicos com parte dos advogados envolvidos no caso, em palestras e cursos voltados para a formação de advogados em tribunal do júri, situações em que os juristas costumam narrar as experiências sobre o caso Dorothy. Para analisar estes momentos utilizei nesta pesquisa o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), no qual se analisa a totalidade social por meio de símbolos, sinais e fragmentos. Trata-se da análise de dados aparentemente negligenciáveis utilizados para remontar uma realidade complexa e não experimentável diretamente. Nas palavras de Ginzburg “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios- que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989, p.177).

Ao longo da construção da análise que faço nesse trabalho, me valho de análises de construções dessas narrativas, não só do que é falado, mas do que é dito Geertz(2008), por isso minha análise compreende também comportamentos e sinais culturais feitos pelos juristas dos casos de Dorothy Stang e Marcos Magela, à procura dos significados entre os ritos que tenho presenciado, como o dos advogados da defesa, que ao se reunirem em um evento sobre Tribunal do Júri cantam o hino nacional, mencionam a religiosidade cristã, e se valem de linguagens da maçonaria, e dos advogados vinculados à Dorothy e Marcos Magela que participam das místicas dos encontros que envolvem catolicismo e sincretismo de cultos de matrizes africanas,

com defumações, banhos, missas, e uso de signos da luta pela terra. Nesse sentido tento tomar o devido cuidado de não criar análises reducionistas ou reificantes, para construir essas interpretações através dos seus contextos e do papel que esses significados desempenham (Geertz, 2008).

Durante esta pesquisa estabeleci contato com as freiras e articuladores do legado de Dorothy em Anapu, fui durante o evento de 12 de fevereiro de 2004 que marca a celebração da memória de Dorothy, na data de sua morte, em que passei 6 dias em Anapu acompanhando os preparativos e realização do evento no Centro São Rafael, e na casa das freiras. Em julho retornei para passar mais 7 dias em Anapu, durante a romaria da floresta, no resto o ano de 2024 e início de 2025 acompanhei as atividades realizadas pelo comitê Dorothy Stang. Também durante o ano de 2023 a 2024 frequentei eventos jurídicos em que os advogados dos casos de Dorothy Stang e Geraldo Magela estivessem falando e houvesse a possibilidade de perguntas e questionamentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise construída nesta pesquisa versa sobre algumas categorias como violência no campo, conflitos de terra, teologia da libertação, discurso e ideologia, projetos de integração e colonização da Amazônia por governos militares, e a análise do tribunal do júri enquanto jogo ritual. Ao longo da construção desse projeto utilizo da etnografia dos conflitos socioambientais de Paul Elliot Little (2006) que possibilita a compreensão dos conflitos e suas interrelações, através de uma etnografia multiator, que analisa os principais grupos envolvidos além de apresentar os atores sociais “fantasmagóricos” que não estão presentes localmente nos conflitos, mas que o influenciam ainda assim.

Ao tratar sobre conflitos agrários Loureiro (2019) estabelece que o conflito é consequência da marginalização de grupos sociais desfavorecidos, que se organizam, desenvolvem uma consciência coletiva e reagem como forma de sobrevivência. Para a Comissão Pastoral da Terra (2023) o conceito de conflito envolve as violências sofridas pelas comunidades e as ações de resistência que essas mesmas comunidades desenvolvem contra as violências e, principalmente, pela conquista e permanência nos territórios. Desta forma, para a CPT, conflito não é sinônimo de

violência, a noção de conflito é permeada também pela luta cotidiana para viver de acordo com seus sonhos, conquistas e suas formas de organização.

Se tratando do conflito de terra como uma manifestação do rompimento da hegemonia dos projetos desenvolvimentistas do governo e das classes privilegiadas, e mediante do avanço de projetos e desastres de mineradoras, hidrelétricas, garimpo, e a questão da demarcação de terra, há uma alteração também no perfil das vítimas de homicídios e chacinas no campo, indígenas e quilombolas passam a crescer numericamente como alvo de crimes motivados pela disputa da terra, como indica Alentejano (2020), e os dados da CPT.

O exercício da violência no campo brasileiro funciona segundo Tavares dos Santos (1993) em diversas modalidades e ocorrem de maneira simultânea, há desde uma dimensão de violência enquanto estranhamento, que se dá entre o homem com a natureza, como a que ocorreu na ocupação do território amazônico incentivado pelo governo, compreendendo existir uma possível inabilidade dos grandes projetos em lidar com o clima, a fauna e a flora amazônica. Há também uma violência costumeira, de forma a exprimir uma relação de dominação de classes, que se perpetua no trabalho da agricultura desde os períodos coloniais, e da relação escravocrata.

Por fim, há a uma violência política, que é executada por orientação de mandantes e executada por pistoleiros ou milícias privadas, ela consiste em liquidação dos opositores, e ela se revela tanto na ação de assassinar, quanto na impunidade dos executores. Com isso, na visão de Santos (1993, p.136) há a construção de uma tecnologia de poder que se exerce sobre homens, com o fim de, ao mortificar os corpos – de pessoas, mas, cada vez mais, de grupos sociais, como é o caso das denominadas “chacinas” - provocar um efeito-de-demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder tanto mais eficaz quanto onipresente, insidiosa e impune.

Dada essa narrativa de violência, o tribunal do júri costuma ser um momento de anseio por justiça. Schritzmeyer (2001, p.161) afirma que durante os júris os advogados e promotores também estão ali construindo narrativas, transformando informações desconectadas em uma história bem contada, permitindo que jurados cheguem a um veredito. Isto posto, é importante não perder de vista que, de forma geral, discursos vinculam ideologias, e as reverberam, o caso de Dorothy e Geraldo Magela não seriam exceções. Sobre o tema esclarece Fiorin (2007, p.35)

O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende a como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

Logo, esses advogados e promotores, elaboraram suas defesas e acusações a partir de outros discursos sobre Dorothy e ações coletivas de luta pela terra. Essa pesquisa busca identificar quais elementos esses juristas selecionaram e optaram por levar para a tribuna a fim de que reverberasse no imaginário dos jurados e lhes despertasse as emoções desejadas para influir no veredito.

Diante de todo esse cenário complexo, retomar o caso de Dorothy Stang duas décadas depois de sua morte, é um exercício de resgate da luta socioambiental de mulheres que incidem nesses territórios, uma luta que assim como nos demais segmentos da sociedade teve o protagonismo e a trajetória de mulheres apagado. Portanto, pesquisar sobre essas mulheres é um meio de reafirmar as suas existências e atuações como agentes modificadores no percurso histórico no estado e no país (Silva, 2016). A implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável em Anapu é sempre lembrado como o principal legado da vida de lutas que Dorothy teve, no entanto, sua morte não implicou em uma pacificação dos conflitos a partir exclusivamente de uma agenda política que mediasse as problemáticas fundiárias daquele território. O que acontece atualmente em Anapu envolve a criação dos PDSs a partir da luta dos atores de resistência contudo, o Estado também destinou à mesma região linhas de crédito agropecuário para grandes pecuaristas, o que ajuda no tensionamento das disputas nesse território (Amorim, 2020).

INSERÇÃO NO CAMPO

Sou advogada e durante a faculdade pesquisei conflitos de terra a partir de processos civis, e no mestrado sabia que queria deixar de ter o processo civil como fonte primária e passar para esfera penal, talvez influenciada pela leitura recente que havia feito da pesquisa da professora Paula Lacerda² sobre o caso dos meninos

² Paula Mendes Lacerda é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua tese sobre o caso dos meninos emasculados de Altamira envolve as temáticas de polícia, justiça e movimento social, e em 2012 venceu o prêmio Gilberto Velho de Tese da UFRJ.

emasculados de Altamira, e as possibilidades que ela me trouxe de análise processual. Na primeira reunião com o meu orientador ele sugeriu um estudo de caso, ventilou o nome da Dorothy Stang, mas deixou em aberto, para que eu pensasse e voltasse com uma resposta no nosso próximo encontro.

Saí da reunião pensando, de forma extremamente limitada, em comoalaria de um caso com tanta repercussão, em que tudo parecia já ter sido dito. Só que para minha sorte, e azar, tudo é muita coisa. Sorte para quando se fala de pesquisa como algo ilimitado, e azar para quando se fala de Amazônia e conflitos socioambientais como situações que igualmente parecem não ter fim. Comecei a me preparar para o retorno com o orientador lendo sobre Dorothy ao mesmo tempo que pensava em outros casos possíveis, por achar que não encontraria novos caminhos para essa pesquisa. Foi quando revi o documentário "Mataram irmã Dorothy"³ (2009), li o livro da socióloga Nezilda Campos (2019), assisti a algumas entrevistas dos advogados do caso, e percebi que os discursos sobre Dorothy ainda se tensionam, como se pode perceber pela fala desse advogado em entrevista ainda em 2023.

Claro que as emissoras a colocaram como irmã, como santa, e para o Ministério Público do Estado do Pará **ela nunca foi santa**, o que as emissoras não contaram é que ela tinha contra si denúncias por homicídio, denúncias por esbulho possessório, denúncias por porte de armas, a irmã Dorothy! que dizem que era irmã, por associação criminosa, e eu lembro que à época ela foi assassinada em Anapu. Anapu não era comarca, era município da comarca de Pacajá, hoje é comarca, e como ali os comerciantes não tinham uma afeição pela Dorothy, votaram uma moção, acho que na câmara dos vereadores, de *persona non grata*, isso foi mandado certa feita, eu acho que para o Governo FHC, e ela não era uma pessoa bem quista naquelas cercanias, definitivamente⁴. (Rede Rio TV, 2023)

Quando retornei para a reunião já estava pensando sobre as posições polarizadas que esse caso suscitou, e nos vários grupos de atores sociais que ele

³ O documentário do premiado diretor Daniel Junge chama atenção pelas imagens exclusivas e discursos que capta dos advogados de defesa, durante a entrevista que realizei com a freira Lucianny Diniz, ela elogiou a sagacidade do diretor, "eles (os advogados) falavam tudo o que iam fazer, dentro do carro, eu não sei como o Daniel conseguiu entrar, porque tem uma parte que aparece o Imbiriba (advogado de defesa) falando como é que ele iria fazer, né? E ele conseguiu outros materiais que não estão todos naquele doc, ele deve ter, esqueci o nome que dão pra esse negócio, as sobras do documentário, né? Eles, assim, depois que alguém traduziu pro português, porque o Daniel não entendia o português, depois que traduziram pra ele, ele disse "como é que eles falam sabendo que tem um jornalista dentro do carro?". Ele tem muito material bruto, mas não sei se ele tinha noção do peso das gravações que ele tinha".

⁴ Essa fala pertence ao advogado criminalista, que compôs a equipe de defesa do julgamento dos acusados de matar Dorothy, Zanone Jr. Criminalista famoso por atuar em casos de grande repercussão no país, como o caso do goleiro Bruno, acusado pelo desaparecimento de Eliza Samudio em 2010, e Adélio Júnior, responsável por esfaquear Bolsonaro em 2018.

envolve. Mas sobretudo, questionava o motivo pelo qual ainda fazia sentido, no livro de Campos (2019) e entrevistas recentes de advogados, sustentar depois de tantos anos, de forma pública, a Dorothy Stang como uma figura controversa, e junto a figura de Dorothy a narrativa sobre os conflitos em Anapu, já que a maioria dos envolvidos já tinham respondido pelo crime. Foi quando decidi pesquisar superficialmente os conflitos em Anapu para compreender como estaria a configuração da questão acerca dos territórios da União nos últimos anos, e esbarrei no alarmante número de mortos que foram vítimas de conflito socioambiental em Anapu após o assassinato de Dorothy.

Segundo o recente relatório elaborado pela Defensoria Pública do Estado do Pará (2024), o número de mortos chega a 23. Dentro do centro de formação São Rafael, local administrado pelas freiras de Namur que residem em Anapu, o corpo de Dorothy está sepultado junto a uma cruz em que as freiras inserem os nomes dos mortos vítimas do conflito estabelecido entre os agricultores, fazendeiros e madeireiros. Segundo a freira Jane Dwyer, nem todos são registrados como crimes motivados por disputa de terra, mas afirma que lá na região eles sabem quem foi e o porquê.

O Governo não quer ver, público não quer ver, a imprensa não quer ver, mas nós queremos fazer pelo menos entre nós, essas mortes tão visíveis e tão preciosas essas vidas quanto a da Dorothy, ela não era diferente do que eles, a luta era a mesma! (Cova Medida⁵, 2021)

A assessora de imprensa do Ministério Público Federal no Pará, a jornalista Helena Palmquist⁶ afirma haver uma mudança no perfil das ações contra os líderes que atuam nesses conflitos socioambientais. Para a jornalista ao invés de matarem

⁵ O podcast Cova Medida está vinculado a Repórter Brasil e à Radio novela, retrata a história de 5 vítimas do latifúndio no Brasil, entre trabalhadores sem-terra, indígenas e ambientalistas, o episódio inicial contextualiza o atual cenário de conflito e mortes em Anapu. O nome do podcast se baseia na obra de João Cabral de melo Neto "morte e vida severina", especialmente no trecho do poema que fora musicado por Chico Buarque de Holanda "funeral de um lavrador". Daniel Camargos é repórter investigativo na Repórter Brasil, com foco em direitos humanos, conflitos no campo, meio ambiente e mineração, premiado e indicado aos mais importantes prêmios do jornalismo brasileiro, como prêmio Esso e Vladimir Herzog (2020), também foi diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

⁶ Além de assessora de imprensa do Ministério Público Federal no Pará, Helena Palmquist foi orientada na graduação pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, para construção da pesquisa do trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social (1999) sobre o advogado, deputado e ativista na luta por reforma agrária, Paulo Fonteles, assassinado por pistoleiros em 1987. É mestra pela Universidade Federal do Pará em Antropologia Social (2018) com a pesquisa "Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição", tem vasta contribuição jornalística sobre questões de conflitos socioambientais na Amazônia, e atualmente contribui com a plataforma de jornalismo ambiental Samaúma, vide <https://sumauma.com/autor/helena-palmquist/>

essas lideranças o foco agora consiste em atacar a reputação com informações falsas, e os ataques letais têm ocorridos com lideranças menores

Mas o mais frustrante de tudo foi que houve 16 assassinatos e repercussão nenhuma, entendeu? Porque não eram pessoas famosas, essas 16 vidas contam menos que a da Dorothy? Pessoas muito jovens, trabalhadores, posseiros, gente que queria só terra. Eu fui lá ano passado, conversei com os familiares, isso para mim é uma coisa que me choca muito! Eu mandei notícia, mandei *release*, avisei, fiz o que pude, mas não consegui nunca sensibilizar as pessoas, sabe? (Vida de Jornalista, 2019)

Este relato de Helena Palmquist descreve o recente cenário de conflitos em Anapu e as dificuldades em repercuti-los se entrelaça com o relato do jornalista Ismael Machado⁷, o último jornalista a conversar com Dorothy antes de sua morte. O jornalista narrou as negativas que recebeu quatorze anos atrás, ao tentar publicar a reportagem que denunciava as ameaças que Dorothy estava sofrendo, e que na mesma semana em que oferecia a pauta ao jornal O Globo, Dorothy foi morta.

ela havia me falado de uma denúncia que surge do ministério público federal, da Dorothy sendo ameaçada pelo Regivaldo que era conhecido por taradão, né, Regivaldo Pereira, o taradão, e a Dorothy tinha feito essas denúncias no Ministério Público Federal, acatada pelos procuradores. Informado disso eu fui, peguei a denúncia e fui até a Dorothy, ela estava em Belém na casa das irmãs, né que ela fazia parte, e aí a gente sentou e conversou, entrevistei, foi mais ou menos uma hora e meia de conversa, e ela falando com sotaque dela, falou “o tarradóm” que era o Regivaldo, bom e aí eu passei essa pauta pro globo, e disse “olha tem uma entrevista muito boa com a missionária Dorothy Stang”, contei o episódio e tal, só que esbarrou no problema, a pauta ficou indo e voltando nas reuniões de pauta na redação do Globo, na mesa, por conta de uma filigrana que é o seguinte: de não haver o outro lado. Por eu não ter ouvido o Regivaldo, eu explicava que em Anapu, na época, não existia ainda a época dos celulares, não estávamos com celulares ainda tão presente em nossa vida, tinha telefones públicos na frente da delegacia, na frente da prefeitura e tal, mas não havia assim. Então conseguir falar com Regivaldo era um negócio quase impossível, nessa situação, nesse contexto, e eu argumentava que como era uma denúncia oficial que a gente tinha, estava respaldado por um documentos do Ministério Público Federal, isso merecia que fosse entrar num jornal e tal. Bom, enfim, isso ficou durante uma semana, ela ia e caía, até que um dia, bom, nesse dia eu estava de plantão, e eu lembro que nesse dia o plantonista no *New* era o Anderson Carter, e aí o Anderson me liga informando que a Dorothy tinha sido assassinada, é, eu soltei uma imprecação, um palavrão, de surpresa e irritação ao mesmo tempo, um pouco de frustração. (Vida de Jornalista, 2019)

⁷ Ismael Soares Machado é jornalista, escritor e roteirista premiado, entre seus livros e roteiros há muitas contribuições para a história e memória da Amazônia, entre suas obras destaco a biografia de Paulo Fonteles “Paulo Fonteles: sem ponto final” (2017), “Golpes, contragolpes e guerrilhas: o Pará e a ditadura militar” (2014). Roteiro, produção executiva e direção do documentário ‘Na Fronteira do Fim do Mundo’ (2021), disponível no youtube, vide <https://www.youtube.com/watch?v=iMis8Psgsno>. Além do argumento, pesquisa e roteiro do documentário “Soldados do Araguaia” (2017), documentário referente aos soldados que atuaram na incursão do exército brasileiro para exterminar a guerrilha do Araguaia.

Os relatos desses jornalistas refletem aspectos brutais sobre a violência que se estrutura no campesinato brasileiro, especificamente no Estado do Pará, uma terra de mortes anunciadas (Treccani, 2020). Os conflitos que ocorrem em Anapu, sintetizam muito bem a precariedade da situação com que esses defensores são tratados, mortos após uma série de ameaças, denúncias e apelos. Para além das mudanças identificadas pela jornalista Helena Palmquist, os últimos dados sobre violência no campo produzidos pela CPT apontam o crescimento de assassinatos entre indígenas e quilombolas na Amazônia, atribuídos ao avanço do garimpo em suas terras. Esse tipo de violência que ocorre de forma naturalizada socialmente, mesmo diante de números alarmantes, é uma das heranças coloniais que carregamos, o silêncio diante de crimes contra grupos subalternizados como trabalhadores rurais, população carcerária, menores infratores, guarda relações intrínsecas com a escravidão, como estabelece o sociólogo José Tavares dos Santos (1993).

Assim como não se questionava a violência cometida contra escravizados, em que o senhor demonstrava sua força, mando, e reafirmava o seu lugar social contra aqueles corpos sem cidadania sob o pretexto de integrarem parte do seu patrimônio o manto de silêncio persiste, reafirmando a negativa de cidadania a esses grupos de pessoas subalternizadas (Leonidio, 2012). A perpetuação do latifúndio⁸ ao longo de muitos anos no Brasil contribuiu para a reprodução de relações sociais baseadas no autoritarismo dos fazendeiros com os trabalhadores rurais, e troca de favores entre governo e fazendeiros. Essa naturalização de violência, associada a elementos como a descrença nas instituições da região, e a baixa repercussão do conflito em veículos da imprensa produz nos envolvidos e em seus aliados uma descrença na resolução dessa problemática sem que mais vidas se percam.

Contudo, em seu estudo sobre Violência e criminalização judicial contra trabalhadores sem-terra Efrem Filho e Douglas Bezerra (2013) apontam que esses episódios costumam ser analisados a partir de conceitos como coronelismo, dominação patriarcal, ou até cordialidade, e a “nossa tradição patrimonialista”

⁸ Segundo Violeta Loureiro (2015) o latifúndio se caracteriza pela baixa produtividade, arcaísmo nas relações sociais de produção, e autoritarismo. A partir desse cenário pôs-se em andamento o processo de modernização conservadora, em que buscou-se modernizar o latifúndio e aumentar a produção agropecuária a partir de políticas públicas que davam apoio financeiro a esse modelo desenvolvimento que não alterava as estruturas arcaicas de concentração de terra e exploração do trabalhador, na Amazônia esse modelo implicou no aumento da concentração de terras.

brasileira em oposição aos princípios constituintes da modernidade capitalista, e de seus aparatos, como Estado de Direito, as liberdades individuais, a segurança jurídica do processo legal, etc. Desta forma, há uma perspectiva de persistência do velho em antagonismo ao novo, contudo, esses autores alertam ser esta uma perspectiva ingênua em relação às complexas e múltiplas formas de existência do modo de produção capitalista. Posto que as violências empregadas na defesa da grande propriedade produtiva preservam cumplicidades estruturais aos elementos básicos do modo de produção capitalista, logo não se trata de eventos que elucidam oposições, e sim contradições.

Dentro dos desafios desta pesquisa existem alguns pontos que me são sensíveis enquanto advogada, pois na minha formação nunca tomei como verdadeiras algumas ficções jurídicas, como a de imparcialidade ou neutralidade das instituições e dos juristas. Não sou uma jurista ou pesquisadora neutra, construí as minhas pesquisas e minha perspectiva jurídica a partir de um distanciamento da concepção essencialmente patrimonialista de uso do que o Direito chama de imóveis rurais e urbanos, e do seu uso a partir da mentalidade de propriedade como um direito ilimitado, sempre busquei uma leitura aproximada das demandas de movimentos sociais de luta pela terra, que priorizasse a função social, invés de uma concepção mercadológica. Por isso me esforço, enquanto pesquisadora, no cuidado em não construir uma presença textual que não esteja marcada por uma criticidade a respeito da minha inserção no campo e o contexto em que escrevo essa dissertação.

Ao mesmo tempo que não busco através dessa pesquisa perseguir os advogados criminais do caso, que atuaram na defesa dos assassinos de Dorothy, ou a professora Nezilda Campos. Os primeiros por compreender o quanto é sensível e frágil o direito de defesa, além de não reconhecer no modelo de Justiça penal vigente uma possibilidade de resolução efetiva dos problemas da nossa sociedade. Os eventos jurídicos promovidos por esses advogados sobre o Tribunal do Júri compõem o meu campo também, fez parte dessa pesquisa identificar estratégias que eles selecionam, e o que funciona como argumento para o Tribunal do júri. No tocante a obra de Nezilda Campos, baseada em sua tese, escrevo essa dissertação para disputar no espaço acadêmico a narrativa sobre o trabalho realizado por Dorothy Stang e da situação atual de Anapu.

Por isso, tento zelar ao máximo pela compreensão dos seus pontos de vista, e compreender as suas estratégias, mesmo que discorde das teses levantadas durante o momento do júri, e o que é sustentado fora dele, diante da imprensa. Dentro do que Little (2006) sugere ao se construir uma etnografia de conflitos socioambientais, o etnógrafo precisa estabelecer ao menos uma dose mínima de empatia, mesmo daqueles que não se gosta devido ao seu papel dentro do conflito, como fazendeiros, grileiros, e no caso, seus defensores jurídicos. Há segundo Little (2006) a necessidade de uma certa suspensão de valores por parte do etnógrafo para que se construa uma boa etnografia, contudo, resguardar esse espaço mínimo de empatia não significa comprometer a análise do ponto vista crítico, do que está em disputa.

Os conflitos socioambientais vão além dos embates políticos e econômicos, envolve elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis pela ótica de outras disciplinas (Little, 2006, p. 91). Por isso, nesta pesquisa analiso alguns elementos que atravessam o caso de Dorothy e de Geraldo Magela, como a presença de religiosos comprometidos com a libertação dos pobres, a colonização e integração da Amazônia durante a ditadura, o papel da força policial, e o crescente número de assassinatos na região. A partir da leitura de Ana Lúcia Schritzmeyer (2001), analiso o tribunal do júri como um ritual lúdico e teatralizado, em que se constrói narrativas que impactem e mobilizem emoções nos jurados, a fim de direcionar seus votos.

São muitos os motivos que tornam caso de Dorothy atípico, dentre essas peculiaridades está se tratar de um dos poucos casos de homicídio motivado por conflitos socioambientais que foi para júri popular, com visibilidade midiática internacional, também foi um dos primeiros júris⁹ brasileiro transmitido pela internet, e por conta da transmissão online o julgamento conta com registros em vídeo feitos pelos próprios advogados de defesa, e que são utilizados nesta pesquisa. Outras peculiaridades como alguns dos advogados de defesa também terem atuado em outros casos de morte por conflitos socioambientais, com grande repercussão, como

⁹ “A secretária de Informática lembra que o Judiciário paraense foi pioneiro, em 2005, na transmissão ao vivo das sessões do Tribunal do Júri, com o julgamento do caso de assassinato da missionária Dorothy Stang. Na ocasião, o portal do TJPA teve aproximadamente 2.132 acessos no Brasil, 243 nos Estados Unidos e 274 acessos nos demais países do mundo”. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/22683-Sessoes-on-line-ganham-versao-mobile.xhtml>

Eldorado dos Carajás, são analisados também, uma vez que faz com que o episódio dessa chacina seja citado na tribuna durante as falas dos juristas como estratégia de deslegitimação da luta travada pelas vítimas ainda em vida.

O julgamento dos acusados de matar Dorothy Stang, e anos depois, o julgamento de um dos companheiros da freira na luta por terra, Geraldo Magela, este sentado no banco dos réus, permitem a análise de como os conflitos socioambientais são apresentados e disputados no judiciário. Pontos sobre a colonização da Amazônia, seu projeto de integração pós 1964 e suas consequências, o papel dos movimentos sociais de luta por reforma agrária, além da postura da igreja católica, e Órgãos como a OAB são elementos disputados na condução do caso Dorothy Stang e Geraldo Magela. Essas disputas não se restringem ao espaço do Tribunal do júri, tampouco à época das suas primeiras seções, a narrativa sobre Dorothy e das lideranças que atuam em Anapu seguem sendo disputadas no judiciário, mídia, e meio acadêmico.

Por isso, construí essa pesquisa através de revisão bibliográfica, jornais da época, entrevistas diretas e indiretas, falas públicas dos juristas e demais envolvidos. Anapu foi um campo desafiador, seja pelo alto custo de viajar pelos sertões amazônicos, seja pela sensação de vulnerabilidade que se tem antes mesmo de estar lá. Assim que decidimos que me debruçaria sobre o caso de Dorothy Stang a primeira coisa que fiz foi procurar uma data em que tivesse certeza de que as freiras da congregação de Notre-Dame de Namur estariam presentes em Anapu, à época ainda não sabia que há um grupo de freiras que ainda moram lá. Em seguida entrei em contato com um hotel para saber como estariam as vagas para os dias que precisaria, acompanhada da resposta positiva do atendente fiquei surpresa com o questionamento “e o que você vem fazer aqui?”, tive medo de anunciar que estaria em Anapu como pesquisadora.

Naquele momento desconversei, e achei mais estratégico não confirmar a minha ida, à posteriori consegui estabelecer contatos com outros pesquisadores do INEAF que não só me facilitaram o acesso ao local onde ocorre a celebração em homenagem à Dorothy, como viabilizaram que eu pernoitasse lá. Já no primeiro dia conheci as freiras, estive em sua casa, e após os dois primeiros dias de aproximação as missionárias permitiram que eu pernoitasse na casa delas. Em meio às refeições, entrevistas e amenidades uma das religiosas precisou sair de casa e eu fui lhe fazer

companhia pois precisava passar em uma farmácia, durante o percurso, para mim, havia uma constante sensação de estar sendo observada, desconforto que a missionária parecia não sentir. Em dado momento, quando andávamos rentes ao meio fio da rua no centro de Anapu uma pick-up prateada com vidros cobertos por uma película escuríssima parou ao nosso lado, minha reação foi de apertar o passo, para a minha surpresa a freira havia ficado parada ao lado do carro, o qual não baixou os vidros em momento algum, e em seguida seguiu, para o meu espanto a freira havia parado, quando ela chegou até mim lhe perguntei se sabia de quem se tratava, a freira respondeu que parou mesmo sem saber quem era. Esse episódio aliado à falta de estrutura de segurança na casa em que elas residem serviu para evidenciar a famosa falta de temor da maioria delas.

Ao relatar os casos acima para outro pesquisador, já na segunda vez que estive em Anapu, o geógrafo José Marcelo Ferreira, que tem Anapu como campo de pesquisa há quase dez anos me respondeu “em Anapu tem sempre alguém te observando”. Portanto, ser uma pesquisadora mulher, que já tinha sido vista andando pela cidade acompanhada de uma das freiras da congregação, e em outros momentos com a agente da Comissão Pastoral da Terra me trouxe algumas inseguranças. Por isso sinto que a minha pesquisa teve algumas limitações com relação a registros fotográficos, já que me senti muito restrita com relação aos locais que poderia fotografar, e com relação aos entrevistados que se opõem às freiras e ao PDS. Por outro lado, essa aproximação também impactou na facilitação do acesso às pessoas ligadas a luta pela terra em Anapu e proximidades.

1 CAPÍTULO: ENTRE ESTRADAS VERMELHAS, ENORMES CLAREIRAS E CAMINHÕES QUE CARREGAM A FLORESTA

1.1 DE BELÉM A ANAPU, NO RASTRO DA EXPLORAÇÃO.

Juntos e sozinhos, íamos entregues naquela estrada vermelha com poças iguais a pequenos igarapés de chocolate e sangue. Éramos nós, a imensidão do caminho atarantado de paisagens úmidas cobertas de lama, olhos e narinas salpicados de poeira, melecados de suor, a incerteza e o desejo de chegar que hoje mais parece uma metáfora para as histórias interrompidas que são também a história pelas quais nós passamos ou fomos passados ao longo da vida. Histórias de florestas tombadas em longas extensões de terra, serragem, pedras pequenas batendo sem parar no fundo de um automóvel que não chega. Quem olhou um dia pela janela enquanto passava por

estradas vermelhas sabe que o destino é distante e os caminhos do progresso são feitos de piçarra (Taketa, 2021)

Em meio a uma crescente trilha sonora épica, uma imagem aérea mostra uma floresta densa cortada por um rio cheio de curvas, a sinuosidade do rio é tamanha que suas águas parecem uma enorme serpente. Em seguida o vídeo traz uma imagem que guarda semelhanças com a anterior, nele é possível ver uma floresta, também densa, cortada por um rio, mas dessa vez o desenho formado sobre a floresta tem menos contornos, aparenta ser mais reto, logo a câmera se aproxima, e percebemos que não se trata de um rio, e sim de uma grande clareira em linha reta, um rastro, uma estrada. Nesse momento surge uma locução que diz

Esta é a transamazônica, a obra da conquista definitiva de uma das regiões mais ricas do mundo [a música cresce e é introduzida no vídeo a imagem de uma árvore sendo derrubada], sem descanso homens e máquinas lutam contra a selva, contra o clima, [nesse instante entram imagens de tratores circulando com dificuldade abrindo a estrada e carregando terra], para dar ao Brasil a sua maior obra rodoviária, mas o esforço e a vitória serão amplamente recompensados, dentro de pouco por aqui rodarão qualquer veículos com toda segurança, agora porém, nenhum carro, somente tratores e motoniveladoras se aventuram nestas condições de terreno e nesse inferno.

A música muda radicalmente, e uma flauta suave acompanha o surgimento de um fusca branco na estrada barrenta, o automóvel popular pequeno parece desafiar a estrada de lama da transamazônica, enquanto no canto da tela surge o logotipo da Volkswagen, e a peça publicitária¹⁰ é encerrada quando o fusca está prestes a fazer uma subida íngreme, comum entre as vicinias da transamazônica, e que geralmente é o momento em que os carros pifam. O mote das propagandas que envolviam o fusca na década de 70 era transmitir a ideia de que esse era um carro resistente que conseguiria andar por crateras, buracos e poeira. Diante da passagem do tempo essa propaganda suscita algumas reflexões.

Após a construção dessa pesquisa, a primeira que me ocorre reside no fato de Dorothy Stang ter possuído o Dorothéia, um fusca branco, semelhante ao da propaganda, utilizado pela freira na tentativa de se locomover ao longo da transamazônica. Diz-se tentativa, porque de acordo com os interlocutores “O Dorothéia no inverno atolava e no verão ele quebrava, e ela tinha que pedir carona na estrada

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K4sgldTbHNQ>.

para voltar, quando não ela mesma que consertava: puxava na mangueira, engasgava-se com gasolina, ou chamava alguém e conseguia ajuda. Antes disso era no chinelo mesmo”. Relato que denota a dificuldade de locomoção da freira que muitas vezes preferia se deslocar nas longas distâncias das vicinais de Anapu a pé, do que depender do carro que muitas vezes se tornava uma dificuldade a mais que a religiosa precisava driblar para se reunir aos agricultores.

Já a segunda reflexão diz respeito à propaganda da montadora alemã datar de 1977, e apenas 6 anos depois ter sido encontrado trabalhadores em regime análogo à escravidão em suas terras em Santana do Araguaia, no sudeste paraense. Em 2025 a empresa foi condenada pelo 8º Tribunal Regional do Trabalho por tráfico de pessoas, e condições de trabalho análogas à escravidão, a Volkswagen foi condenada a pagar R\$ 165 milhões por danos morais coletivos, mas ainda pode recorrer. Os trabalhadores que conseguiram fugir ainda no fim da década de 70 relataram as violações para Sindicatos de trabalhadores rurais e para o padre Ricardo Rezende Figueira, da CPT do Araguaia e Tocantins à época (Junqueira, 2025). A Fazenda da Volkswagen e seu flagrante por trabalho escravo, além da elevada devastação ambiental (Campos; Braga, 2024) é um dos símbolos do projeto de desenvolvimento do Governo Militar para a Amazônia, contava com amplos recursos financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia¹¹ — SUDAM¹², e do Banco da Amazônia — Basa.

No livro *Amazônia, colônia do Brasil* (2022) Violeta Loureiro traz observações da época que trabalhou no Órgão

O que eu observava na SUDAM era que os recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento e os grandes lotes de terra distribuídos convergiam (seja por doação, venda a preços simbólicos, grilagem com invasão ou fraude cartorial) para os grandes grupos econômicos ou as grandes fazendas, ainda em formação. A concessão de grandes lotes de terra a grupos econômicos às margens das estradas foi, desde aquela fase até os dias atuais, permeada por conflitos de terra. Neles, o grande capital disputa a terra com as modestas populações de ribeirinhos e minorias étnicas da região, e contra elas comete todo tipo de violação de direitos humanos. (Loureiro, 2022, p. 31)

Essa propaganda da Volkswagen conecta-se diretamente à Transamazônica como um dos projetos emblemáticos dos militares. Foi ao redor dessa estrada que se consolidou o município de Anapu. Embora a fundação oficial date de 1995, a formação

¹¹ A SUDAM é um órgão Federal, criado durante o Governo dos Militares, em 1966, através da Lei nº 5.173.

de Anapu está intrinsecamente ligada ao processo de colonização militar iniciado nos anos 1970, quando a região ainda integrava os municípios de Pacajá e Senador José Porfírio, no sudoeste do Pará. Com o golpe de 1964, o Pará, que até a década de 1950 possuía cerca de 98% de seu território constituído por terras públicas (Loureiro, 2019) e baseava sua economia no extrativismo vegetal, passou por mudanças significativas em sua estrutura fundiária, econômica e territorial. As políticas de ocupação militar transformaram a região, fomentando os conflitos socioambientais que explodiriam nas décadas seguintes, e o padrão de organização social do espaço geográfico foi profundamente alterado (Porto-Gonçalves, 2008).

A construção de estradas tornou-se o principal instrumento do projeto nacional de integração. A partir de Brasília, abriram-se três eixos rodoviários principais: Belém-Brasília, Brasília-Cuiabá-Santarém e Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Na transversal, surgiu a BR-230, a Transamazônica, ligando o Norte ao Nordeste. Neste projeto de Amazônia o Estado represava rios, erguia hidrelétricas e abria caminhos para a entrada da iniciativa privada. Esses empreendimentos, contudo, exigiram mais do que infraestrutura: exigiram controle territorial. Assim, o governo militar reforçou a federalização das terras, antes de domínio estadual, como forma de concentrar poder sobre os recursos naturais. Segundo Rocha & Gonçalves (2017), essa federalização transformou Estados e Municípios em meros coadjuvantes na gestão do território amazônico. O resultado foi a instalação de planos e projetos que marginalizaram os grupos mais vulneráveis, como indígenas, posseiros, e quilombolas, impedidos de acessar os bens naturais da região.

Para Loureiro (2022) a distribuição social da riqueza pela via das novas políticas públicas que passaram a ser implementadas nesse momento alimentavam a reprodução da pobreza e da desigualdade social. Nesse contexto, o acesso à terra e aos recursos foi seletivo, como aponta Porto-Gonçalves (2008), a integração não foi ampla, apenas aqueles com poder político e capital foram beneficiados, os incentivos fiscais privilegiaram empresários e latifundiários do centro-sul e investidores estrangeiros. A disputa pela terra e pelos minérios passou a ser travada entre grandes empreendimentos e populações tradicionais. O fracasso do projeto de colonização também se tornou visível nos números: o plano previa assentar 100 mil famílias ao longo da Transamazônica, mas apenas 10 mil foram efetivamente assentadas (Porto-

Gonçalves, 2008). O slogan do regime militar "terra sem homens para homens sem-terra" revelou-se uma farsa.

Desta forma, a ocupação de Anapu está intimamente ligada ao PIN — Programa de Integração Nacional — lançado por Emílio Médici em 1970. A retórica do desenvolvimento para o centro-sul e da colonização para a Amazônia justificada a partir do argumento de integração econômica e segurança nacional. Conforme João Paulo dos Reis Velloso¹³, então Ministro do Planejamento:

É, realmente, paradoxal que um país, como o Brasil, engajado num projeto nacional de desenvolvimento desperdice **dois fatores vitais de produção**: de um lado, **terras férteis** não exploradas, no Planalto-Central, na Amazônia, no Meio-norte, nos vales úmidos do Nordeste, de outro lado, a existência de abundante **mão-de-obra não qualificada**, operando a níveis muito baixos de produtividade, em diferentes regiões, e, notadamente, na zona semiárida do Nordeste. (Velloso, 2017, p.16, grifo nosso)

A frase ilustra como o governo resumia um problema complexo a uma equação simplista: terras férteis na Amazônia e força de trabalho ociosa no Nordeste. A propaganda oficial transformava desigualdade histórica e abandono em oportunidade heroica. A Amazônia era o "vazio" a ser ocupado; o Nordeste, o "resíduo" humano a ser deslocado. O PIN promoveu a distribuição de terras públicas para empresas agropecuárias e grandes projetos econômicos, acompanhados de incentivos fiscais.

O PIN foi acompanhado pelo Decreto nº 67.557 de 12 de novembro de 1970, o qual "dispôs sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia transamazônica, para fins de reforma agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional" e no Decreto 1.164 de 1 de abril de 1971, o qual declarava "indispensáveis à segurança nacional e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100km de largura de cada lado do eixo de rodovias da Amazônia legal. (Oliveira, 2024, p. 23).

Junto à abertura das estradas, também fazia parte do projeto de integração do Governo Federal, através do INCRA, projetos como o PIC — Projeto Integrado de Colonização, e o PAD — Projeto de Assentamento Dirigido, organizando a ocupação da Amazônia com base em lotes regulares e planos rígidos pré-determinados. Essa ordenação do espaço ignorava as condições naturais e culturais locais (FERREIRA, 2019). Enquanto isso, grandes glebas eram entregues a empresários e fazendeiros para instalação de projetos agropecuários, via CATP — Contrato de Alienação de Terras Públicas.

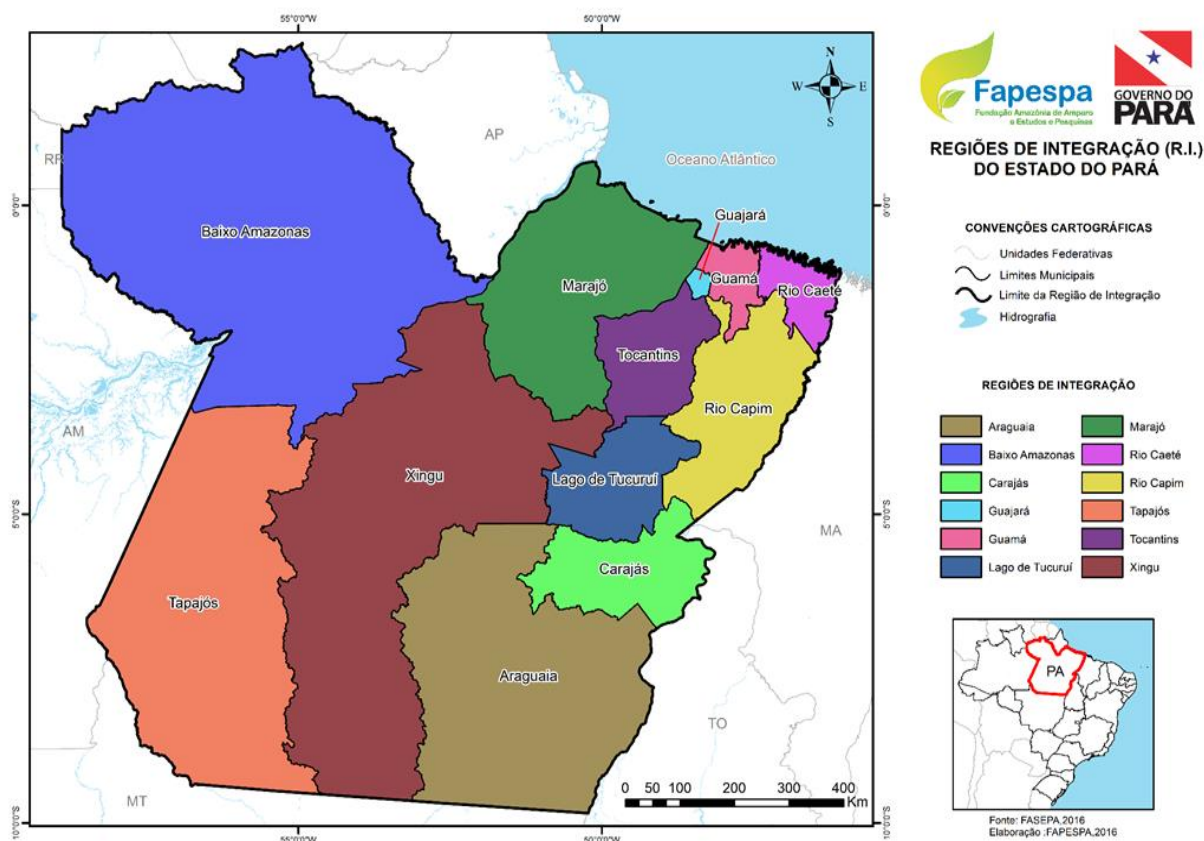
¹³ João Paulo dos Reis Velloso foi Ministro do Planejamento e Coordenação Geral de 1969 a 1979, compôs os governos dos Presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Embora muitos estudiosos apontem os anos 1970 como marco da concentração fundiária na região, Jean Hébette (2004) destaca que esse processo já ocorria anteriormente, impulsionado por oligarquias locais. A ditadura, nesse sentido, não criou, mas acelerou o processo, dando-lhe alcance e intensidade inéditos. Em síntese, o modelo de colonização militar aprofundou a desigualdade territorial e fundiária na Amazônia. No caso de Anapu, a localização estratégica, cortada pela Transamazônica, próxima a hidrelétricas e terras indígenas, tornou a região um palco emblemático do choque entre dois projetos de Amazônia: um baseado na exploração e concentração; outro, na resistência e justiça socioambiental.

A primeira ida a campo também alterou a minha noção de distâncias e aproximações naquele pedaço de transamazônica e PA-475, pois durante as conversas que tive com a Irmã Jane Dwyer, por vezes aparecia em seus relatos a construção de Belo Monte como um fator de impacto não apenas para Altamira, mas de mudanças no território e nas dinâmicas de Anapu também. Aos poucos eu ia conseguindo visualizar que distâncias como os 90 quilômetros que separam a hidrelétrica de Belo Monte e Anapu, eram distâncias muito pequenas para conseguir impedir uma população de sofrer o impacto social de um projeto daquela proporção, não à toa Anapu integra a enorme Região de Integração do Xingu, e na divisão de microrregiões do Estado do Pará, Anapu se encontra dentro da região de Altamira.

A divisão em regiões de integração foi criada no Estado do Pará através do Decreto Estadual nº 1.066 de 2008, e divide o Estado em 12 regiões, com a finalidade de agrupar os municípios com base em seus termos sociais e econômicos. Essa forma de divisão tem como objetivo melhorar a administração e identificar de forma mais eficiente as necessidades particulares de cada localidade, uma vez que o Estado do Pará possui uma vasta extensão, sua subdivisão tende a tornar mais efetivas as políticas públicas econômicas, sociais e ambientais criadas para cada área. Um dos pontos importantes desse modelo de regionalização é que ele se estabelece também a partir de semelhanças em termos de ocupação, dinamismo econômico e condições sociais, integração entre si (Costa, 2023).

Mapa 1 - As 12 regiões de Integração do Estado do Pará



Fonte: Fundação da Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa

Essa percepção de território entre Anapu e Altamira, aliada ao caminho percorrido ao longo das rodovias para chegar até Anapu me ajudaram a pensar sobre a história recente do Estado, de sua colonização e da chegada dos grandes projetos na Amazônia. Durante a viagem Anapu-Belém dois pontos, além da transamazônica, foram visualmente inesquecíveis, a gigantesca hidrelétrica de Tucuruí com suas enormes quantidades de concreto armado, e a fumaça dos fornos de queima de madeira em Goianésia do Pará. A hidrelétrica de Tucuruí é um desses grandes projetos pensados e implementados na Amazônia durante a ditadura empresarial-militar brasileira, e que revelam muito sobre esse regime e a quem ele buscava beneficiar.

À época da realização do projeto, sob as vestes de uma orientação nacionalista, os militares buscavam driblar os problemas do fim do milagre

econômico¹⁴, apostando na substituição do capital estrangeiro como financiador de investimentos, e substituição de importações (Campos, 2019). Realizada pela Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, no rio Tocantins, entre os anos de 1975 e 1984, essa obra alcançou notoriedade não só pelo seu tamanho, mas pela falta de transparência na condução do projeto e no uso dos recursos públicos, obedecendo o perfil de parte das obras realizadas no período ditatorial, que segundo Campos (2019), se relacionam diretamente com

processo de crescimento e amadurecimento de alguns grupos de capital brasileiro ao longo da ditadura. Essas empresas passaram a ter um novo porte, presença em boa parte do território nacional e alguns chegaram a já, desde aquele período, desenvolver atividades no exterior. Dessa forma, a mesma ditadura que favoreceu o capital multinacional estrangeiro, defendeu e apoiou a formação do capital monopolista doméstico. (Campos, 2019, p.260).

A construção da hidrelétrica de Tucuruí visava abastecer a energia elétrica do Estado, mas sobretudo o fornecimento necessário de energia para beneficiar a bauxita, localizada nas margens do rio Trombetas, e transformá-la em alumina e alumínio. Para isso, com o início das obras estava previsto o desvio do rio e formação do lago artificial da hidrelétrica, a região na qual seria formado o lago precisava ser desmatada, e a empresa Capemi Agropecuária¹⁵ foi a escolhida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF para explorar os 11 mil hectares de árvores, a fim de realizar o serviço a empresa realizou um empréstimo no Banco Nacional de Paris, contudo a empreitada não deu certo como informa Campos (2019, p.268)

A Capemi Agropecuária, não possuía habilidade técnica ou experiência no assunto que justificasse a sua contratação, foi acusada de usar produtos químicos desfolhantes na floresta e se envolveu com uma série de operações suspeitas. A empresa acabou falindo, desmatando apenas 10% da área prevista no contrato. Com isso, a madeira local não foi explorada plenamente na ocasião e o lago foi formado em uma grande área com matéria orgânica, levando ao fenômeno e eutrofização, com liberação de dióxido de carbono e metano na atmosfera devido à decomposição do material orgânico inundado.

¹⁴ Segundo Campos (2019) O que ficou conhecido como “milagre econômico” compreende o período que durou entre 1968 e 1973, com altas taxas de expansão da atividade produtiva às custas de financiamento externo, investimentos e empréstimos, promovendo a dependência externa da economia brasileira, também incluiu contenção dos ganhos salariais e repressão aos trabalhadores, o que aumentou a concentração de renda no país. A partir da crise do petróleo de 73 e abalo da economia dos Estados Unidos e países europeus o crescimento se esgota, e o governo Geisel tentou um modelo que substituísse as importações.

¹⁵ Ainda segundo Campo (2019) o caso Capemi em Tucuruí demonstra o envolvimento de militares desempenhando o papel de sócios em alguns empreendimentos feitos ao longo da ditadura, pois a empresa era propriedade da Caixa de Aposentadoria dos militares (Capemi).

Mais um agravante da obra foi sentido por povos indígenas da região, também afetados pelo desvio do rio, durante a inundação para a formação do lago da hidrelétrica parte das terras dos Parakanãs foram inundadas, e entre essas terras havia territórios sagrados inclusos. Para além disso, esses indígenas passaram a conviver com perda de fauna aquática, caça, além de precisarem lidar com invasão em suas casas (Loureiro, 2023).

O outro ponto do caminho foi o Município de Goianésia do Pará, pelo qual passei de madrugada, nessa cidade era possível ver gigantescas filas de caminhões cheios de madeira, aguardando para serem descarregados, e abastecerem inúmeros fornos. Estes fornos pareciam estar acesos de forma ininterrupta para a produção de carvão vegetal. Esse cenário de carvoarias pelas cidades paraenses, não só de Goianésia, guarda correlação com a criação do Distrito Industrial de Marabá e exploração minerária da Amazônia Ocidental, especificamente com o Projeto Grande Carajás, desde a década de 80.

A partir daí vários municípios, como foi o caso de Goianésia do Pará, foram submetidos aos ditames econômicos momentâneos do grande capital e se inseriram na cadeia produtiva do aço como um importante produtor de carvão, cujo destino era o de, exclusivamente, abastecer as siderúrgicas de Marabá. (Da Silva, 2017, p. 2)

Passei a me impressionar com o impacto desses grandes projetos se estenderem tanto pelo território, mesmo que o estado do Pará seja do tamanho de um país as Usinas hidrelétricas e a mineração são atividades que determinam não só o que está imediatamente ao seu redor, mas a dinâmica de outros municípios que ajudam na produção e funcionalidade desses grandes projetos, não é como se eu não soubesse, mas ver é diferente. Por isso comecei a compreender melhor porque Lúcio Flávio Pinto¹⁶ Ao falar da Amazônia, gosta de citar o narrador de Juca Pirama quando diz “meninos, eu vi”, porque as imagens e sons desse progresso pensado pra Amazônia são horrorosos e inesquecíveis.

O fato de ser madrugada de carnaval, me dava a noção de que aquela era uma produção incessante, uma escala industrial de queima de madeira, trabalho e

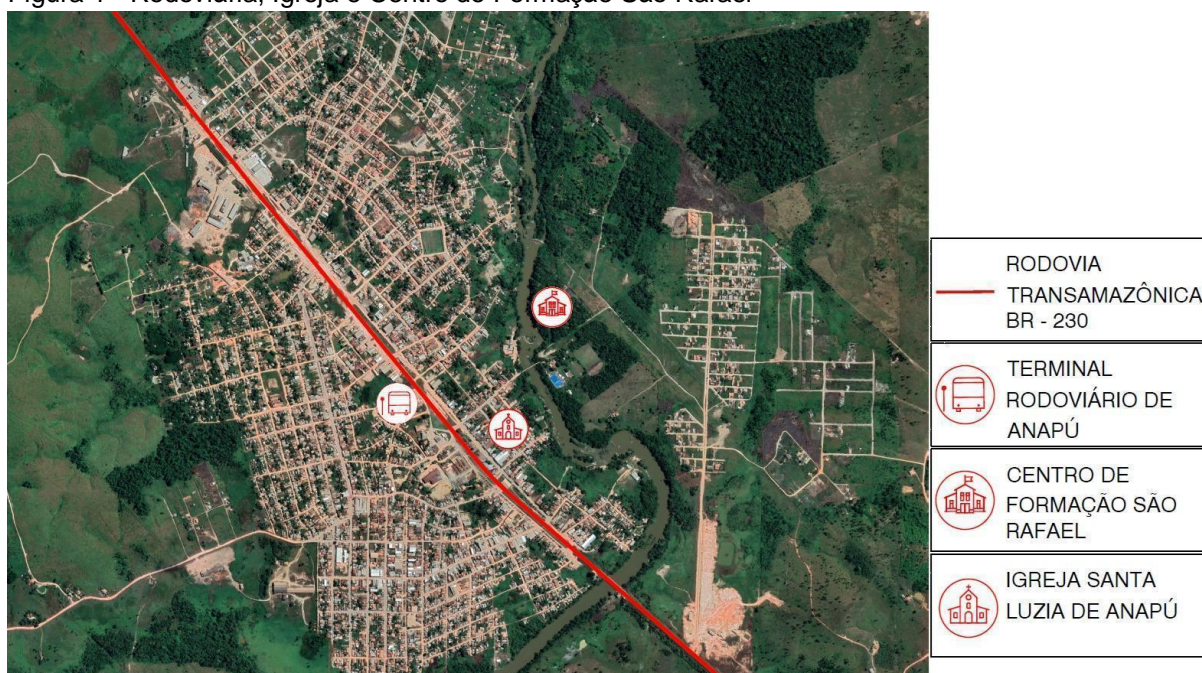
¹⁶ O jornalista Lúcio Flávio Pinto fez cobertura sobre a região amazônica durante seus 57 anos de carreira, e gosta de enfatizar a importância do jornalista estar próximo de sua fonte e conhecer pessoalmente a região para então falar dela. O jornalista também costuma brincar que pra saber se está diante de um “amazonólogo” de gabinete daquele que realmente percorre a região o convida pra comer uma costela assada de aviú, espécie de camarão minúsculo que só está presente em dois rios da Amazônia, o Tapajós e o Tocantins. <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/lucio-flavio-pinto/nos-os-intrusos>.

destruição que nunca dormem. Pensar naquela produção incessante, me fazia lembrar de outras que ocorrem no estado do Pará, minha mente voltou pra Belém, depois da primeira ida à campo, pensando em todo aquele concreto armado na Usina hidrelétrica de Tucuruí, nos fornos em Goianésia, nos impactos sofridos em Altamira por Belo Monte, que eu ainda não tinha conhecido, e claro, em Anapu, pequena, ali entre esses territórios e projetos gigantescos, e que mesmo após ter seus conflitos fundiários repercutidos pelo mundo com o caso Dorothy Stang, segue em tensão, e acumulando mortes em função disso.

1.2 ANAPU E O CONSERVADORISMO:

Por que Dorothy foi morta? Dorothy foi morta porque mexia e mexeu nos interesses da classe alta, classe fazendeiro, classe madeireiro, classe mineradora, classe comercial, e política de Anapu, não há outra razão. (Jane Dwyer)¹⁷

Figura 1 - Rodoviária, Igreja e Centro de Formação São Rafael



Fonte: Autora, 2024

Na volta da minha primeira viagem a campo para Anapu, e primeira viagem ao sudoeste paraense, no carnaval de 2024, enquanto aguardava o ônibus que ia pra Belém, naquela pequena rodoviária, elementos ao meu redor ilustravam, em parte, o

¹⁷ Essa fala pertence a freira Jane Dwyer da congregação de Nossa Senhora de Namur, dita em entrevista ao Jornalista Daniel Camargos, do podcast Cova Medida em 2021. O Cova Medida é um programa da Rádio Batente, a central de podcasts da Repórter Brasil e que retrata 31 casos de assassinatos motivados por conflitos socioambientais no Brasil.

cenário de complexidade da Amazônia paraense. Apesar de estar voltando de um curtíssimo período em campo, eu havia passado muitas horas no Centro de Formação Pastoral São Rafael¹⁸, concentrada nos ritos, discursos e símbolos que compõem o evento anual de 12 de fevereiro, data do assassinato de Dorothy Stang, a programação acontece como forma de homenageá-la e fortalecer a luta dos que resistem naquele território. Essa celebração é organizada pelas freiras da congregação de Dorothy, e pelas famílias dos lotes, tanto as já assentadas quanto as que permanecem em disputa pela terra, como no caso do lote 96.

Fotografia 1 - Centro de Formação São Rafael



Fonte: Autora, 2024

Mas foi naquele momento, em que eu tentava iniciar o retorno para casa, com o ônibus atrasado há mais de 40 minutos, que pude permanecer um período maior à beira da transamazônica e observar as movimentações no seu entorno à luz do dia.

¹⁸ O centro de formação São Rafael foi feito com doações de Ohio, a administração era de Dorothy, depois foi passada para os padres da paróquia, e recentemente a administração retornou para as freiras. O corpo de Dorothy está sepultado neste terreno, em que seus amigos e admiradores costumam dizer que “Dorothy foi plantada” ou “Dorothy foi semeada”.

A visão que eu tinha naquele local se assemelhava tanto aos relatos da bibliografia sobre Amazônia e grandes projetos que li e vi ao longo da vida, com exceção de pequenas alterações, que chegavam a ser caricatas de tão sobressaltadas. Nesse momento, como no resto da viagem de volta, eu estava acompanhada pela freira Luciany Diniz, da congregação das irmãs de Nossa Senhora de Namur, a irmã Lu, como é chamada, conviveu com Dorothy e aparece em muitos dos registros da imprensa sobre o caso, também nos acompanhava o documentarista paraense Gilberto Mendonça, à época ambos davam início a produção de um documentário sobre Dorothy com o apoio das demais freiras da Congregação.

Fotografia 2 - Freiras Julia Depweg, Josineide Silva e Luciany Diniz comemoram o fim do julgamento dos assassinos de Dorothy



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna, 2024.

Fotografia 3 - A freira Luciany Diniz durante sua entrevista para o documentarista Gilberto Mendonça em 2024



Fonte: Autora, 2024

Estávamos aguardando o ônibus de volta para Belém, sentados na calçada de frente para o estacionamento de terra batida da rodoviária localizada às margens da rodovia Transamazônica, ao nosso redor vários mototaxistas aguardavam clientes recém-chegados na cidade. Ao olhar a paisagem pensava no Podcast Sentidos do campo¹⁹, em que a antropóloga Paula Lacerda narra as suas experiências cotidianas sentidas e desenvolvidas ao longo de sua pesquisa na cidade de Altamira, a 113 quilômetros de Anapu. Nesse projeto, Lacerda descreve como sendo típico de uma cidade da Amazônia a agitação que envolve a mistura de sons dos motores de caminhão e moto, somados ao barulho de chuva e do brega, naquele momento em Anapu, o cenário era parecido, faltava apenas o barulho da chuva, que ainda não tinha caído, mas o céu já estava cinza.

Outra questão sobre Anapu, é que assim como os demais interiores do Pará um dos principais meios de transporte interno são as motos, e percebi que alguns dos

¹⁹ O podcast Sentidos do Campo é derivado de uma parceria entre o Campo Podcast e o NUAMA (Núcleo de Estudos sobre a Amazônia Contemporânea) da UERJ, e realizado pelas antropólogas Paula Lacerda e Carol Parreiras, essa proposta gira entre eixos de experimentação, etnografia e storytelling. Disponível em <<https://www.pod.link/campopodcast>>. Acesso em: 01/06/2025.

mototaxistas ali na rodoviária usavam a camisa de campanha presidencial de 2022²⁰ do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Ao perceber que eu os observava a Irmã Lu sussurrou para mim que esse era um dos motivos que levavam as freiras a ter muito cuidado com o transporte usado para se locomoverem dentro da região. Durante o período daquela viagem percebi que as freiras quando precisavam ir a locais distantes chamavam os mesmos motoristas, e quando o questionei um deles sobre como era trabalhar com elas, em relação aos riscos que Anapu oferece, ele reconheceu, em tom de descontração, que há perigo, e em seguida, mais sério, fez questão de frisar o quanto achava importante o trabalho das Irmãs. Em entrevista no dia anterior, a irmã Luciany²¹ havia me dito

Porque é ele que anda com elas [se referindo às freiras que moram em Anapu], é ele que dirige, então ele também está colocando a vida dele em risco, e ele sabe disso, que andar com elas... Essa questão do lote 96²² não é fácil pra mim não, não é... é arriscado, é arriscado.

A freira, que mora no Marajó, e estava em Anapu para viver o dia 12, voltou a falar, de forma muito direta, que a situação da camiseta dos mototaxistas não se tratava de algo aleatório, eles usavam a camisa do ex-presidente como forma de se manifestar. Durante essa conversa recordei da entrevista das freiras que moram em Anapu, que eu havia lido antes de ir à campo, em que uma delas, a irmã Jane Dwyer disse “Eu acho que o bolsonarismo estava aqui em Anapu antes do Bolsonaro se eleger. Ele não é o fundador desse negócio, aqui é a direita que manda”²³ a análise da freira conseguiu sintetizar grande parte do cenário complexo de Anapu, e coaduna com os dados do site Geografia do Voto, o qual demonstra que o Partido dos Trabalhadores não apenas perdeu em Anapu na última eleição presidencial, como nunca recebeu a maioria dos votos desde a fundação do Município.

²⁰ No 2º turno das eleições presidenciais de 2022, em Anapu, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro recebeu 61,57% dos votos, enquanto o Presidente Luís Inácio Lula da Silva recebeu 38,43% dos votos. No Município, o Partido dos Trabalhadores nunca recebeu a maioria dos votos em eleições presidenciais. Dados retirados do site <<https://geografiadovoto.com/resultados/municipio/>>

²¹ Entrevista concedida em 11 fev. 2024.

²² O lote 96 e 97 foram destinados à implantação de empresa agropecuária ainda durante o período ditatorial, permaneceu improdutiva e a partir de 2013 famílias passaram a ocupar as terras, e atualmente as famílias enfrentam sucessivas ações de reintegração de posse, retaliações como cortes do linhão de energia, ameaças, casas e escolas queimadas.

²³ Entrevista concedida à jornalista Julia Dolce, publicada no site Brasil de Fato, em 31/08/2023 com as freiras Jane Dwyer e Katy Webseter. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/31/somos-ameacadas-mas-bolsonarismo-estava-aqui-antes-de-bolsonaro-dizem-irmas-da-cpt>>

Contudo, o bolsonarismo não se exprime apenas através da localização geográfica do processo eleitoral, quando a irmã Jane Dwyer afirmou que “Bolsonaro não fundou esse negócio” é possível compreender que a freira se referiu a uma dinâmica própria da Amazônia, em especial à relação historicamente estabelecida nesse território. Através dos relatos das pessoas que estão na região da transamazônica há mais de 30 anos, e se envolveram na luta pela terra, é possível identificar nelas uma percepção do Estado que quando se insere nesse território assume um viés conservador e autoritário, e que nunca permitiu ao povo dessa terra decidir sobre o modelo de desenvolvimento desejado.

O restante da fala da missionária também exprime a conexão entre Anapu e um conjunto de subjetividades presentes na Amazônia que encontram lugar no bolsonarismo. De acordo com as pesquisas do geógrafo Bruno Malheiro²⁴ (2022) sobre geografias do autoritarismo brasileiro, há uma correlação entre os avanços das commodities agrícolas e minerais e a instalação de um Estado não democrático que se dá através da violência. Para Malheiro, negócios como garimpo, mineração, agronegócio e todas essas dinâmicas de transformação do território necessitam de um Estado autoritário para se consolidar, e os indicadores de crescimento desses negócios na Amazônia paraense, por si só, apenas levando em consideração a velocidade com que ocorrem, já indicam uso de violência.

Uma razão cínica se expande junto com os monocultivos, junto com a pata do boi, junto com o garimpo ilegal, junto com a exploração madeireira; razão esta instrumentalizada pela flexibilização de legislações ambientais, pelo ataque aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e pela generalização de uma razão milicizarizada de defesa da propriedade privada. A morte torna-se definitivamente, condição de expansão capitalista nas regiões por onde se estendem as commodities agrícolas e minerais no Brasil.
(Malheiro, 2022, p.20)

Quando a irmã Jane Dwyer afirmou a chegada do Bolsonarismo antes da eleição de 2018, a freira também estava se referindo a uma série de comportamentos, discursos e dispositivos que constituem o campo conservador dos sertões amazônicos. Para Malheiro (2022) há um conjunto de processos espaciais que formam a sociedade brasileira e que legitimam o bolsonarismo a partir de uma subjetividade autoritária imbuída do preconceito e violência que historicamente nos

²⁴ No livro Geografias do Bolsonarismo (2022), Bruno Malheiro estabelece que “o que chamamos de bolsonarismo definitivamente não se resume à família Bolsonaro. Ele é muito mais que isso. É uma racionalidade, um conjunto de comportamentos, discursos e dispositivos, é uma maneira de ver o mundo que possui bases espaciais concretas e centros de difusão, bem como, engrenagens de funcionamento e um projeto de hegemonia”.

formou enquanto país, e, portanto, se espalha onde há um ódio secular da elite patrimonialista. Em Anapu, um exemplo dessas marcas das elites patrimonialistas que precedem ao avanço da extrema direita no Brasil pode ser constatado inclusive na escolha da construção arquitetônica do prédio da prefeitura, que remete a uma sede ou casa-grande, de fazenda (Pantoja, 2020), passa-se a mensagem de que nesta cidade mesmo uma pessoa jurídica de direito público, a representação mais próxima de Estado para os cidadãos do Município, pode ser associada a um símbolo de poder autoritário ligado ao grande latifúndio.

Fotografia 4: Prefeitura Municipal de Anapu



Fonte: Google Imagens, 2025

As eleições presidenciais de 2018 no Estado do Pará escancararam a relação direta existente entre a expansão das commodities, soja, milho, e gado, e a quantidade de votos em Jair Bolsonaro, acompanhadas também de um gosto musical, sabor, modo de vestir, se comportar e adorar (Malheiro, 2022).

Uma outra questão que ocorreu na Amazônia ligada a cultura patrimonialista do agronegócio, faz parte da agenda bolsonarista e pode ser identificada em Anapu, foi a criação de um clube de tiros em 2022. A questão crescente do número de clube

de tiros no Brasil durante o governo de Bolsonaro, encontrou seu gérmen ainda em 2017 no governo de Michel Temer, quando o comandante logístico do exército, o general Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira assinou a portaria nº 28 - COLOG, de 14 de março de 2017, na qual se estabeleceu que os CAC²⁵s poderiam registrar um segundo endereço de armazenamento, e transportar armas com munição até seus locais de competição e treinamento, a partir dessa decisão ocorreu o aumento de registros de CACs.

Para Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, essa foi a primeira brecha para pessoas que queiram andar armadas. “vem com a justificativa de que é pra proteger o acervo do atirador no deslocamento, mas na prática tem sido utilizado para o porte de arma 24 horas”. (Castro, 2022)

A situação se agravou durante o Governo de Jair Bolsonaro, quando em 2019, através do Decreto nº 9.846, o número limite de armas permitidas para CACs passou de 16 para 60, entre as facilidades para os armamentistas oferecidas pelos decretos de Bolsonaro estava a liberação para compra de 20 quilos de pólvora por ano para os CACs. Segundo a investigação jornalística de Carol Castro (2022), a quantidade de clube de tiros na Amazônia legal dobrou, e este é um elemento problemático acrescido a uma realidade já violenta, especialmente no Pará, estado em que o número de assassinatos no campo cresce mesmo quando o índice de violência no campo reduz nacionalmente, como aponta os dados parciais de 2024 da Comissão Pastoral da terra divulgado em seu site²⁶.

De acordo com as informações do site da Receita Federal, o “clube de tiro desportivo de Anapu” tem dois CNPJ diferentes, o mais recente é o cadastrado sob o número 46.479.362/0001-08 em que a abertura data de 14/04/2022 sob a natureza jurídica de Associação privada, com situação cadastral ativa. O clube de tiro de Anapu é presidido por Eliaquim Siqueira da Mota, um Tenente da Polícia Militar do Estado do Pará, na rede social Instagram o perfil do clube de tiros costuma divulgar imagens dos campeonatos e de seus atiradores esportivos, mas as primeiras imagens publicadas

²⁵ Concessão de certificado de registro para pessoa física realizar atividade de colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça. Segundo o site do Governo Federal o certificado é entregue entre 60 e 90 dias corridos, após o início do trâmite do processo, é pago uma taxa de R\$ 100,00 (cem reais), e tem validade de 10 anos. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/conceder-certificado-de-registro-pessoa-fisica-colecionador-atirador-desportivo-e-cac>>.

²⁶ Até o abril de 2025 o relatório sobre violência no campo do ano de 2024, feito pela CPT ainda não havia sido divulgado estando disponível apenas dados parciais referente à violência no campo. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6998-dados-parciais-2024>.

no perfil do Clube, ainda em 2022, fazem apologia ao porte de armas, como na imagem abaixo:

Figura 2: Post do Clube de Tiros de Anapu



Fonte: Mídia de rede social, 2025.

Imagens como esta, composta por elementos como arma de fogo, a bandeira do Brasil, uso de expressões que atrelam o uso de armas à diminuição da violência são signos que se encontram sob a égide do bolsonarismo. Por sua vez, o bolsonarismo encontra um ambiente propício no necrocapitalismo que se expande pela Amazônia, alicerçado em uma mentalidade patrimonialista, patriarcal e racista, na qual o direito à propriedade privada está acima dos demais, ainda que essa propriedade seja produto do roubo, fraude, da grilagem ou, até mesmo, de outras formas de violência (Malheiro, 2022). A floresta vista como um empecilho para o desenvolvimento permite à essa figura masculinista do proprietário diversas formas de violência em nome da propriedade privada, que vão desde as correntes amarradas a tratores para derrubar árvores, o uso de venenos em suas áreas de monocultura que atingem as comunidades próximas dali, além da contratação de empresas privadas para proteção de imóveis.

Nos territórios alcançados por esses tipos de negócio exploratório, põe-se em prática o ecocídio, a violência étnica, formas de trabalho absolutamente precárias e milicianiza-se a segurança, o modo de vida e relações passam ser pautadas por essa mercantilização extremamente violenta.

Por isso, quando a privatização de bens coletivos e públicos se torna o projeto, a defesa da propriedade privada vira central, mesmo que essa propriedade privada seja grilada, roubada ou saqueada. Não importa sua condição jurídica, nem mesmo a maneira violenta de sua aquisição, pois, para esse capitalismo, a criação de mecanismos e estratégias para mantê-la e defendê-la sempre foi a regra. Dessa maneira, a lógica dos capitães do mato, dos jagunços e dos matadores de aluguel vai se generalizando pelo deslizamento da função de defesa a propriedade, atrelada à expansão de uma visão armamentista. (Malheiro, 2022, p.46).

Portanto, a fala da freira também reside nessa impressão, de que todos os signos mais violentos dessa ala conservadora já estavam presentes em Anapu, o expoente mais truculento do agronegócio na Amazônia apenas se entrelaçou com o bolsonarismo, justamente porque parte da elite local está ligada à grilagem de terras, desmatamento ilegal e milícias rurais. O bolsonarismo por sua vez estabeleceu um diálogo com essa área do agronegócio, a qual algumas pessoas do campo progressista têm chamado de “ogronegócio”.

Em maio de 2023, durante audiência na Câmara dos Deputados a Ministra do Meio-ambiente Marina Silva discursava sobre o desejo do Governo Federal transicionar para um modelo de agricultura de baixa produção de carbono, quando disse

O governo vai apostar nessa transição. Para que a gente tire o agronegócio brasileiro da condição de "ogronegócio". Porque uma boa parte já está fazendo o dever de casa, e a parte que não faz, contamina todo resto e isso tem sido um prejuízo muito grande para o Brasil, para os investimentos, para fechar acordo do Brasil com Mercosul e União Europeia.

Como no clássico literário do século XIX, *O Médico e o monstro*, de Robert Louis Stevenson que influenciou grande parte da cultura ocidental em conceber e perceber dualidades, o ogronegócio apareceu como o monstro, e seria, portanto, a faceta disforme do agronegócio, a que não é polida discursivamente, não se compromete com as questões ambientais, direitos humanos ou pegada de carbono. O ogronegócio se distancia da finesse da origem do próprio termo *agribusiness*,

nascido na Escola de Negócios de Harvard (Pompéia, 2018), e que foi abraçado pelo setor patronal no Brasil.

Nesse sentido a possibilidade de diferenciação torna possível uma leitura de que o agronegócio se trata de um setor heterogêneo, de acordo com a fala da Ministra Marina Silva e da dissertação de Caio Pompéia (2018) seria possível essa diferenciação porque o agronegócio seria composto por um campo diverso e fragmentado, no qual há um esforço de atores centrais que buscam legitimidade e poder. Para Pompéia (2018) há um processo por meio do qual um conjunto específico de atores se articula para construir, organizar e representar politicamente o que se chama de agronegócio no Brasil. Portanto, não se trata de algo posto, há um esforço ativo e estratégico para dar unidade política e simbólica ao segmento como um todo.

Entre esses grupos, há por exemplo, embates e tensionamentos sobre o apoio ao combate do desmatamento ilegal e mitigação de impactos ambientais nas atividades econômicas. Todavia a análise construída por Pompéia, principalmente com relação ao que tange o agronegócio e o meio ambiente, leva em consideração a adesão desse segmento à Coalizões, Cartas e documentos de apoio a preservação ambiental, por vezes desconsiderando a prática dos mesmos atores que assinam tais documentos. Ao final do Livro Formação Política do Agronegócio (2021) Pompéia cita um documento que propõe uma cooperação privado-estatal, encabeçada pelo Conselho Empresarial Brasileiro Para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) a carta foi endereçada ao Vice-Presidente Hamilton Mourão durante a pandemia, lembrando que à época Mourão comandava a atuação do Governo Federal na Amazônia como presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL).

A Carta propunha medidas como o combate inflexível ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros, Inclusão social e econômica de comunidades locais para garantir a preservação das florestas, valorização e preservação da biodiversidade como parte integral das estratégias empresariais, entre outros itens relevantes e urgentes para a sustentabilidade da exploração de recursos no campo brasileiro. A carta foi assinada por entidades nacionais como ABAG, IBÁ e ABIOVE, além de empresas como Agropalma, Amaggi, Bayer, BrasilAgro, Cargill, Cosan, Jacto, Klabin e Marfrig. A partir das práticas de empresas como Agropalma e Cargill no território Amazônico, e de seu sabido compromisso na ofensiva contra

territórios indígenas e quilombolas, documentos como esse parecem revelar mais uma estratégia de legitimação simbólica do que um compromisso efetivo.

Por isso, assim como no romance *O médico e o monstro*, em que se descobre tratar-se da mesma pessoa, o "ogronegocio" e o agronegocio parecem surgir de um lugar comum, tanto para os interlocutores desta pesquisa atuantes em movimentos sociais de luta pela terra, quanto para a minha compreensão enquanto pesquisadora. Se por um lado, para alguns especialistas da área ambiental, muito do que influencia o ogronegocio é a ausência de ruptura com o que há de mais colonial na nossa estrutura fundiária, por outro, o novo do liberalismo e o velho do patriarcalismo exploram-se um ao outro e sobrevivem raízes históricas comuns (Efrem Filho; Bezerra, 2013). Essas similitudes se tornam mais difíceis de identificar quanto mais alto o centro decisório, posto que maior a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento dos dinamismos econômicos capitalistas.

Contudo, as estratégias "pré-capitalistas" de dominação e controle social permanecem. Isto posto, parte do que influencia o comportamento sustentável e preocupação com o meio ambiente entre essa frente mais progressista do agronegocio são dinâmicas do comércio internacional, acordos externos entre união europeia e Mercosul, ou seja, o Mercado. Contudo, o Mercado depende muito de conjuntura, e ao transferirmos para o mercado global a autoridade de definir nossas diretrizes socioambientais e fundiárias, nos tornamos vulneráveis às flutuações e interesses de conjunturas externas, renunciando a um debate soberano sobre o futuro do campo no Brasil.

Em Anapu, observa-se a presença de ao menos dois grupos sociais de interesses opostos que buscam o uso dos recursos naturais do território, um que explora de forma desordenada a floresta, sobretudo para exploração madeireira e formação de pastagem, ou para manter imensas áreas na forma de reserva de valor, e do outro lado um grupo que busca fazer uso dos recursos de modo a garantir o necessário à sobrevivência, e viver de forma a manter atividades produtivas de baixo impacto. Durante algumas entrevistas, questionei assentados dos PDS sobre eles considerarem que suas atividades fazem parte do agronegocio, e os que consideravam que sim, o fizeram sempre diante da ressalva de acesso ao crédito, como o agricultor Lourival Costa "meio que é, mas a gente não consegue o mesmo dinheiro que eles, né?". Este é um outro dado que ajuda a compreender as dinâmicas

do conflito em Anapu, há uma disparidade nos valores de créditos disponibilizados para a pecuária em relação à agricultura, o que influencia diretamente no uso da terra (Amorim et al., 2020)

Ainda sobre a possibilidade de leitura da frase dita pela freira Jane Dwyer — de que “sempre foi a direita que mandou em Anapu” —, mesmo quando interpretada de forma literal, a frase se confirma verdadeira e encontra respaldo na realidade política da cidade. Através da análise do perfil dos prefeitos e vereadores de Anapu desde a instalação do Município, em 1997, segundo os dados do site da câmara, dos oito prefeitos apenas um era de esquerda, e os demais pertencentes, em sua maioria, ao centro com viés mais à direita, como mostra a tabela abaixo.

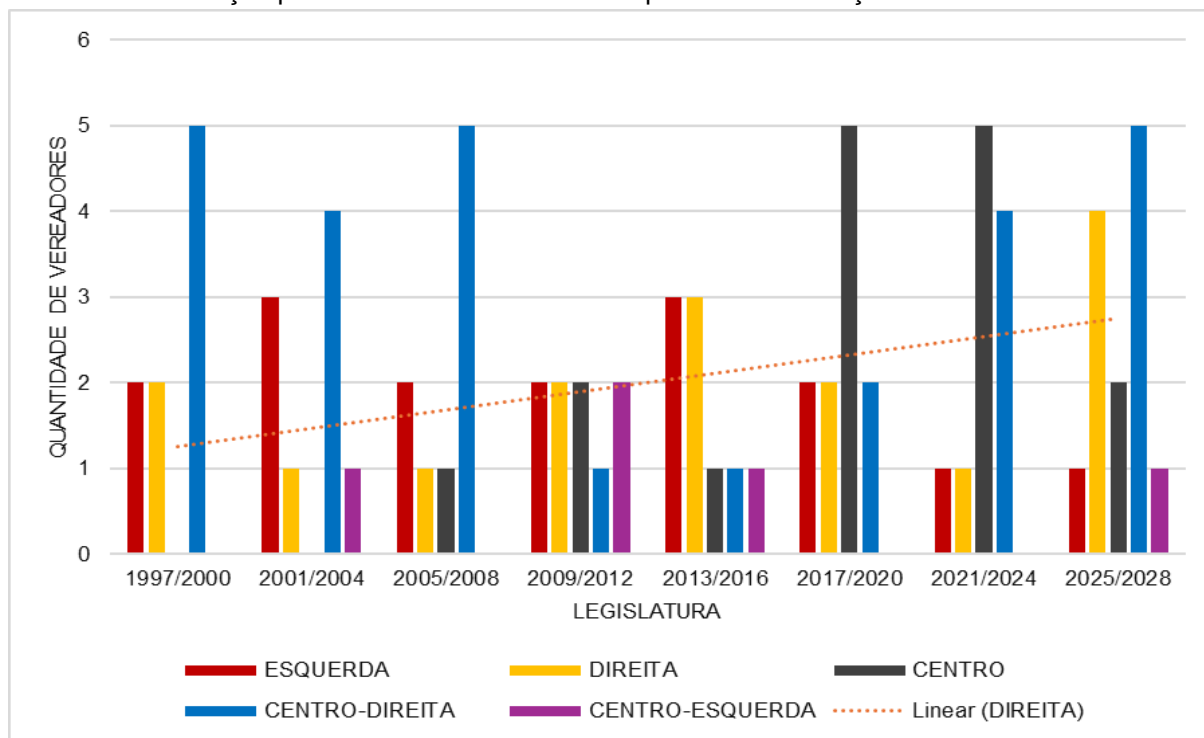
Quadro 1 - Histórico de Prefeitos do Município de Anapu (PA) – 2001 a 2028

LEGISLATURA	PREFEITO	PARTIDO	ANO DE POSSE
1997–2000 (1ª)	Luiz dos Reis Carvalho	PL	1997
2001–2004 (2ª)	João Scarparo	PSDB	2001
2005–2008 (3ª)	Luiz dos Reis Carvalho	PTB	2005
2009–2012 (4ª)	Francisco Assis dos Santos Sousa	PT	2009
2013–2016 (5ª)	João Batista Pereira da Silva	PSDB	2013
2017–2020 (6ª)	Aelton Fonseca Silva	PSDB	2017
2021–2024 (7ª)	Aelton Fonseca Silva	MDB	2021
2025–2028 (8ª)	Luiz Carlos Aguiar Leite	Republicanos	2025

Fonte: Câmara Municipal de Anapu, 2025.

Nesse sentido, a câmara municipal de vereadores apresentou um número dominante de partidos de centro direita, como PSDB, PTB, PP, e União Brasil, já entre os vereadores de partidos de direita, como PSC, PRTB, PSL, Republicanos e PRD a tendência é de crescimento, e entre os partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, PV, PDT e PSB, a tendência é de queda. Já o centro, representado pelo MDB e PSD apresentou aumento expressivo nas eleições de 2016 e 2020, contudo perdeu cadeiras para a direita na legislatura de 2025.

Gráfico 1 - Orientação política dos vereadores de Anapu desde a fundação



Fonte: Câmara Municipal de Anapu, 2025.

Apesar da repercussão mundial da morte de Dorothy e de seu reconhecimento como uma defensora de questões humanitárias e ambientais à época de seu assassinato, o posicionamento hostil de parte do legislativo conservador de Anapu manteve sua postura ofensiva com relação à freira. No trecho abaixo uma fala do, então à época Vereador pelo PMDB, Paulo Anacleto²⁷

Hoje se fala em canonizar a irmã Dorothy Stang, [assassinada em 12/2 no Pará], transformá-la numa santa. É um absurdo. Ela poderia ser santa lá na terra dela, mas aqui na nossa nunca foi e, para mim, nunca será. Morro sendo contra as ações que ela fazia aqui no nosso município. (Folha, 2005, Online)

Paulo Anacleto foi vereador no município de Anapu por dois mandatos consecutivos: entre 2001 e 2004, pelo Partido Social Cristão (PSC), e de 2005 a 2008, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Após exercer seus mandatos tornou-se presidente da associação de mototaxistas, e Conselheiro Tutelar, o discurso acima citado foi proferido por Anacleto na câmara de Anapu logo após a morte da missionária, e conseguiu repercussão nos jornais locais e nacionais, além de ter sido citado na tribuna pelos advogados dos assassinos de Dorothy Stang.

²⁷ <<https://cmanapu.pa.gov.br/omunicipio/#:-:text=PAULO%20ANACLETO%2D%20PMDDB,APOLIN%C3%81RIO%20FARIAS%20DA%20SILVA%20%2DPSPDB>> Acesso em: 31/05/2024

Em 14/05/2007, durante o julgamento de Bida, dois advogados da equipe de defesa fizeram uso dessa moção em tom sarcástico, na tentativa de descredibilizar a vítima o advogado Ércio Quaresma questionou a receptividade da população de Anapu com relação à freira “ah, mas tinha nacionalidade, era brasileira’, a persona non grata de Anapu?” Nesta estratégia retórica em que o advogado rebate a equipe de acusação sobre a relação afetiva de Dorothy Stang com o Brasil, especialmente com Anapu, o advogado mediu e resumiu a relação da missionária com os habitantes daquela região ao discurso do vereador Paulo Anacleto, que à época era alinhado aos interesses dos fazendeiros, e por isso instrumentalizava seu poder para atacar a freira e a luta pela reforma agrária naquelas vicinias da transamazônica.

Entre as muitas histórias que demonstram a complexidade do conflito socioambiental que ocorre em Anapu, a de Paulo Anacleto está disposta entre as mais emblemáticas. Enquanto à época da morte da freira ele usava de seu mandato para representar os interesses dos fazendeiros contra a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável, ao longo de sua vida esse posicionamento sofreu alterações, e quando passou a compreender e apoiar as freiras e a população na luta pela implementação dos PDS, Paulo Anacleto foi morto. Na noite de 09 de dezembro de 2019, em frente à Escola Maria das Dores, no centro de Anapu, enquanto dirigia seu carro, e levava no banco de trás o seu filho de 5 anos, dois homens chegaram em uma moto, e entre os disparos efetuados um atingiu Anacleto, que faleceu aos 51 anos de idade, deixando esposa e 4 filhos (Correio de Carajás, 2019).

Até o momento não há informações públicas sobre o caso disponíveis no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mas até 2021 reportagens (O Liberal, 2021) denunciavam que a Polícia Civil acredita se tratar de um crime com motivações políticas, estando o ex-secretário administrativo e ex-presidente da câmara de Anapu, Osvaldilon Luis dos Santos e João Batista Brito Sousa, — vereador eleito pelo PRTB— respectivamente, envolvidos na morte de Paulo Anacleto. Para alguns dos entrevistados desta pesquisa e de acordo com a família de Anacleto (Camargos, 2021) o assassinato está correlacionado à morte de outra pessoa engajada na luta por reforma agrária em Anapu, Márcio Rodrigues dos Reis.

Morto em 04 de dezembro de 2019, apenas cinco dias antes de Paulo Anacleto, Márcio Rodrigues dos Reis estava trabalhando como mototaxista à época de seu assassinato, mas havia atuado como liderança de um acampamento sem-terra

por muitos anos. Segundo os relatos Márcio dos Reis recebeu uma ligação na noite do dia 04 para fazer uma corrida, contudo, tratava-se de uma emboscada e Márcio foi morto por degola. Durante as entrevistas em Anapu fui sinalizada de que a escolha do meio com que ele fora morto continha uma mensagem: Márcio havia falado demais.

Em 2018 Márcio dos Reis havia cedido uma entrevista (Repórter Brasil), na qual relatou que vinha sofrendo perseguições e ameaças, que houvera sido preso por invasão de propriedade e porte ilegal de armas, durante a prisão Márcio teria sido vítima de violência “O delegado me prendeu. Estava junto com fazendeiros. Me algemaram, me chutaram, me deram uma coronhada na cara” (Repórter Brasil, 2019), além de liderança na ocupação das terras ligadas ao Lote 44 Márcio também era uma das principais testemunhas de defesa do Padre Amaro²⁸, após sua prisão se afastou de Anapu por conta das ameaças, e ao retornar, porque desejava estar próximo da sua família, foi morto. No dia de seu enterro Paulo Anacleto organizou um protesto pedindo punição aos responsáveis, e foi morto cinco dias depois.

Para os interlocutores com quem conversei em 2024²⁹, e para a CPT e a família de Paulo Anacleto (Camargos, 2021) há uma correlação entre as duas mortes. Entretanto, para a Polícia, e a partir da linha investigativa e das prisões efetuadas, o caso da morte de Paulo Anacleto trata-se de “motivações políticas” não relacionadas a questões fundiárias, tanto que o caso de Paulo Anacleto não foi encaminhado para a Delegacia de Conflitos Agrários de Altamira — DECA, e até o momento ainda não há processos referentes às mortes Paulo Anacleto e Márcio dos Reis no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Durante o período em que revisava e fazia as correções deste subtópico, na Sexta-Feira Santa de 18 de abril de 2025, o agricultor Ronilson de Jesus Santos, de 52 anos, integrante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar — CONTRAF, foi morto em Anapu.

Ronilson Santos estava à frente do assentamento Virola-Jatobá, um PDS de 40 mil hectares, com 120 famílias que vem enfrentando assédio por parte dos madeireiros e pistoleiros da região, segundo os relatos recolhidos pela imprensa (Carneiro, 2025), quatro dias antes de sua morte o agricultor teria publicado um

²⁸ A história do Padre Amaro será mais trabalhada no próximo capítulo.

²⁹ Ao levar em conta o cenário de extrema violência em Anapu e por tratar-se de imputação de crime optei por resguardar as falas e identidades dos meus entrevistados nesse trecho da pesquisa.

vídeo³⁰ no qual denunciava que os fazendeiros estão circulando e determinando intervenções no território dentro das áreas destinadas à reforma agrária e preservação ambiental. Até maio de 2025 as investigações apontam que João Antônio Pereira Franco teria mandado matar o agricultor em função da disputa fundiária e o assassinato seria uma espécie de “retaliação à resistência de Ronilson em deixar o local onde ocupava” (Gabriel, 2025).

Em entrevista à imprensa a filha de Ronilson de Jesus Santos, Janiele Anunciação de Jesus afirmou

Vamos ficar aqui para manter o legado dele, fazer valer o sacrifício dele pela nossa comunidade para um ver o sonho dele se tornar realidade que é cada um nós viver no seu lote tranquilo, trabalhando. Queremos saber quem foram os covardes que fizeram isso com o meu pai (Carneiro, 2025)

Na fala de Janiele de Jesus é possível perceber uma outra característica que marca o conflito em Anapu, a irmã e agente da CPT Jane Dwyer chamou de “determinação” o que move as famílias a resistir nos lotes. Durante uma das entrevistas que tive com a missionária perguntei sobre a sua percepção dos conflitos socioambientais em Anapu, se ela percebia melhoras ou pioras desde a morte de Dorothy Stang, e ao responder que percebia uma piora ao longo dos últimos anos a freira complementou, referindo-se aos agricultores “Em Anapu não houve lote em que não houvesse tido tiro contra trabalhador, o povo aqui não é violento, mas é determinado e não sai”. Para a freira, as famílias que estão hoje lutando por terra em Anapu lhe parecem mais determinadas e certas de que lutam por uma causa justa, e conseguirão sucesso em seu pleito, por isso os ataques vindos de fazendeiros e madeireiros tonaram-se ainda mais incisivos.

Somadas as mortes anteriores a essas últimas três que foram narradas neste subtópico, o número de vítimas fatais em virtude de conflitos socioambientais em Anapu, desde a morte de Dorothy Stang ultrapassa as duas dezenas. Há em parte dos sertões da Amazônia, e especificamente em Anapu, a persistência dos mesmos mecanismos de silenciamento e docilização comuns a territórios que representam um empecilho à exploração de recursos naturais. Portanto, diferentemente do que aponta alguns argumentos defendidos por parte dos advogados no julgamento dos

³⁰ Na matéria do Jornalista Taymã Carneiro sobre o caso, para o G1 Pará, o vídeo-denúncia de Ronilson Santos pode ser visto. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/04/20/agricultor-morto-na-mesma-regiao-que-dorothy-stang-no-pa-liderava-assentamento-com-120-familias-e-denunciava-invasoes.ghtml>.

assassinatos de Dorothy, a atuação da freira e o seu assassinato não denotam um desvio da normalidade, mas sim denunciam conflitos que estão colocados naquela região. Se trata de conflitos constituídos de uma violência sistemática que serve à reprodução de um projeto de desenvolvimento que atua em favor da concentração fundiária, extrativismo predatório, e controle político.

Por isso, pode-se compreender que em Anapu o bolsonarismo e o “ogronegocio” chegaram antes, pois, tanto nas bordas quanto nas entranhas da transamazônica a face mais violenta desse projeto político de desenvolvimento esteve presente desde a origem dos projetos de colonização.

1.3 FERIDAS COLONIAIS

“Colonizar, inicialmente, significa amansar uma terra não explorada; daí passou a significar conquistar uma região e implantar ali novas formas de produção e novos modos de viver. Faz três séculos e meio que a Amazônia vem sendo objeto de projetos de colonização.” (Jean Hébert, p. 35, 2004)

As imagens e sons do progresso na Amazônia marcam o conflito que está colocado, inclusive as percepções de tempo diferentes que se atravessam, o tempo da floresta, da natureza, de um plantio diverso em contraponto ao tempo da indústria, dos grandes projetos ao redor das rodovias, do tempo da monocultura, da motosserra que rapidamente derruba uma árvore, o tempo dos caminhões pesados que percorrem asfalto e terra batida com enormes toras de madeira. Presenciar minimamente o que esse progresso compele à natureza³¹, em nome de um crescimento exclusivamente econômico, que não melhora os indicadores sociais, muito pelo contrário, os piora, é violento, assim como todo o percurso que nos trouxe até aqui.

As falas desenvolvimentistas vistas ao longo de vários discursos de lideranças políticas internas, e de fora do Estado do Pará desde as Ditaduras são muitas. Contudo, durante o campo eu lembrava de uma cena específica da série documental A década da destruição, de Adrian Cowell e Vicente Rios, em que aparece um

³¹ Aqui trabalho com a noção de natureza trazida por Ailton Krenak no livro Ideias para adiar o fim do mundo, em que Krenak afirma que tudo é natureza “fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”. (2019, p. 17).

discurso do Governador Hélio Gueiros³² durante a abertura do primeiro forno de combustão de Carajás, em 1988, capturadas no episódio Montanhas de Ouro³³

Nós estamos de pleno acordo pela preservação da floresta, estamos de pleno acordo com o uso racional, ninguém vai intimidar o atual governo de que ele não deve tocar, que essa Floresta deve ser virgem, não deve ser violada. É muito cômodo para quem já atingiu o estágio de desenvolvimento, não sei se aqui tem algum paulista, como São Paulo, fica bancando o ecólogo, o (sic) meio ambientista porque eles lá destruíram tudo, fizeram, aconteceram, subiram, cresceram fizeram Cubatão, que mal se podia respirar, e agora quando já estão desenvolvidos, progresso! Eles ficam botando banca e querendo dar lição aqui na Amazônia “olha não toque nessa floresta, essa selva, Ave Maria, você não pode tocar isso, o Brasil não vai funcionar”, e ainda conseguem que entidades de outros...De outros planetas, porque o resto do mundo é outro planeta para mais aqui de Marabá, ainda consegue que fiquem mandando telegrama para o Governador deixar de tocar na floresta, não! O Governador vai tocar na floresta, tem que tocar, agora com racionalidade, com Lucidez, com competência. Quando Deus criou o mundo ele disse “de tudo podereis comer, do que está no jardim, de tudo!” fez uma exceçãozinha que foi da árvore da maçã, da maçã, foi a única exceçãozinha que ele fez e o Adão que é o nosso pai nem isso obedeceu a Deus comeu a maçã e porque comeu a maçã que nós até hoje estamos penando aqui.

Na minha mente ecoava o desfecho cristão desse discurso, a tentativa de comparar a abundância da Amazônia ao Jardim do Éden, o paraíso, e todos os seus frutos permitidos, o governador tentando se livrar da culpa, inclusive da cristã, pelos impactos ambientais proporcionados pelos fornos. Na leitura de Hélio Gueiros, e de tantos outros tecnoburocratas a Amazônia seria, portanto, esse jardim infinito de onde se pode retirar todos os frutos desejáveis, que o Deus cristão está de pleno acordo. Todavia, depois de todos esses anos, se fôssemos entrar na metáfora cristã, a Amazônia estaria mais para o fruto proibido, no qual a sua violação, em nome dessa linha de desenvolvimentismo, tem deixado as populações mais vulneráveis da região “penando aqui”.

No primeiro capítulo de seu livro Caminhos e descaminhos da Amazônia, Violeta Loureiro (2023) dialoga com a obra do sociólogo Francisco de Oliveira a fim de traçar algumas reflexões sobre a exploração de regiões ditas atrasadas, como as regiões norte e nordeste. Segundo Loureiro (2023) essa exploração resulta no

³² Hélio Gueiros foi governador do estado do Pará dos anos 1987 a 1991.

³³ A série é filmada ao longo de 10 anos, entre os anos 1980 e 1990, produzida para a Central Television de Londres, e teve co-produção da Universidade Católica de Goiás, aborda temas fundamentais para a região amazônica como primeiro contato com indígenas isolados, garimpeiros, madeireiros, o financiamento do Banco Mundial à grandes projetos, além de colonização e desmatamento através da abertura de rodovias.

aumento do empobrecimento desses locais, enquanto as outras regiões ditas desenvolvidas exploram os insumos e riquezas, e criam grandes empreendimentos que alteram as dinâmicas de vida nesses territórios, pioram os índices socioambientais e concentram a riqueza no Centro-sul. Atrelado a esse modelo cruel vem um forte preconceito sobre os habitantes desses locais ditos atrasados, porque a elite do país a fim de justificar a exploração, atribui o seu sucesso à qualidade de seus habitantes que seriam mais empreendedores, dinâmicos e preparados do que os nortistas e nordestinos.

É necessário reconhecer a existência de uma construção de subalternidade da Amazônia, na qual a tornaram o “outro” do Brasil, a partir de elementos que foram gradativamente formados no imaginário da sociedade brasileira, a região passou a ser lida como estranha, problemática e diferente do restante do país (Loureiro, 2022). Para a socióloga Violeta Loureiro (2022) existem elementos-chave que corroboraram para a construção de subalternidade da Amazônia, e que ao longo dos anos serviram para facilitar a consolidação do processo de uma nova situação colonial. Esse processo teve início durante o período colonial, e fixou suas estruturas a partir da década de 70 do século XX.

Inicialmente a Amazônia foi descrita por exploradores e viajantes europeus a partir de vários mitos, visões da terra e da população amazônica que eram em sua maioria distorcidas, o mito da superabundância, resistência e inesgotabilidade da fauna e flora, o que ajudou fundar parte do imaginário sobre a região (Loureiro, 2022). Este mito resultou em uma mentalidade que desencadeou projetos desastrosos para a região do século XX até a atualidade. Como demonstrado no discurso do Governador Hélio Gueiros, descrito há pouco, e de figuras como Delfim Neto³⁴, ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento durante a ditadura militar.

Entre os fatores que ajudaram a fomentar o imaginário estrangeiro estão alguns elementos como a colônia Grão-Pará e Maranhão ter sido a última a “aderir” ao restante do país em 1823, e mesmo diante da unificação violenta e forçada, após os ataques promovidos por D. Pedro I, a região ter continuado apartada do restante do país. Posto que até o ano de 1961³⁵ não havia ligação por terra entre a Amazônia

³⁴ Diante da descoberta do ouro em Serra Pelada o Ministro afirmou que seria possível os mais de 30 mil garimpeiros enriquecerem e ainda pagar a dívida externa do Brasil (Loureiro, 2022).

³⁵ A primeira ligação terrestre entre a Amazônia e o Brasil deu-se apenas em 1961, com a Belém-Brasília (conectando somente Belém a Brasília, e Brasília aos demais pontos do país (Loureiro, 2022, p. 150).

e o resto do Brasil, portanto, antes de tudo há um isolamento físico em relação ao centro do poder político e econômico do Estado brasileiro. Nesse sentido, o isolamento, a singularidade, bem como a sua História, foram elementos que facilitaram a conversão da Amazônia no “outro” do país, como região selvagem³⁶ e ignorante (Loureiro, 2022).

Desta forma, fatores como o isolamento geográfico, as particularidades linguísticas, o atraso no processo de industrialização, e a precarização da formação escolar formal, sobretudo se comparado ao restante do país, contribuíram para a construção da região como um polo negativo e inferiorizado. Segundo Loureiro (2022), a partir de uma leitura simplista em que se estabelece a dicotomia “moderno-atrasado”, o Sul e o Sudeste acabam representando o primeiro elemento do binômio, enquanto o Norte do país é reiteradamente associado ao atraso. Portanto a Amazônia, para os demais brasileiros, estava de fora do processo civilizatório oriundo da industrialização ocorrida no Brasil durante 1930-45, ficando marcada sob o estigma do atraso.

Todos esses elementos confirmam as dinâmicas de uma colonização não só externa sofrida pela Amazônia, mas interna, que ocorre dentro do Brasil, e que marcam o nortista. Porque como estabelece Memmi (1977), a fim de justificar e estabelecer o seu domínio e espoliação, o colonizador estabelece o colonizado como um incapaz por natureza de incorporar os ideais modernos de educação, ciência, tecnologia, e inclusive de exercer a democracia, e governar a si mesmo. Essas questões que são oriundas da colonização da Amazônia também aparecem durante o julgamento dos assassinos de Dorothy Stang.

São trabalhadas de formas distintas pela defesa e pela acusação, questões como a violência, a presença da igreja, os interesses do governo federal, o interesse internacional, a subalternização da região, têm suas narrativas disputadas durante o júri, e fora dos tribunais pela mídia. Isto posto, o Tribunal do júri é um espaço de mobilização de emoções pelos juristas, no caso de Dorothy, nesta pesquisa busco analisar como as emoções que ali são mobilizadas vão para além de amor, ódio,

³⁶ Outra questão pontuada por Loureiro (2022) é que os estrangeiros possuíam estranhamento com relação à língua falada na região no séc. XIX, pois enquanto no restante do Brasil predominavam línguas do tronco linguístico da linhagem tupi-guarani, na região amazônica a maioria das línguas indígenas derivavam do nheengatu, que até o século XIX era mais falado que o português, no Pará e no Amazonas. Essa peculiaridade foi uma vantagem estratégica durante a cabanagem, e deixou heranças no falar amazônico, que tornam o linguajar da região muito “peculiar”.

sentimento de posse, que comumente os advogados utilizam para gerar compreensão acerca de um crime contra a vida nos tribunais, no julgamento do caso Dorothy os juristas mobilizam a subjetividade dos jurados também enquanto colonizados. Abaixo, trecho de entrevista de um dos advogados do caso de Dorothy, em que ele narra o “regionalismo” como uma estratégia para se utilizar em Tribunais do júri que acontecem no que ele denomina de sertões amazônicos

Jornalista: - Ô Doutor O senhor falou aí de que não se fala de futebol, religião e política no tribunal do júri. então carta psicografada o Senhor nunca usou para defender um réu por exemplo?

Advogado: - não, não, não, não, não, não, não, mas agora por exemplo olha **Eldorado dos Carajás, Dorothy e tudo mais, aí você entra um pouquinho na política, mas colocando uma linha divisória entre o norte e o sul do Brasil, né.** Por exemplo, você pergunta qual o primeiro o primeiro presidente do Brasil, entendeu, o Deodoro da Fonseca e o último presidente do Brasil? Aí você pergunta “quantos amazônidas eles chamaram para o governo dele?” “até hoje nenhum, né. Então você vê tá todo mundo “porque a Amazônia para cá Amazônia para lá, que Amazônia é a nossa riqueza” Mas não chama uma amazônida para dizer “olha vem aqui me dizer quais são os problemas da Amazônia para que eu possa intervir e tratar melhor o povo de lá “ então veja bem certos julgamentos como Eldorado dos Carajás e irmã Dorothy, né foi esta presença da divisória entre a Amazônia e de Brasília para baixo, outra coisa por exemplo você vê todas as ruas e as capitais da Amazônia é esgoto, é a céu aberto, né, quando para vocês aí não, tá tudo bacana de Brasília até Porto Alegre você vai em estrada de Mão Dupla e tal, aquele negócio todo dia, aqui é só uma, e às vezes não tem nem acostamento. Então, essas coisas é que o tribuno né vai atçar o julgador, que são os sete jurados, né para mostrar que nós estamos no mundo sem fim, né que nós fomos sempre vítimas do governo federal, e é isso.

Jornalista: - tá aí o recado Doutor Américo, vamos legitimar essa representatividade aí, né? Vamos ser coerentes com o nosso discurso aí também humanista, né de alguns de alguns políticos aí, né e a gente não tem, é um universo totalmente de, são culturas completamente diferentes.

Advogado: - Eu digo sempre, ou lá é Brasil ou aqui é Brasil, mas os dois juntos não são Brasil

Jornalista:- Não são Brasil, Doutor falando aproveitando esse gancho, como é que o senhor vê a característica principal, por exemplo, de um tribuno do Júri “amazônida”? o senhor falou

Advogado: - Sim

Jornalista:- “Amazônida” para uma pessoa do centro do Brasil, para uma pessoa do Sul, o senhor que faz júri no Brasil inteiro

Advogado:- Certo, olha, é, quando você vai do centro do Brasil, ou sul do Brasil, aí você tem que entrar mais no Direito, né, é claro sem demérito algum ao meu povo Amazônida, né, vocês aí convivem mais com Direito, né, são mais esclarecidos, as escolas aí dão maiores condições, desde pequenina a criança vai tendo assim, esclarecimento e tudo mais e tal. Então, veja bem aqui não, aqui a coisa é diferente, né, então quando você vai no centro do Brasil ou no sul do Brasil também aí existe uma pequena diferença, né, eu já fiz júri na Serra Gaúcha, na Serra Gaúcha predominância é o italiano ou alemão, né, camarada que vai a júri numa comunidade alemã, ele tá 95% Condenado, já entra com esse estigma lá

Jornalista:- Sério? Por quê?

Advogado:- Que o alemão é muito rígido, já vai pra condenação

Jornalista:- Ah, tá

Advogado: -o italiano mais moderadozinho, entendeu? E quando é mais aqui para o centro do Brasil, entendeu, aí já deu uma maior chance de absolvição. Mas aí você tem que atacar sempre o Direito, as perícias, essas coisas todas, esclarecer bem o pessoal, já é um pessoal bem esclarecido. Já o amazônida, tem vezes que a gente vai no tribunal do júri aqui, né, e eu já fiz júri que o camarada aqui, o jurado só sabia assinar o nome, entende? Fatos que acontecem, e acontecem mesmo na minha região, fatos que não podemos fugir porque é a realidade.

Jornalista:- E o senhor acha que funciona assim Doutor? Essa discrepância social é muito triste no Brasil, é sério, muito triste, mas você acha que funciona o júri assim? Com pessoas assim, analfabetas, pessoas bem pouco esclarecidas?

Advogado:- Pouco esclarecidas, é, funciona, funciona, às vezes funciona, né, mas aí é como eu lhe digo, **você tem que correr pro regionalismo, né, correr pro regionalismo, entende? aí então às vezes dá certo, é isso.**

Jornalista:- Tem que se embasar com **a cultura local**, né, Doutor?

Advogado:- é.

Jornalista:- Tem que tentar pegar pela emoção da pessoa

Advogado: - é. [...] (informação verbal)³⁷

Dentro dessa lógica dual se estabelece o amazônida como colonizado, semelhante a clássica figura do selvagem, e por isso mais atrelado à passionalidade, pouco cartesiano, pouco iluminado pela razão, logo, mais suscetível as narrativas contadas na tribuna, com suas emoções mais passíveis de serem mobilizadas do que o sudestino civilizado, descendente do europeu, que passou pelo iluminismo, e por isso foi tocado pelo Direito, pela razão.

Portanto, os “de Brasília pra baixo” se organizam logicamente a partir do discurso científico, e por isso necessitam de provas, de discussões acerca do que diz o processo penal e o Direito brasileiro para só então decidirem seu veredito. Dentro do que essa pesquisa tem mostrado, é comum entre os advogados criminalistas o discurso de que eles enquanto indivíduos não têm lados políticos, durante uma imersão jurídica em Direito Penal que participei em 2023 o principal palestrante e organizador do evento declarou a seguinte frase “no Tribunal do Júri não se discute futebol, política e religião”.

Contudo, quando um advogado que já atuou em casos de grande repercussão que envolvem mortes por conflitos socioambientais afirma que nesses casos há uma

³⁷ Entrevista do advogado Américo Leal fornecida em 2023 à jornalista Fernanda Piacentini para o canal de youtube The Exposed Brasil,, a entrevista recebeu o título de “O mestre dos magos dos grandes julgamentos – Américo Leal”, e conta com 3.780 visualizações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8l6rtaH8A8>>. Em 2024 Américo Leal completou 50 anos atuando em Tribunais de júri, famoso pelas polêmicas envolvendo sua atuação no Júri da chacina de Eldorado dos Carajás, Américo Leal anunciou nas últimas palestras que estive presente, e em entrevistas recentes, que foi convidado para compor o júri da defesa dos acusado de assassinar o indigenista Bruno Pereira e jornalista Dom Phillips.

exceção para a política que consiste na discussão acerca da Amazônia diante do Brasil e do mundo, ele o faz para evocar uma série de hábitos e comportamentos que ele atribui serem próprios dos sertões da Amazônia. Quando apresentei algumas dessas falas a um professor de documentário e arquivo no mestrado, ele me questionou sobre as repetições, como as falas sobre Dorothy que se repetem através do tempo em entrevistas, e sua relação com a Amazônia, o professor me questionou se eu não acreditava que essa era uma tentativa de produzir uma verdade. Ana Lúcia Schritzmeyer (2001) aponta que o tribunal do júri é um jogo-rito, em que os participantes têm regras internalizadas, e que essas regras reiteram modelos e suscitam novos significados e compreensões, dessa forma percebo que há a contradição recorrente a esses casos, de reconhecer a Amazônia como esse lugar de exploração, mas a tentativa de deslocar a leitura do conflito socioambiental do ponto de vista histórico, para que ele não pareça algo estrutural.

Nesse sentido, a narrativa reproduzida pelos advogados naquele tribunal do júri mescla uma série de discursos extremamente politizados, que denotam compreensões acerca de movimentos sociais, uso de recursos naturais, integração da Amazônia, e o papel social da igreja. Essas sustentações em júri contradizem falas em eventos e entrevistas desses advogados, como a do advogado Américo Leal sobre uso do regionalismo. Ao falar sobre o Tribunal do júri em palestras, os advogados que compuseram a defesa do primeiro julgamento de Bida, afirmam que no júri não se deve falar de política, e gostam de assumir uma postura que entendem por neutra. Apesar dessa pretensa neutralidade, nos julgamentos, livros, reportagens e trabalhos acadêmicos analisados nesta pesquisa as determinações ideológicas se revelam plenamente no componente semântico dos discursos construídos (Fiorin, 2007).

“Por isso que eu falei aos senhores “esqueçam tudo o que ouvirem, todo o pré-julgamento que houve, antes dos senhores chegarem aqui e julgarem esta causa”, porque existem interesses enormes, muito fortes por trás disso tudo, Bida é o troféu, Bida é o troféu para que o Estado diga depois que está resolvendo o problema fundiário no Brasil, inúmeros brasileiros já morreram nisso tudo, e o Estado não tomou essas providências todas. Não teve toda aquela pirotecnia que ocorreu por ocasião de morte de Dorothy, uma mesma pessoa, um brasileiro morreu na mesma data, não foi exército atrás do acusado, não foi polícia federal, não houve as tantas flores de velório para ele, o processo tá aí parado, os réus estão foragidos, cadê o exército e a polícia federal para irem atrás do Geraldo Magela? Cadê o julgamento sério exigido pela opinião pública?”

O trecho acima reúne argumentos como a problemática da influência da grande mídia em julgamentos, tema sensível ao campo da criminologia. Neste discurso, apesar de reconhecer problemáticas que envolvem a questão agrária, o advogado imprime um tom acusatório sobre a atuação dos movimentos de luta por direitos humanos. Contudo, em outros momentos do mesmo julgamento, um segundo advogado da mesma equipe teceu falas de forma a desvincular o crime de toda a estrutura que alicerça o cenário de múltiplas formas de violência contra os trabalhadores rurais. Ignorando temas como a ausência de reforma agrária, a leniência do Estado com os crimes interligados a grilagem de terras, e os impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento na região, a morte de Dorothy se tornou unicamente a resposta de um grupo violento.

Como se esses conflitos ocorressem por uma violência que seria cultural da região, e se originasse tão somente pela desigualdade social construída na Amazônia fruto de uma exclusão do restante do país, como pretende o discurso de outro advogado de Bida no primeiro julgamento. Em 2007, o advogado Américo Leal em trecho do documentário³⁸ de Daniel Junge afirma: “Não houve um crime de encomenda, houve um homicídio simples, em que um sujeito discutiu com outro, se aborreceu e deu um tiro, é muito difícil sobreviver quando se aborrece as pessoas naquela região”.

³⁸ O documentário “Mataram irmã Dorothy” do premiado diretor Daniel Junge chama atenção pelas imagens e discursos que capta dos advogados de defesa, durante a entrevista que realizei com a irmã da congregação de Nossa Senhora de Namur, Lucianny Diniz, ela elogiou a sagacidade do diretor, “eles, os advogados, falavam tudo o que iam fazer, dentro do carro, eu não sei como o Daniel conseguiu entrar, porque tem uma parte que aparece o Imbiriba (advogado de defesa) falando como é que ele iria fazer, né? E ele conseguiu outros materiais que não estão todos naquele doc, ele deve ter, esqueci o nome que dão pra esse negócio, as sobras do documentário, né? Eles, assim, depois que alguém traduziu pro português, porque o Daniel não entendia o português, depois que traduziram pra ele, ele disse “como é que eles falam sabendo que tem um jornalista dentro do carro?”. Ele tem muito material bruto, mas não sei se ele tinha noção do peso das gravações que ele tinha”.

2 CAPÍTULO: DOROTHY E AS IRMÃS DE NAMUR, MULHERES CONFLITUOSAS FRENTE AO CONSERVADORISMO

2.1 O SEQUESTRO DA RELIGIOSIDADE COMO ELEMENTO DE DESUMANIZAÇÃO.

“Ordenaram a Tito que tirasse a roupa. Nu, foi fotografado de todos os ângulos. Ao preencher a ficha, indagaram a que organização política pertencia: - À Igreja- respondeu ele” (Betto, 2021)

Este é um trecho do livro *Batismo de Sangue* (2006), obra em que no sexto capítulo, intitulado - a paixão de Tito, o autor, Frei Betto descreve a biografia do frei dominicano Tito de Alencar Lima. Frei Tito, nasceu em 1945, era cearense, de uma família pobre com 11 filhos foi um religioso engajado politicamente, comprometido na luta pelos pobres e que, sob a acusação de terrorismo, foi duramente torturado pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. Preso nos anos de 1968, depois em 1969, os níveis de violências cometidas contra Frei Tito reverberaram por anos em sua mente, levando o frade a inúmeras alucinações que envolviam memórias de suas sessões de tortura.

Em 10 de agosto de 1974, durante seu exílio na França, após sucessivos episódios de alucinações o frei tirou a sua própria vida. Para além da tortura física seus algozes, comandados por Sérgio Paranhos Fleury, utilizavam de signos cristãos para complemento da tortura psicológica, como nos episódios narrados pelo frade nas cartas abaixo (Betto, 2006, posição 4.063 e 4.125)

Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca “para receber a hóstia sagrada”. Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a igreja, e berravam que os padres são homossexuais porque não se casam. Às 14 horas, encerraram a sessão. Carregado, voltei à cela, e fiquei estirado no chão [...]

No sábado teve início a tortura psicológica. “a situação agora vai piorar pra você, que é um padre suicida e terrorista”, diziam eles. “A Igreja vai expulsá-lo” Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato, e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.

Para esses torturadores era necessário se valer dos signos cristãos-católicos para alcançar a subjetividade desses religiosos durante as sessões de tortura, em meio aos relatos do frade trazidos no livro os algozes de Frei Tito diziam que a Igreja iria expulsá-lo, passou a ser acusado de terrorista, e subversivo. As denúncias

envolvendo a prisão dos frades dominicanos e as torturas de Frei Tito ganharam repercussão na época, o religioso é um dos protagonistas do documentário *Brazil, a Report on Torture* (1971)³⁹, produzido por Saul Landau e Haskell Wexler.

Neste mesmo período também foi banida do Brasil a freira Maurina Borges da Silveira, em sua tese, a historiadora Caroline Cubas (2014) aponta o silenciamento em torno da tortura e banimento da Madre Maurina como uma questão de gênero. Ressalta uma frase usada por Dom Evaristo Arns como pista do silêncio que rondava a freira “Ela era uma mulher e freira, isso chamava atenção mais que tudo”. Para a historiadora (Cubas, 2014) a prisão e tortura da freira criava uma situação ambivalente para a Igreja Católica brasileira, pois ao mesmo tempo que servia para expor as violações cometidas de Estado brasileiro, também colocava em xeque as transformações institucionais da própria igreja, posto que uma mulher religiosa passou a ocupar um espaço social, público e político que não era “naturalmente” seu.

Maurina Borges da Silveira era da zona rural de Minas, nasceu em 1926, fez seus votos perpétuos junto à Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Durante sua prisão, em 1969, os jornais, antes mesmo do inquérito ser finalizado, já anunciavam a freira como terrorista e subversiva. A prisão de Madre Maurina se deu porque em 25 de outubro de 1969 fora apreendido material considerado subversivo no Lar Santana, e a religiosa foi enquadrada no art. 260 do Código Penal Militar, que trata de destruição, deterioração, inutilização ou desaparecimento de coisa alheia (Cubas, 2014).

Em carta encaminhada ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, datada de 17 de dezembro de 1969, a freira descreve parte do tratamento que lhe teria sido aplicado no Quartel Militar de Ribeirão Preto. Nessa carta a freira fala de forma rápida sobre as torturas físicas, mas descreve, assim como Tito, muitos detalhes do que compunha a tortura psicológica

"Você sabe que usamos de torturas, mas para você não é difícil suportar, porque a vida das freiras já é uma tortura. É tão cínica, como pode se fazer de inocente, sua freira do diabo. Você não é filha de Deus. Fica sabendo que teremos o prazer de prender bispos e padres, não pense você que eles poderão te livrar. O que você tem nos joelhos, cicatrizes de tanto rezar... e por que não reza agora? Não adianta mais... Você não é mais virgem. Vamos fazer um exame ginecológico. Jogou o hábito fora, ótimo. Podemos fazer de

³⁹ Este documentário foi produzido por uma dupla de documentaristas americanos que foram ao Chile para entrevistar Salvador Allende, enquanto aguardavam para gravar com o então presidente, os 70 presos políticos brasileiros, que haviam sido libertados em função do sequestro do embaixador suíço chegaram ao Chile, entre eles estava Frei Tito de Alencar.

você o que nós queremos..."Davam risadas sarcásticas. Até aquele momento silencieei, escutando tudo aquilo, sem compreender o seu significado.

Em seguida Dr. Fleury perguntou-me: "Você é amante do Mario Lorenzato? Responda afirmativo, é o suficiente, estará tudo resolvido. Vai me dizer que é diferente dos outros." Jamais poderia afirmar uma tal mentira. Insistiu muito nisso. Foi então que ligaram a máquina de choques, e se divertiram as minhas custas.

(...) Tive a impressão de estar abandonada por todos: pela minha família de sangue e família religiosa, a qual pertenço a mais de 20 anos. Outro tormento foi a falta de assistência religiosa. Por duas vezes solicitei a presença de um sacerdote para levar-me o sacramento da Eucaristia. Não o permitiram dizendo: "TAMBÉM ISTO FAZ PARTE DO CASTIGO". (...)Não me foi possível esclarecer nada; tudo era feito na base da gritaria e pancadas naquele interrogatório. A certa altura o referido delegado gritou: "Veja se não vai esquecer do seu Deus?" (Madre Maurina, 1969 apud Carolina Cubas, 2014, p. 271 e 273)

Em sua carta de Madre Maurina denuncia o desdém dos policiais pela sua condição de religiosa, o uso de expressões como "freira do diabo", "teremos o prazer de prender bispos e padres, não pense que eles vão te salvar", e "jogou o hábito fora, ótimo. Podemos fazer de você o que nós queremos". Esse desprezo que envolve, inclusive a negação da eucaristia, não se trata da expressão de desprezo destinado à fé de forma geral, mas ao exercício da fé praticado por uma suspeita de subversão e ligada a grupos de esquerda (Cubas, 2014). Nesse contexto, para esses policiais a ligação da freira com grupos de esquerda denunciaria a prática de um cristianismo falacioso, como é compreendido por Cubas (2014) a partir da frase "Você não é filha de Deus".

A fala em que o policial ressalta a falta de uso de hábito pela freira, que naquela época tinha como intenção soar como uma aproximação da Igreja ao povo, foi ressignificado pelo torturador. Para ele, a ausência do hábito imprimia falta de legitimidade na religiosa, e afastava a freira de um viés mais tradicional, portanto, faria da freira um corpo mais suscetível aos abusos dos interpeladores (Cubas, 2014). Nesse sentido coaduna o relato da freira Luciany Diniz, da congregação de Notre Dame de Namur, em que a obrigatoriedade do uso do hábito pode ser lida como um signo que indica uma congregação como mais conservadora⁴⁰.

Enquanto frei Tito estava entre os 70 presos políticos libertos em negociação feita a partir do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, o nome da freira estava numa lista de presos políticos que deveriam ser banidos do Brasil em troca de Nobuo Okuchi, cônsul japonês, sequestrados por integrantes da Vanguarda

⁴⁰ Segundo a freira, a obrigatoriedade do uso ou não do hábito por uma congregação pode influenciar na escolha da Ordem religiosa que uma mulher opta por seguir.

Popular Revolucionária —VPR. Contudo, não há clareza sobre como o nome da Madre teria sido incluso na lista, segundo seus familiares, a inclusão de Maurina funcionaria como uma propaganda política para os grupos de esquerda chamarem atenção e demonstrarem que os militares tinham chegado ao nível de prender e torturar religiosos. Contudo, para o cardeal Paulo Evaristo Arns essa teria sido uma estratégia usada pelos próprios militares para desmoralizar os religiosos, como se dissessem “Olha, precisamos agir, pois até as freiras já estão metidas nisso” (Cubas, 2014).

Nesse período histórico compreendido pela ditadura militar no Brasil, o termo subversivo⁴¹ era atribuído àqueles que não correspondiam ao modelo político, cultural, moral e comportamental (Cubas, 2014). Mesmo que inicialmente o setor conservador da igreja católica brasileira tivesse apoiado o regime militar, como ilustra os casos das marchas da família com Deus pela liberdade (Codato; Oliveira, 2004), e dos rosários contra o comunismo (Pereyra, 2024), as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um tensionamento nesta postura da Igreja. Pois, no período anterior, nas décadas de 50 e 60 havia uma postura mais distanciada da vivência prática e das exigências imediatas do cotidiano das populações do campo, de acordo com Loureiro (2015) a base da atuação da Igreja, nessa fase, se dava através do trabalho de padres isolados, inseridos na estrutura hierárquica da Igreja, a atuação desses religiosos se relacionava mais com o dever de obediência religiosa do que com a coordenação de atividades de base.

Ainda segundo Loureiro (2015) esse perfil mais conservador da Igreja, dominante até os anos 60, coadunava perfeitamente com um mundo em que ainda que houvesse pobreza, não se afetava pela miséria e pelo conflito. Neste momento, ao menos na Amazônia, os padres se faziam presentes nas festividades religiosas e se incumbiam majoritariamente de questões e práticas religiosas, sem atuar de forma participante e solidária nas exigências cotidianas coletivas. Até o final dos anos 60 o modelo econômico imposto pela ditadura ainda estava em fase de definição, mas os

⁴¹ A Lei de Segurança Nacional (Decreto- Lei nº 898, de 1969) não definia o que efetivamente era subversão, apesar de prever penalidades a propagandas subversivas, no texto legal eram descritos os atos que poderiam ser criminalizados quando realizados com objetivo subversor. Contudo, indefinição, fazia com que o reconhecimento do objetivo fosse um exercício interpretativo e subjetivo, o que dificultava a possibilidade de defesa ou negação de determinadas acusações. Como exemplo, a Historiadora Caroline Cubas (2018) cita o artigo 34 da LSN de 1969: "Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social. Pena: reclusão de 2 a 4 anos."

problemas de terra já começavam a afligir os colonos em vários pontos do território nacional, especialmente na Amazônia (Loureiro, 2015).

O anticomunismo católico que marcou o início do regime militar, e teve forte adesão da classe média da época, ganhava força com a guerra fria, pois existia a propagação de que entre os “perigos” da União Soviética e do comunismo estava o ateísmo. Por outro lado, o Estado Unidos se apresentava a partir de um discurso que reunia valores morais, elementos culturais do país, e a apropriação da religiosidade cristã era utilizada para justificar a batalha política, ideológica e espiritual da guerra fria (Pereyra, 2024). Durante o século XX a classe trabalhadora estava se aproximando do comunismo, e a Igreja Católica buscava medidas que também a aproximasse dessa classe, conquistasse novos fiéis e garantisse a perpetuação da religião.

Tendo em vista essas preocupações, no Concílio Vaticano II⁴² (1962-1965), a instituição colocou a questão da justiça social e direitos humanos como prioridade, a fim de alcançar os trabalhadores e movimentos sociais. As novas diretrizes fixadas neste evento desencadearam alterações sacramentais, litúrgicas e pastorais, questões como as missas deixarem de ser celebradas exclusivamente nas igrejas, o abandono da exclusividade do uso do latim e permissão do uso da língua vernácula para celebração de missas, eventos eucarísticos, matrimônios e afins. Pesquisadores (Schiavo, 2014) compreendem que o Concílio Vaticano II foi responsável por outros eventos singulares na Igreja católica, como a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968) e Puebla (1979), o surgimento da Teologia da Libertação — TdL, os planos de pastoral da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros — CNBB, e a proliferação das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs.

Em meio a esse cenário de desejo de parte da Igreja católica em se aproximar mais da população, e de propor uma leitura mais voltada aos pobres, a Teologia da Libertação se tornou o principal referencial teórico para as CEBs. A TdL apareceu como uma concepção teológica embasada em uma análise do plano social e político pautada em teorias e conceitos das ciências sociais, em particular do marxismo

⁴² Segundo Schiavo (2014) o Vaticano II foi um concílio ecumênico que reuniu o mais alto escalão da hierarquia católica em suas quatro sessões, resultando em um conjunto de textos que passaram a orientar as ações da Igreja em vários âmbitos, e influenciou a realização de eventos como as conferências episcopais latino-americanas de Medellín.

(Schiavo, 2014). Mais do que isso, para autores como Marjo de Theije (2002) a TdL pode ser definida a partir de três pontos centrais

O primeiro consiste na noção de que não se faz teologia separadamente dos contextos socioeconômicos e políticos que afligem a vida dos fiéis, isso significa que os pressupostos teológicos devem proceder da real conjuntura em que vive o povo de Deus. O segundo diz respeito à opção preferencial pelos pobres, entendendo que a desigualdade social gerada pelo capitalismo, que impõe uma situação de opressão aos pobres latino-americanos, é algo construído historicamente pelo próprio homem e não pela vontade divina; assim, seria obrigação de todos, e principalmente da Igreja, romper as estruturas opressoras desse sistema em nome da “libertação dos oprimidos”. O terceiro ponto refere-se à salvação tão almejada pelos cristãos, que não seria um prêmio obtido após a morte, mas sim conquistada durante a vida terrena por meio de uma postura politicamente inspirada na humanidade de Cristo e refletida numa ação em defesa da vida em plenitude, em contraposição às agruras de um sistema opressor e excludente que afeta a vida das pessoas. (Marjo de Theije, 2002, p.23 apud Schiavo, 2014, p. 100)

As CEBs tinham como característica reuniões de grupos para discussão de textos bíblicos e interpretações a partir dos mesmos em diálogo com a realidade e o cotidiano vivido pelos trabalhadores, essa prática tornou as CEBs um espaço de conscientização em face dos problemas sociais. Nos anos de 1968 a 1978, durante a vigência do AI-5⁴³, espaços de articulação política, como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais foram fortemente perseguidos pelo regime, nesse momento espaços da igreja católica, especialmente as CEBs se tornaram, em muitas regiões do país, lugares de organização sociopolítica da população. Após a abertura do regime muitos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram seus quadros ocupados por militantes oriundos das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (Schiavo, 2014).

Então, núcleos da igreja católica, como a CNBB que tinham apoiado o golpe em 1964, passaram a assumir uma postura de oposição à ditadura diante dos crimes

⁴³ Alguns analistas dividem os anos de ditadura militar brasileira em três períodos, de 1964 -1968, depois de 1968-1978, e o final de 1978-1985. Segundo Nilson Borges (2003) o período inicial foi marcado pela discussão de devolução ou não do poder político aos civis, o período seguinte foi delimitado por uma fase mais truculenta e repressiva do regime, durante o período de vigência do Ato Institucional nº5, já a última fase envolveu um processo de abertura política para o fim do regime e eleições presidenciais. O período de duração do AI-5 é tido como o período de maior repressão da Ditadura pois envolvia amplos poderes para o chefe do executivo, o transformando em um déspota com poderes ilimitados, fora isso as garantias e estabilidades dos servidores públicos e magistrados foi suspensa, além disso houve a suspensão do direito de *habeas corpus* em casos de crime político. O aumento da repressão causada pelo AI-5 possibilitou ao Estado meios para punir e enquadrar lideranças e segmentos rebeldes do seu próprio campo, como parlamentares, juízes e a imprensa. Segundo Motta (2018) Significativamente, alguns deles só então começaram a perceber aquele regime político como uma ditadura, tendo passado ao campo da oposição ou se tornando apoiadores críticos do regime militar.

cometidos pela repressão que envolviam assassinatos, tortura e desaparecimentos contra civis, incluindo membros da igreja católica.

A CNBB (...) percorreria um longo trajeto. Após ter quase dado apoio ao regime militar (1964-1968), levantou uma voz tímida contra os excessos da repressão (1968-1972) e finalmente se firmou nas críticas às violações dos direitos humanos e abusos (1973-1982). (Scot Mainwaring, 2004. p. 131 apud Caroline Cubas, 2014, p.237)

Neste momento, na Amazônia, a política desenvolvimentista dos militares começava a ficar mais evidente, e enormes concessões de terras e vantagens passaram a ser oferecidas aos fazendeiros, no intuito de modernização do latifúndio. Diante desse processo de aumento da concentração fundiária, motivada pela apropriação indevida de terras, venda de terra pública aliada à expulsão dos posseiros, a Igreja se dá conta da necessidade de posicionamento face o campesinato (Loureiro, 2015). Principalmente em virtude de padres e bispos de zonas rurais que passaram a sofrer perseguição pelos órgãos de repressão do governo, a partir dos anos 70.

2.2 “ELA NÃO ERA UMA SANTA” – DOROTHY E AS TRAMAS DE LUTA PELA TERRA.⁷

“Eu aprendi que a fé sustenta você. E aprendi que três coisas são difíceis: 1º) enquanto mulher, ser levada a sério na luta pela reforma agrária; 2º) manter a fé em que esses pequenos grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais poderão se organizar e serem protagonistas de suas próprias demandas; e 3º) e ter a coragem de dar a sua própria vida nessa luta” (Dorothy Mae Stang, 2003)⁴⁴

No Pará, as CEBs exerceram um papel importantíssimo de politização na região da Transamazônica, muitas associações e movimentos sociais surgiram a partir dos estímulos de religiosos da Igreja Católica ligados à TdL. Em pesquisa realizada na região de Altamira, à 70km de Anapu, a antropóloga Paula Lacerda (2013) identificou grupos como Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da cidade, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Fundação Viver, Produzir e Preservar, Prelazia do Xingu, além de outras cooperativas de pequenos agricultores que foram impulsionados por religiosos católicos inspirados pela Teologia da Libertação.

⁴⁴ Trecho de carta escrita por Dorothy Stang em 2003, como resposta a amigos e familiares que estavam preocupados com as notícias de que a freira estava jurada de morte. Disponível em: < <https://ihu.unisinos.br/categorias/648395-cartas-de-irma-dorothy-2-artigo-de-felicio-pontes-jr>>.

Na região da Transamazônica as Comunidades Eclesiais de Base atuaram apoiando os migrantes e foram fundamentais para inspirar a população a organizar suas demandas frente ao Estado. Essas atuações se concretizaram através de distintas estratégias como passeatas, remissão de cartas, caravanas a Brasília, entre outras. Para Dom Erwin Kräutler⁴⁵ e os demais religiosos envolvidos, a estratégia de representar politicamente os interesses dos trabalhadores rurais, colonos e migrantes era tido como algo provisório, pois com o tempo as lideranças locais se fortaleceriam. Ainda sob a leitura do Bispo (Lacerda, 2013), o sindicalismo rural durante os anos 70 e até o início dos anos 80 na região de Altamira exercia um papel mais assistencialista, como atuação em distribuição de cestas básicas oriundas de recursos políticos locais ou da própria igreja, nesse período os sindicatos atuavam mais em questões como a aposentadoria dos trabalhadores rurais e ajuda para conseguir consultas médicas.

Portanto, no contexto de abertura e ocupação da Transamazônica os sindicatos ainda não se configuravam como uma frente articulada de luta por reforma agrária. Naquele momento, mesmo outras frentes de mobilização eram reprimidas, uma vez que estavam sob vigilância. Desta forma, não apenas os sindicatos, mas também outras iniciativas de mobilização social foram suprimidas, inviabilizando a articulação da população que buscava denunciar as violações de direitos decorrentes do processo de ocupação promovida pelos militares na Amazônia. Com isso, esses religiosos mais influenciados pela Teologia da Libertação passaram a oferecer apoio em denunciar as violações, a mediar demandas desses trabalhadores junto a órgãos governamentais, além de oferecer apoio logístico e na produção de dados que ajudam a oferecer as denúncias (Lacerda, 2013).

Para o sindicalista rural Gabriel do Nascimento, migrante que se estabeleceu na região que viria a se tornar Anapu, desde 1987, e atuou como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, a presença de Dorothy Stang foi fundamental para auxiliar na organização dos trabalhadores, mas não distante de enfrentamentos de tensões com a Igreja.

“Alguns padres já passaram pela Paróquia, tem padres que não tem envolvimento direto, porque é diferente, uma coisa sou eu dizer: - Faça você.

⁴⁵ O austríaco chegou ao Estado do Pará em 1965, e tornou-se bispo em 1981. É Bispo emérito da prelazia do Xingu, que abrange municípios como Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, entre outras (Camargo, 2007). O Bispo também é presidente da Rede Eclesial Panamazônica, e é uma das referências religiosas ligadas a luta por direitos humanos em defesa dos indígenas, ribeirinhos, e trabalhadores do campo, teve um papel importante na inserção do capítulo sobre os indígenas durante a constituinte de 1987/1988.

Outra coisa sou eu dizer “vamos fazer”, aqui a CPT é forte porque está sempre junto às Associações e Sindicatos, a Dorothy veio pela CPT e se integrou diretamente (...). A gente em eventos como o de hoje fala muito das vitórias, mas eu vi a Dorothy chorar mais de uma vez, a Dorothy não tinha o apoio diretamente da hierarquia da igreja, e ela chorava muitas vezes. Falando assim, de um contexto geral da Igreja católica, né? antes, quando Dorothy era viva a gente tinha uma janela aberta, depois da morte dela passamos a ter as janelas e as portas, mas tiveram que ter essa perda”.

Ainda no que tange a pesquisa da antropóloga Paula Lacerda (2013) o processo de formação dos movimentos sociais na região amazônica aponta para a influência da Igreja Católica na formação de lideranças e para a crescente presença feminina nas mobilizações. Como citado anteriormente, após o período de reabertura democrática, os quadros de partidos políticos e movimentos sociais foram preenchidos por pessoas oriundas das CEBs. Lacerda (2013) cita como em Altamira organizações femininas preexistentes, com o apoio das CEBs e motivadas pela Campanha da fraternidade de 1991⁴⁶, criaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, agora chamado de Movimento de Mulheres. Em grupos de leitura organizados pela Igreja Católica estas mulheres estudavam o texto da Constituição Federal, e à época, o recém-criado Estatuto da Criança e do adolescente — ECA, legislações que iriam se tornar os alicerces dessas mulheres em suas lutas por direitos.

Em meio à sua pesquisa, a geógrafa Ingridy Ferreira (2019), destaca o papel da Igreja em conseguir reunir as famílias que estavam dispersas ao longo da Transamazônica, e no papel fundamental de Dorothy Stang, através das CEBs, em ajudar a criar laços e organizar esses agricultores, impactando especialmente as mulheres. A missionária ao longo dos anos de trabalho na região de Anapu, junto aos agricultores e suas famílias construíram organizações específicas como cantinas, cooperativas, revendas, a Associação Pioneira Agrícola da Transa-leste, que depois se tornou a Associação Solidária Econômica Ecológica de Frutas da Amazônia — ASSEEFA (Ferreira, 2019, p.81). Para além dessas organizações, Dorothy Stang também teve influência sobre a criação do movimento de mulheres, denominado Movimento de Mulheres Lutadoras e Fraternas de Anapu.

⁴⁶ A campanha da fraternidade desse ano era intitulada “Mulher e Homem: imagem de Deus”, e para as interlocutoras de Lacerda (2013) dentro das CEBs as discussões se encaminhavam para reflexões do maior problema de desigualdade de gênero identificado naquela época, a violência doméstica. O movimento seguiu galgando novas disputas, conseguindo a implementação de um Conselho Tutelar antes mesmo da capital do Estado do Pará, e avançou em demandas de Saúde, e merenda escolar.

A missionária identificava, assim como as atuais freiras residentes em Anapu, que a jornada de trabalho diária de mulheres do campo envolvia trabalhar na roça, buscar água no poço, cuidado com crianças e marido, além de pilar arroz e feijão. A partir da identificação dessas dificuldades enfrentadas, a religiosa pensava em iniciativas que buscassem facilitar as triplas e quádruplas jornadas de trabalho feminino. Ferreira (2019) ressaltou que Dorothy além de atuar junto à essas mulheres no fomento de iniciativas comerciais para melhorar a dinâmica de vida e renda dessas famílias, a freira também auxiliou na compra de maquinário de pilar arroz e feijão para que houvesse diminuição no esforço físico enfrentado por essas mulheres, além de valorizar seu tempo e trabalho.

Em Anapu, os agricultores que tive a oportunidade de entrevistar relatam que as “irmãzinhas”, forma como parte deles se referem às freiras da congregação de Notre Dame de Namur presentes em Anapu, são grandes apoiadoras nas lutas por terras, e o mais importante, atuam como facilitadoras na permanência deles nas terras, tanto os que já se encontram em lotes regularizados, quanto os que ainda aguardam pela efetivação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável — PDS. Em meio aos relatos dos agricultores as freiras aparecem como grandes mobilizadoras, e atuam a partir de redes de apoio que envolvem desde conseguir doações, até mobilizar a mídia nacional para fazer denúncias dos crimes ocorridos na região.

Durante as entrevistas, e falas públicas que ouvi em campo, entre os agricultores mais antigos em Anapu, o nome de Dorothy Stang surgia de forma saudosa, a freira também foi lembrada por sua postura ativa e preocupada com a formação dos agricultores. O cuidado de Dorothy envolvia questões ambientais, mas também a preocupação com a implementação de escolas para os filhos dos trabalhadores, formação de professoras, construção de escolas, e a formação técnica para que os agricultores aprendessem a produzir o máximo possível naqueles solos, sem degradar o meio ambiente. Os trabalhadores rurais e Dorothy desejavam provar que era possível plantar naquela região, e para isso investiram em plantações de ciclos longos, buscando se contrapor ao argumento dos Governos Militares de que aquela região não poderia produzir nada além de lavoura branca⁴⁷ e capim (Resistência, 2025).

⁴⁷ Lavoura branca nesse sentido é compreendida como lavoura em que a distância temporal entre o plantio e a colheita são curtos.

Uma das estratégias utilizadas pelos agricultores foi a de plantar cacau⁴⁸, pimenta-do-reino, urucum, café, frutas regionais em associação com essências florestais, leguminosas e outros. Dorothy também auxiliou na elaboração de projetos que ajudassem na compra de um caminhão para que os trabalhadores conseguissem escoar seus produtos para a cidade (Resistência, 2025). Entre os vários relatos dos agricultores que demonstram a preocupação da missionária com o meio ambiente e garantia de acesso dos trabalhadores à terra, as falas da professora e assentada Maria Rosária Guzzo se diferenciam, a professora ressaltou o trabalho da missionária no concernente à educação.

É válido elucidar que devido à grande repercussão do caso e do tempo do ocorrido, acumulam-se materiais de jornais que documentam relatos de pessoas próximas à Dorothy depondo sobre sua importância e trabalho na transamazônica. Entre as pessoas próximas à missionária, Maria Rosária Guzzo teve imagem e falas registradas em diversas mídias ao longo dos anos, pois foi a pessoa designada por Dorothy para procurar as autoridades quando algo lhe acontecesse⁴⁹. Portanto é comum constar em matérias jornalísticas o depoimento da professora narrando os detalhes do dia em que Dorothy Stang foi morta.

Isto posto, durante o campo pude acompanhar algumas entrevistas para veículos de imprensa, discursos públicos, além da própria entrevista para esta pesquisa, em que a professora demonstrava desejo em evidenciar o aspecto do trabalho de Dorothy ligado a formação dos agricultores e suas famílias “muito se fala sobre Dorothy e as questões ambientais e de terra, mas ela fez muito pela educação aqui na transamazônica”. A educação sempre foi uma pauta que acompanhou Dorothy ao longo de sua vida, bacharel em História com especialização em Ciências e Pedagogia pela Universidade de Notre Dame, na Califórnia, a freira atuou como professora e diretora de escolas de ensino fundamental, ensinando crianças no campo. Dorothy Stang dedicou-se à educação, em seu país de origem, Estado Unidos, entre os anos 1953 e 1966, quando então veio ao Brasil (Stang; Guzzo, 2025).

⁴⁸ Anapu está entre os maiores polos cacauzeiros do Estado Pará. Atualmente o Estado do Pará alterna com o Estado da Bahia o posto de maior produtor de cacau do país (FAPESPA, 2024).

⁴⁹ Dorothy Stang procurou Maria Rosária Guzzo poucos dias antes de sua morte e lhe entregou a sua agenda pessoal com números de autoridades como os do Procurador da República Felício Pontes Jr., Do Superintendente do Incra à época, da advogada Mary Cohen, responsável pela comissão de Direitos Humanos da OAB, entre outros contatos vistos como apoiadores das lutas travadas pela freira e os trabalhadores de Anapu que poderiam fazer com que sua morte repercutisse, e a implementação do PDS não fosse deixada de lado.

Abaixo, trecho do relato da professora

“Ela fez uma revolução nessa região de Anapu. Quando ela chegou aqui eu já era professora, só existia 7 professoras ao longo da Transamazônica, eu era uma delas, e dentro de 3 anos a Dorothy conseguiu criar as Comunidades de Base, e em cada comunidade onde tinha criança, ou grupinho sem estudar e se podia criar turma ela criou! Mobilizando a comunidade, criou 23 escolas em 3 anos, de 7 escolas foi para 23. Onde tinha criança sem estudar, ela conseguia mobilizar a comunidade através de mutirão para construir as escolinhas de palha, de taipa, de qualquer jeito, e conseguir uma professora. Via quem tinha um pouquinho mais de liderança e habilidade, pegava essa pessoa, trazia formação para essas pessoas. Foi um marco! Tinham muitas crianças sem estudar, porque até então, essas poucas escolas só iam até a 4ª série, e os adolescentes estavam sem estudar. Depois das primeiras escolinhas ela trouxe professores de Belém para dar aula e ajudar a formar os professores da região, no ano de 1984 foram formados 50 professores”

As escolas eram vistas para além da função estritamente educativa, para Dorothy Stang a estrutura das escolas também era importante para que houvesse um local público em que os moradores da região poderiam se reunir, e que as lideranças do Estado poderiam usar como local de encontro com esses moradores. Como afirmou a freira Kátia Webster

“Atualmente as escolas comunitárias, de dentro das vicinais estão sendo fechadas. Preferem colocar as crianças no transporte e levar para uma escola maior próxima, só que isso faz as crianças perderem muita aula, porque os transportes quebram além dessas estradas serem perigosas. Uma questão que Dorothy tinha percebido, era que as escolas funcionam como ponto de encontro da comunidade, onde poderiam ser marcados encontros entre a comunidade, e com a comunidade, já que as autoridades poderiam marcar este como um lugar público de encontro. Quando você tira a escola, você tira esse espaço público de encontro”

Todavia parte desse legado deixado por Dorothy Stang é colocado em dúvida pela obra de Campos (2022), em trechos como:

O dever para com a atividade educacional missionária que envolve o trabalho de alfabetização, não era realizado de forma direta e sim por meio de terceiros por ela encarregados de tal responsabilidade, esses não eram acompanhados, supervisionados ou coordenados por ela. Essa prática é confirmada por sua companheira de trabalho, a missionária Rebeca Spires (2015, s/p) quando diz: “O protagonismo de Dorothy era visível em sua forma de liderar e ensinar. Ela estabeleceu dezenas de escolas por onde passava na base do ‘Você sabe ler? Então você pega essas crianças e ensina’.

Embora seus admiradores digam que a professora do estado de Ohio tenha fundado mais de vinte escolas ao longo da transamazônica, pela metodologia usada, observa-se a característica *sui generis* dessas escolas, pois não apresentam proximidade com educação formal e tampouco se preocupam com a doutrina cristã, a intenção era somente não deixar totalmente vazia essa tarefa escolar e missionária. (Campos, 2022, p. 89)

A partir da oposição dessas falas, é possível perceber que para Dorothy Stang e para as demais freiras da congregação de Namur que estão em Anapu, a percepção de projetos de ensino e educação também são mais amplos, as escolas comunitárias

fortalecem os vínculos com o território e entre as pessoas. Logo, essas escolas, não são concebidas como espaços restritos a alfabetização das crianças e ensino dos jovens, funções estas que por si só já seriam de extrema importância para autonomia e liberdade desses agricultores e suas famílias. Esses espaços passam a ser estratégico para as pessoas que ali estão, e para as suas articulações políticas e sociais.

Dorothy Stang e as freiras de Namur atuam naquela região enquanto propulsoras de mudanças e apoio para a conquista de maior autonomia por parte dos trabalhadores. Por exemplo, essas mulheres não constroem as escolas com suas próprias mãos, mas ajudam a conseguir o transporte de material, como narrou a freira Jane Dwyer em sua entrevista sobre uma situação recente envolvendo a recuperação de uma escola que tinha sido incendiada à mando de fazendeiros. Assim como Dorothy Stang não se vinculava como professora de uma única escola, mas motivava e ajudava a construir várias, conseguiu a formação de muitos professores para que esses atuassem na região, delegava essas funções para que pudesse atuar no crescimento do número de escola e professores, a fim de que houvesse mudança na vida do máximo de agricultores e seus familiares quanto fosse possível, pois Dorothy buscava construir um projeto coletivo de emancipação desses trabalhadores, e para isso atuava nas frestas deixadas pelo Estado.

Durante o contato que estabeleci com as irmãs de Namur em Anapu foi possível perceber que estas mulheres trabalham com urgência, e isto denota uma estratégia dessas religiosas. Enquanto descrevia sua aproximação com a freira Jane Dwyer, o jornalista Daniel Camargos (Cova Medida, 2021) afirmou que passou a trocar mensagens frequentes com a missionária, “são várias mensagens de bom dia e boa noite, quase como uma mensagem de vó”. Contudo, o jornalista revelou a impressão de que as mensagens frequentemente enviadas pela freira são quase como uma prova de vida.

“Às vezes tenho a impressão de que o motivo dessas mensagens é pra ela dizer aos jornalistas que está viva, e isso não é exagero, o trabalho da irmã Jane é a continuação do trabalho de Dorothy, e foi justamente por isso que Dorothy foi assassinada”. (Cova Medida, 2021).

Durante a minha estadia em Anapu me apresentei como advogada e mestranda em antropologia para as freiras, tendo como tema de pesquisa os discursos e narrativas que envolvem o caso de Dorothy Stang, e percebi que durante

as entrevistas, tanto comigo, quanto com os jornalistas, a irmã Jane e a irmã Kátia comentavam sobre Dorothy Stang pontualmente, respondendo apenas àquilo que lhes era perguntado. Durante as longas entrevistas concedidas no dia 12/02/2024 a irmã Jane chegou a pular algumas perguntas dos jornalistas, a freira parecia ter pressa de narrar o que estava acontecendo em Anapu naqueles últimos momentos, denunciava as mortes de Márcio dos Reis e Paulo Anacleto, e durante grande parte da nossa conversa a missionária se ateuve ao Tribunal do júri do caso de Geraldo Magela⁵⁰.

Antes de sair de Anapu, ainda no horário de almoço, na volta da celebração “do 12”⁵¹, enquanto nos despedíamos a irmã Jane disse que ia me enviar o número do processo do caso Márcio dos Reis, mas eu a avisei que não seria necessário, expliquei que eu conseguiria encontrar o processo sozinha, desde que este não corresse em segredo de justiça. Apesar disso, no dia seguinte, pela manhã, ainda recém-chegada a Belém, por volta das 8 horas da manhã, recebi um e-mail da irmã Jane Dwyer, me informando o número de um processo em que Márcio dos Reis, antes de sua morte, denunciava o ataque contra um acampamento de agricultores sem-terra, o e-mail veio acompanhado de um anexo com muitas informações mais detalhadas desse episódio.

Me recordei que Irmã Jane não tinha anotado em nenhum lugar próximo qualquer espécie de lembrete de que iria me enviar aquele arquivo no dia seguinte, inclusive, dada a situação de dias movimentados em ocasião do evento em homenagem à Dorothy, pensei que a freira iria esquecer. Contudo, sua boa memória pareceu dar indícios do nível de comprometimento destas mulheres em denunciar e repercutir o que acontece em Anapu. Outro fato que reparei nas outras vezes que nos encontramos, foi que a freira imediatamente após nossos cumprimentos já dava início às atualizações do que estava acontecendo com relação aos conflitos no Município, antes mesmo que eu perguntasse algo, em um ritmo de fala calmo e pausado, mas com a urgência que lhe cabe, enquanto uma mulher de mais de 80 anos, que atua em um território com demandas urgentes e mortes iminentes, a freira me colocava a par das últimas movimentações importantes dos conflitos.

⁵⁰ Este julgamento será mais bem abordado no terceiro capítulo.

⁵¹ “Do 12” ou “O 12” é a forma como as pessoas próximas às freiras e elas próprias se referem às celebrações que ocorrem no dia 12/02, data de aniversário do falecimento de Dorothy Stang. Ex: “Você vem no 12?”.

Por isso, é necessário se ater a algumas narrativas, como quando a socióloga (Campos, 2022) tensiona o papel de Dorothy Stang enquanto educadora e missionária. Primeiramente, porque esse apontamento de que a freira não estava diretamente envolvida, enquanto professora na educação das crianças na Transamazônica, revela diferentes percepções acerca do papel da Escola em nossa sociedade, o que também se aplica ao seu comentário sobre Dorothy enquanto missionária. Ainda que possa ser considerado interessante abordar as nuances que envolvem a figura de Dorothy, enquanto um ser humano passível de contradições, o que alicerça esse discurso é uma percepção positivista e despolitizante tanto de ensino quanto de religião.

Essas percepções mais conservadoras, principalmente no que tange o trabalho missionário de Dorothy enquanto religiosa, como a desta socióloga ressoam o conservadorismo dos fazendeiros, madeireiros e grileiros que disputam território com os agricultores. Dorothy Stang e as demais freiras da congregação presentes em Anapu subvertem expectativas do trabalho missionário católico.

Certa vez, após já termos iniciado as tratativas sobre o PDS, o carro de Dorothy deu prego, e passou por ela uma L200, naquela época, só quem tinha essas pick-ups eram os fazendeiros. Ela pediu uma carona, e quem estava dirigindo realmente era um fazendeiro, e Dorothy contou que o fazendeiro perguntou a ela: - Irmã, por que a senhora não vai pregar o evangelho? e ela teria respondido: - mas é isso que eu estou fazendo, isso é o evangelho que Jesus fazia. (Felício Pontes, 2024)

Mesmo após sua morte, Dorothy Stang continuou sendo alvo de críticas e questionamentos sobre sua atuação enquanto freira e sobre a forma como vivia sua espiritualidade. As acusações partem, em geral, de discursos conservadores que sustentam uma concepção estreita e despolitizada da vida religiosa, na qual envolvimento com causas sociais e políticas seria incompatível com a fé cristã-católica. Com base nessa lógica, seus opositores tentam deslegitimar a religiosidade desses sujeitos, e através de seus discursos buscam alijar esses religiosos de sua espiritualidade e em seguida criminalizá-los.

De frei Tito e madre Maurina, durante o regime militar, a Dorothy e padre Amaro em tempos mais recentes, os ataques partem da necessidade de expulsá-los simbolicamente do espaço da fé. Ao afirmarem que suas escolhas não condizem com os princípios da Igreja ou com o que Deus “esperaria” deles, seus detratores não apenas os desacreditam como religiosos, mas tentam apagar sua subjetividade e autonomia, como se viver a espiritualidade fosse inconciliável com uma vida engajada.

Sendo o aspecto religioso um componente muito importante da subjetividade dessas pessoas e utilizadas inclusive para tortura desses religiosos, retirar-lhes a vida religiosa faz parte de um processo de desumanização.

Seja ainda em vida, seja após a sua morte, na plenária do Tribunal do júri, ou ainda em entrevistas recentes dos advogados do caso, além de pesquisas como a de Nezilda Campos, a biografia de Dorothy Stang suscita tantos tensionamentos porque traz à tona outros assuntos que seguem em disputa. Disputa-se a biografia e o trabalho de Dorothy Stang porque a reforma agrária no Brasil ainda é uma pauta importante e não resolvida, porque projetos de desenvolvimento ainda se confrontam com o modo de vida local na Amazônia, e porque Anapu ainda segue em disputa.

Ao longo dos dias em campo, notei que um adjetivo surgia com frequência nas entrevistas e reuniões em grupo para denominar Dorothy Stang: teimosa. Mesmo entre as pessoas mais próximas, a freira era reconhecida pela sua teimosia. Entre os episódios relatados mais emblemáticos que destacam a “teimosia” de Dorothy Stang, está o de Alcidema Magalhães⁵²

“A Dorothy tinha uma agenda com o superintendente do INCRA, de Brasília, ela ficou aguardando, e ele saiu por trás do prédio e não atendeu ela, então ela passou o dia inteiro esperando. Quando chegou a noite ela falou “eu não vou sair, só vou sair se eu for atendida” e fecharam o INCRA, os guardas estavam lá, mas foram muito simpáticos, conseguiram lanche para ela, e ela dormiu no sofá lá, só que não tinha celular nessa época! Nós não sabíamos onde ela estava, e tivemos que ligar para polícia, IML, hospitais, Belém inteira... e eu conto isso para explicar a força que a Dorothy tinha para lutar, o compromisso, e a radicalidade direcionada a um projeto que ela defendia”.

A teimosia de Dorothy Stang espelhava seu compromisso em realizar as transformações que desejava em Anapu, entre as narrativas construídas por seus opositores, está a de que a missionária era uma mulher violenta, e conflituosa. Durante o primeiro julgamento do caso muitas falas dos advogados de defesa seguiram a premissa de buscar incriminar a freira, e responsabilizá-la por sua própria morte. Ao analisar as narrativas construídas e adotadas no Tribunal do júri, é possível identificar que Dorothy após a sua morte, sofreu um processo de revitimização na plenária, estratégia comumente utilizada para desacreditar a vítima e mobilizar os jurados.

Dra. Auxiliadora, eu vou suplicar à Vossa excelência só o zelo da leitura para que eu não seja fraudador, “Era solicitado a freira Dorothy Stang que enviasse cartucho para as armas” [a mulher leu a manchete de um jornal entregue pelo advogado]. **Engraçado, Sem-terra agora come cartucho, estão se alimentando bem, por isso têm força para se levantarem e serem mal**

⁵² Professora da Universidade Federal do Pará, Diretora do Comitê Dorothy Stang, chegou a viver período de formação dentro da casa das freiras de Notre Dame de Namur.

educados, atrevidos aqui dentro do plenário, porque Vossas excelências não são atrevidos só aqui dentro não, lá fora são também, só não explicam de onde vem o dinheiro pra fazer o que fazem, só não explicam aqui e não explicam pra sociedade brasileira de onde é que vem toda essa força, todo esse interesse, Dr. Eduardo, Dr. Breno, só não explicam Dr. Afonso, em hipótese alguma, a que interesse servem. A freira era uma santa, sim, do pau oco, já disse que em Minas Gerais pra traficar diamantes se fazia a escultura e de dentro tirava o miolo e lá se fazia o tráfico de diamantes, é a mesma coisa aqui. E quando se traz a lume, quando se traz a verdade pra vossas excelências conhecerem. (...)

Ela deveria saber que ela mexendo com terra ela corria o risco de ser assassinada. Agora, de onde é que vem isso? A história está farta! de propalar esses tarados que de vez em quando aparece assim: Napoleão, Hitler, Bush. Se ela tivesse ficado lá na terra dela, segurando a coleira do Pit Bush, pra ele não sair por aí matando e mordendo todo mundo, ela tinha feito bem melhor negócio do que vir pra cá, mas ela escolheu vir porque **ela já tinha aquela tendência de violência**, na América do Norte o cara aprende a atirar com 12, 13 anos de idade, é público, tem uns clubes de tiro ao alvo, cidadão vai e aprende a atirar lá, e aprende a matar, e vamos pro dito popular: Quem treina um dia joga. **Só que é daquele tipo que até para morrer atrapalha o resto dos vivos.**

Nesse momento quando o advogado se refere à “falta de educação dentro do plenário” das pessoas próximas à vítima, ele estava mencionando a resposta da platéia que se manifestou indignada diante do que estava sendo dito contra a memória da freira e sobre os agricultores sem-terra de Anapu. Nesse sentido, Butler (2021) alerta que quando se é ferido pelo discurso se sofre uma perda de contexto, se a fala injuriosa é constituída pelo caráter de imprevisibilidade o ato deixa o destinatário fora de controle, desorienta-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. “O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso ‘lugar’, quando o advogado reproduz um discurso que criminaliza movimentos sociais de luta pela terra, ou a ótica conservadora sobre a religiosidade da freira que se orienta pela TdL, ele deseja colocar essas pessoas em um determinado lugar que evoca uma série de sentidos e significados.

No Tribunal do júri o advogado ou Defensor não precisa se limitar a questões técnicas e jurídicas, em virtude do princípio da plenitude de defesa, resguardado pela Constituição Federal no art. 5º, XXXVIII, “a”. Esse princípio é compreendido por alguns autores (Lima, 2019) como um grau ainda maior que o princípio da ampla defesa, pois compreende-se a partir dele que no Tribunal do Júri pode ser apresentado aos jurados argumentos de ordem emocional, social, político, moral, religioso, entre outros, de forma a garantir a melhor defesa possível em favor do réu (Lima, 2019). Contudo, é recorrente a escolha de estratégias que se valem de preconceitos difundidos na

sociedade brasileira, como os de gênero, classe e raça, para mobilizar os votos dos jurados, a partir da afirmação de estigmas socialmente difundidos.

Então, senhores, o conselho não há o que duvidar, não é porque a vítima tinha suas **tendências criminosas, não é porque a vítima tinha sede de sangue** que ela obrigatoriamente deveria morrer. Não! Isso também era competência do poder judiciário, e o poder judiciário estava cumprindo com a sua obrigação processando-a pelos crimes de homicídio e de tentativa de homicídio. O poder público estava em ação e infelizmente a vítima não parava com as suas ações criminosas e veio a morrer, veio a falecer, **veio falecer fruto da própria violência que ela pregou em Anapu, olha só, coisas do destino**, o Guilhotan, inventor da guilhotina morreu decapitado na guilhotina, a Dorothy, que veio implantar a violência na região de Anapu morreu em fruto da própria violência que ela plantou e cultivou naquela região. Era contumaz vemos nos jornais todas as semanas “Violência em Anapu”, “morte em Pacajá”, hoje nós não vemos mais, não vamos aprovar o assassinato da Dorothy Stang, **mas quando ela morreu cessaram as mortes na região, ou seja, ela era a causadora daquela disseminação da violência e daquelas mortes.** (Ércio Quaresma Firpe⁵³, 2018, grifo nosso)

Um dos pontos mais debatidos pelos advogados de defesa dos assassinos, e pela obra de Nezilda Campos (2019) apontam a personalidade de Dorothy Stang como sendo conflituosa, inclusive como uma pessoa com “sede de sangue”, como no trecho acima. O livro de Campos e a argumentação jurídica dos advogados apresentam muitos pontos de confluência na tentativa de responsabilizar Dorothy pelo seu desfecho de vida desumano. Entre essas tentativas destaco aqui a forma como, com fins ilustrativos, costumam citar o episódio em que a câmara dos vereadores chegou a aprovar uma moção de *persona non grata* para Dorothy em 2002, os advogados costumam citar esse episódio da vida da freira não apenas na plenária da tribuna do júri, mas em entrevistas recentes também, no livro de Campos também é possível encontrar passagens como

Após duas décadas protagonizando situações conflituosas, a irmã passou a ser pauta principal das conversas entre os moradores da região e muitas eram as notícias que circulavam sobre o futuro do município. Dizem alguns munícipes que a irmã Dorothy só tinha relações de urbanidade e fraternidade com o seu grupo, ou seja, em função dos seus objetivos, apartava-se dos demais membros da comunidade e por esse motivo, a partir do ano de 2000, implodiram manifestações contrárias não somente ao PDS, mas também à missionária, que em 2002 recebeu da Câmara Municipal de Anapu, a Moção de Persona non grata, e segundo as palavras de um vereador “se ela veio pra ser o anjo da Amazônia, isso não aconteceu, pois ela foi um verdadeiro demônio na região”.

A referida moção veio ao encontro a sequência de insatisfação da população, que temia pelo reflexo que o comércio sofreria por meio de prejuízo dos

⁵³ A fala é retirada de um vídeo do julgamento que está no canal de youtube deste advogado, contudo a fala é de outro jurista. https://www.youtube.com/watch?v=q_sT1An3WZs.

fazendeiros e do setor madeireiro, por conseguinte, “o objetivo das manifestações era resgatar o nosso município que estava prestes a ser tomado por alguém que você nem sabia quem era”. Essas são palavras do ex-presidente da associação dos comerciantes de Anapu que justifica o ato e diz “também não tinha nada contra ela a gente via o risco que ela corria e tinha uma preocupação de acontecer algo então a gente fez aquela moção para que ela fosse embora com vida, era nossa intenção que ela deixasse os madeireiros na época e os fazendeiros que eram ameaçados, de viver em paz, a gente achava que com a saída dela tanto o setor madeireiro quanto o setor pecuarista ia ter sossego” (Campos, 2019,p.77-78)

O que a socióloga não falou nesse trecho de seu livro é que os responsáveis por essa Moção de *Persona non grata* eram os deputados que defendiam o setor das classes que Dorothy combatia, o setor madeireiro e fazendeiro em Anapu sempre contaram com representação na Câmara Municipal, como já indicado no capítulo anterior. Portanto, à época era comum neste espaço político discursos que buscavam contribuir para uma narrativa de que Dorothy era inimiga do povo de Anapu. Entretanto, a socióloga promove uma leitura desconectada desta realidade, inclusive, nesse trecho do livro ela oculta parte relevante da fala de José Carlos Pereira, ex-presidente da associação dos Comerciantes de Anapu.

Ao longo desta entrevista, concedida à Comissão Pastoral da Terra, o ex-presidente da Associação denota o seu arrependimento com relação à Dorothy, e sua visão sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável, tão defendido pela freira

Dez anos depois, José Carlos Pereira admite que a sua opinião é diferente. “Se hoje eu tivesse de fazer o que eu fiz [manifestações], eu parava duas vezes para pensar. Até porque muita coisa mudou com a implantação do PDS”, reconhece. “A gente está vendo grandes exemplos lá em São Paulo, lá em Minas, faltando água até para beber. E se isso [a implantação do PDS] não tivesse acontecido para dar um freio aqui, daqui 20, 30 anos, nós estaríamos passando pela mesma situação. Então, hoje, eu dou a mão à palmatória. Pelo menos em parte, ela tinha razão”, diz. (Chagas, 2015, Online)

Não há como analisar, com boa-fé, o que acontece em Anapu desde antes da sua fundação sem levar em consideração as forças que operam em disputa nesse território. Os advogados de defesa dos assassinos, parte da mídia local, e o livro de Campos (2019) propõem uma narrativa alienante da realidade, em que os poderes locais seriam estabelecidos e inquestionados. De acordo com essa narrativa, o fosso social entre os fazendeiros e os trabalhadores rurais teria sido construído de forma natural e pacífica até a chegada de Dorothy Stang. Contudo, essa forma de narrar o que acontecia e segue acontecendo em Anapu, tende ao apagamento do movimento de resistência ali construído, e da complexidade histórica que embasa essas disputas.

Nessa estratégia narrativa, após o foco de uma luta construída coletivamente ser deslocado para uma única mulher, traz-se à tona elementos que ressaltam possíveis contradições e em última instância, criminalizam a liderança vítima do conflito. Esses discursos elaborados pelos advogados buscam ressoar em um sistema de desinformação amparado em uma estrutura midiática. À época desse julgamento, ocorrido ainda no começo da popularização da internet no Brasil, a criminalização desses movimentos de luta pela terra ocorria de forma concentrada pela mídia hegemônica. No entanto, atualmente esse sistema de desinformação conta com uma rede virtual de maior alcance, que atua em redes sociais espalhando notícias falsas.

Nesse sentido, é válido ressaltar que ao tratar sobre conflitos agrários, Loureiro (2015) os conceitua como uma reação violenta entre grupos subalternizados e aqueles que representam o capital e o Estado. Portanto, em Anapu os trabalhadores entraram e permanecem em conflito com os projetos desenvolvimentistas pensados desde os governos militares, e perpetuados pelo Estado, mesmo nos governos ditos progressistas, muito em consequência da visão da Amazônia como colônia do Brasil.

De modo que para Loureiro (2015) o conflito é consequência da marginalização de grupos sociais desfavorecidos, que diante dessa situação se organizam, desenvolvem uma consciência coletiva e reagem como forma de sobrevivência. Para além do apagamento do conflito existente em Anapu, esse tipo de leitura promovida por Campos e os advogados, exclui a percepção crítica de que essa problemática não se restringe a Anapu ou ao Brasil, como ressalta Adoue (2015) este modelo agroexportador que se faz presente na América Latina desde a sua invasão no século XVI, se perpetua através da manutenção da estrutura fundiária que por sua vez é defendida com violência e violação de direitos elementares. Portanto, segundo Loureiro (2015) esses grupos vulnerabilizados contam com uma rede de aliados para continuar resistindo.

Configuram entre esses aliados os sindicatos, setores da igreja católica, da Ordem dos Advogados do Brasil, e no caso de Anapu e outras localidades do país, há a atuação da Comissão Pastoral da Terra, além de membros do Ministério Público. Neste contexto Dorothy, em seus últimos anos de vida, exercia um papel importante de auxílio na articulação dos trabalhadores rurais de Anapu, estabelecia conexões com órgãos públicos, e atuou fortemente para que os trabalhadores e suas famílias

pudessem ter acesso à educação, foi uma aliada na conquista desses trabalhadores à direitos básicos, principalmente a acesso e permanência na terra.

3 CAPÍTULO - QUANDO A LETALIDADE DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA VAI A JÚRI POPULAR.

3.1 ANAPU E AS VIOLÊNCIAS QUE NÃO CESSAM

Quase vinte anos após a morte de Dorothy Stang o número de mortos em função de conflitos socioambientais apresentado pela CPT seguem em crescimento. É possível, aos que vão pela primeira vez, conhecer, ou para as pessoas que ali passam com frequência, lembrar os nomes das vítimas através da cruz vermelha que está fincada no túmulo de Dorothy. Mediante nomes escritos em letras brancas, e extremamente apertados, a cruz cumpre seu papel em lembrar que Dorothy não é a única vítima letal do modelo de exploração predatória que avança sobre a Amazônia, lembrar a sociedade e o Estado desse cenário de letalidade é um compromisso que marca as falas das freiras Jane Dwyer e Katy Webster ao longo dos anos na transamazônica.

Essas missionárias norte americanas compõem parte do grupo das irmãs da congregação Notre dame de Namur que permaneceram em Anapu ajudando os trabalhadores rurais a se articular e resistir diante das violentas investidas por parte dos fazendeiros, madeireiros e grileiros que persistem na região. No momento as religiosas oferecem apoio aos agricultores que ocupam os lotes 96 e 97, com aproximadamente 70 famílias, ocupando terras que durante a década de 1970 foram destinadas à criação de empesas rurais, mas que diante da luta dos trabalhadores foram destinada à reforma agrária e à criação do Projeto de Assentamento Irmã Dorothy Stang. Entre as estratégias utilizadas pelos opositores destes trabalhadores estão a queima de casas, destruição de roças e outros patrimônios, além da promoção de discurso de ódio contra eles e as missionárias (Oliveira, 2024).

As minhas idas a campo em Anapu foram realizadas durante duas datas que rememoram Dorothy Stang, o 12 de fevereiro, data de sua morte, e a romaria da floresta, peregrinação que ocorre no mês de julho. Tais datas demandam muito trabalho das freiras, pois além da logística de realização do encontro, esses eventos contam com a presença de pesquisadores e jornalistas que fazem cobertura para

veículos independentes, o que implica em tempo de atenção para as várias entrevistas, oportunidades que as freiras utilizam para lembrar o trabalho de Dorothy, e denunciar a situação de violência que persiste em Anapu.

Por isso, quando a freira integrante da Comissão Pastoral da Terra Jane Dwyer separou um tempo para conversarmos, já no dia 13 de fevereiro de 2024, ela ainda aparentava cansaço, o que me fez optar por uma entrevista semi-estruturada, em que a freira pudesse ficar mais à vontade para conversar sobre o cenário de Anapu, e os motivos de tantos nomes naquela cruz.

Fotografia 5 - Cruz com os nomes das vítimas decorrentes de conflitos socioambientais em Anapu nos últimos anos



Fonte: Autora, 2024

Como essa conversa ocorreu muito próxima ao meu horário de retorno a Belém, a irmã Jane Dwyer compreendeu que nosso tempo era curto e iniciamos a conversa com a freira demonstrando a habilidade de quem já concedeu inúmeras entrevistas ao longo dos mais de 80 anos de vida. Em um tom bem-humorado, mas assertivo, a freira definiu o que era mais urgente de ser registrado na curta hora que tínhamos: “você é advogada, não é? Você já conversou com o Marco Apolo⁵⁴? se não vou lhe contar como foi o julgamento do Geraldo Magela, também te conto como está o lote 96”. Essa é uma característica marcante dos interlocutores desta pesquisa, as falas do envolvidos no conflito, como freiras, trabalhadores rurais sindicalizados, e juristas, são sempre respostas muito estruturadas, posto que eles respondem acerca desses casos ao longo de muitos anos, e principalmente por parte dos advogados é difícil conseguir respostas que fujam do que eles estão habituados a responder para a imprensa.

A compreensão do alto número de mortos envolvendo conflitos por terras em Anapu implica em uma análise sobre a atuação dos lados que compõem o conflito nesse território, e das estratégias de ataque e resistência traçadas pelos envolvidos. Na primeira ida a campo, pude ouvir pessoalmente da irmã Jane Dwyer o que os números da CPT e demais entrevistas dadas por ela já anunciavam há alguns anos “a situação hoje em Anapu é pior do que quando Dorothy morreu”. Essa constatação da realidade pode parecer contraintuitiva em um primeiro olhar mais desavisado, devido a fatores como o impacto e repercussão internacional da morte de Dorothy, os julgamentos de seus assassinos serem um raro caso de sucesso na esfera da justiça penal, com executores e mandantes condenados, além do avanço da implementação de Reservas extrativistas no Estado do Pará, logo após a morte da feira.

Sobre esse último ponto, durante discurso realizado na Romaria da floresta de 2024, o Procurador do Ministério Público Federal, Felício Pontes, aliado da freira e atuante em diversas causas envolvendo conflitos socioambientais, destacou o papel de Dorothy como uma militante de Direitos Humanos. De acordo com o promotor, a freira há mais de vinte anos já lutava pelo uso dos recursos naturais de forma que a

⁵⁴ Marco Apolo Santana Leão foi advogado de defesa de Geraldo Magela Filho no processo: 0000143-39.2005.814.0069. É da coordenação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). Atuou em casos importantes em defesa dos trabalhadores rurais.

floresta permanecesse de pé. Uma perspectiva de uso que está em consonância com o que Loureiro (2014) propõe como modelo urgente de ser utilizado na região amazônica, uma política de valorização do trabalho humano e proteção dos recursos naturais, com reconhecimento e apoio às atividades produtivas próprias da região.

Durante a missa oferecida em memória de Dorothy realizada dentro do PDS, no local em que Dorothy foi morta, no dia 19 de julho de 2024, parte do discurso do procurador consistiu em lembrar a preocupação da freira:

“Eu queria terminar essa reflexão falando sobre a luta da Dorothy pela natureza. Naquele tempo que ela estava conosco, nós não tínhamos no Pará nenhuma Reserva Extrativista, nenhuma Resex criada, e todos os outros Estados da Amazônia já tinham, e nós fizemos um Seminário pra que viesse pra cá pro Pará o Conselho Nacional dos Seringueiros, a Associação criada por Chico Mendes, que era quem mais estimulava as Reservas Extrativistas. Isso aqui, o primeiro pensamento era pra que aqui onde estamos hoje, fosse uma Reserva Extrativista, só não foi porque a Reserva precisava de população tradicional, e nós aqui tínhamos população migrante, e o IBAMA não aceitou. Aí nós corremos pro INCRA e o INCRA aceitou o PDS, porque ele admitia populações migrantes.

Quando a gente terminou esse Seminário, logo em seguida começou uma batucada, uma roda de carimbó, e todo mundo correu pra ver o que que era, era uma roda de carimbó desse tamanho aqui, vários batuqueiros de carimbó, e no meio da roda a Dorothy sozinha dançando com a saia dela. Todo mundo pulou para dançar com ela. Sabe qual foi o resultado dessa reunião? 4 anos depois disso, o Pará que não tinha nenhuma Reserva Extrativista passou à frente do Amazonas, do Acre, do Amapá, e se tornou o maior Estado com reservas extrativistas criadas no Brasil. Nós saímos do zero e fomos para o primeiro lugar, uma delas a Reserva Verde para sempre, criada em Porto-de-moz. Era nela que a gente estava dia 12 de fevereiro de 2005, com a Ministra Marina Silva, inaugurando a Reserva Verde para Sempre, a festa ia ser lá, quando nós soubemos da notícia, e acabou a festa! Acabou a festa⁵⁵!”

Contudo, para além da problemática que envolve a política de distribuição de terras em Anapu durante a ditadura militar, considerado o gérmen do conflito já tratado no capítulo anterior, é importante analisar como se estabeleceu ao longo dos anos as estratégias de ataque contra o trabalho semeado por Dorothy e os trabalhadores rurais de Anapu. Enquanto no capítulo 1 foram analisadas as noções de violências ligadas à condição da Amazônia como colônia do Brasil, e como o conflito estabelecido em Anapu retrata esse projeto de integração e desenvolvimento para Amazônia, no capítulo 2 foi discutido o papel das religiosas da congregação de Namur no tensionamento desse projeto de uso da terra em Anapu. Neste capítulo serão abordadas as tentativas de criminalização sofridas pelos religiosos e trabalhadores

⁵⁵ Felício Pontes se refere ao assassinato de Dorothy, que ocorreu nas primeiras horas da manhã do dia 12/02/2005, mesma data em que ocorria a inauguração da RESEX Verde para Sempre.

rurais, como parte do projeto de desmonte das conquistas desse grupo.

Para isso, parto da compreensão de que disputas travadas em conflitos socioambientais não se restringem ao domínio da terra e demais recursos naturais, mas inclui o desmonte da honra e subjetividade daqueles que resistem ao projeto predatório, situação que ficou evidenciada nas últimas duas décadas após o assassinato de Dorothy. Entre os aliados da freira, Geraldo Magela passou 17 anos na clandestinidade, Padre José Amaro Lopes foi preso, perseguido e encontra-se distante de Anapu para preservar a sua vida, e as irmãs de Notre de Namur que permaneceram na cidade foram afastadas da paróquia, além do crescente número de mortos em função do embate com os grileiros.

As múltiplas formas de violência a que são submetidos, desde ameaças e intimidações até assassinatos, configuram um mecanismo de controle social que visa silenciar as vozes dissidentes e garantir a perpetuação de um modelo de desenvolvimento excludente. Tal cenário, segundo aponta José Vicente Tavares dos Tavares dos Santos (1993), revela o dilaceramento da cidadania concreta, expresso na ineficácia do Estado em garantir direitos básicos e na cooptação do Poder Judiciário por interesses particulares. Ao aprofundar a análise socioantropológica desse contexto, é possível compreender como as relações de poder se materializam em práticas violentas e como os trabalhadores locais ressignificam suas identidades e territórios em um contexto de constante conflito.

Baseando-se na microfísica do poder, de Foucault, Tavares dos Santos (1993) interpreta os programas de colonização como dispositivos disciplinares, destacando que a transição política no Brasil não resultou na redução do arbítrio estatal. Essa dinâmica, aliada ao acúmulo e a concentração de riquezas, gerou múltiplas formas de violência que se manifestam de maneira simultânea no espaço agrário brasileiro. Segundo o autor são 6 as formas de violência no campo: Violência enquanto relação de estranhamento; violência costumeira; violência política; violência programada; violência simbólica, e violência física.

A violência enquanto relação de estranhamento deriva da relação homem x natureza, como acontece no caso do projeto de colonização e integração da Amazônia, quando populações migrantes precisam lidar com diferentes elementos do processo de trabalho, e das dimensões simbólicas que acompanham o relacionamento entre o humano e a natureza, a falta de conhecimento do território, a

adaptação ao clima, a falta de conhecimento sobre a complexidade animal e vegetal da região. Já a violência costumeira, segundo o autor, se dá por uma violência incorporada às relações de trabalho no campo, presente na dinâmica das relações de dominação entre as classes e grupos sociais, essa violência foi desnaturalizada por movimentos sociais, passando por quilombolas, movimentos messiânicos, e banditismo social.

Já a violência política, consiste segundo Tavares dos Santos (1993, p.136), em uma forma de dominação entre as classes sociais no campo, exercida principalmente por orientação de mandantes particulares, e efetivada tanto por executantes individuais quanto por milícias, um dos traços marcantes desta forma de violência consiste na liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, bem como no aspecto ostensivo dos assassinatos, com a impunidade dos mandantes e executores. Essa tecnologia de poder incide não apenas para mortificar corpos, mas silenciar, punir e docilizar os vivos. O objetivo dessa forma de violência, além de assustar e expulsar, é fazer com que se desfaça a possibilidade de organização social e protestos políticos.

A violência programada é específica de regiões de colonização de novas terras, é vista como efeito das relações de poder exercidas pelas agências públicas e privadas de colonização, está ligada à irracionalidade ecológica, agrônômica, e econômica dos programas de colonização. Já a violência simbólica é exercida através de diferentes discursos, pode ser, à exemplo dado por Tavares dos Santos (1993), o discurso de colonização, os de ameaça de morte, ou os pedidos e “favores”, carregados de dissimulação ou de naturalização das relações de coerção, e dominação que permeiam a sociedade agrária. Por fim, subjacente às demais formas de violência, há a violência física que incide sobre o corpo através de tortura, fogo, armas brancas e armas de fogo sobre indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, crianças, mulheres, idosos, padres e freiras.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento dos impactos positivos da vida e da morte de Dorothy Stang, em favor dos agricultores pobres e da proteção da floresta, torna-se possível identificar uma estratégia de contra-ataque por parte de seus opositores. Trata-se de um movimento que busca dismantelar o legado construído por Dorothy e pelos trabalhadores rurais organizados em Anapu, não apenas por meio da violência física, mas também através de ações simbólicas e

narrativas. Esses ataques visam conter a expansão de uma mentalidade coletiva baseada no uso justo da terra e no respeito aos recursos naturais, atacando diretamente as conquistas políticas e subjetivas que emergiram do trabalho de Dorothy Stang e dos trabalhadores rurais de Anapu.

Para compreender a complexidade dessa dinâmica de ataques, é fundamental trazer a tona um segundo assassinato ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2005, mesma data da morte de Dorothy Stang, cuja repercussão, no entanto, não teve o mesmo alcance do ocorrido com a freira.

3.2 12 DE FEVEREIRO DE 2005: DOIS CORPOS EM ANAPU

De acordo com a perícia, depoimentos, e reportagens, Dorothy Mae Stang foi morta nas primeiras horas da manhã daquele sábado, dia 12 de fevereiro de 2005, em uma vicinal⁵⁶ do lote 55, que viria a se tornar o PDS Esperança, seu corpo permaneceu por muito tempo no local do crime aguardando a chegada da polícia. Atualmente, o caminho do centro de Anapu até esse lote, mesmo de carro, é difícil de ser percorrido, pois as vicinais da transamazônica possuem subidas muito íngremes. No verão a terra solta e fina forma muita poeira e torna o caminho perigoso devido a difícil visualização e baixa aderência de pneus à espessa camada de poeira vermelha. Enquanto no inverno amazônico têm-se a formação de lamaçais e atoleiros, é comum entre os relatos do dia da morte de Dorothy a afirmação de que choveu muito ao longo do dia 12/05/2005, esse fato, para além de justificar a demora da polícia em buscar o corpo da freira também compõe as narrativas das pessoas próximas à Dorothy.

Ao longo desta pesquisa, durante as místicas⁵⁷ que precedem as reuniões que a celebram, como reuniões do Comitê Dorothy Stang, a reunião de celebração do dia 12, ou os discursos realizados em sua homenagem na romaria da floresta, é comum algumas lembranças serem retomadas sobre a freira, a transamazônica e suas vicinais. Seja pelas lembranças da religiosa completamente laranjada, coberta pela poeira, voltando de suas reuniões com os agricultores pelas vicinais, seja pelas memórias do luto do dia de sua morte, com uma atmosfera de medo.

⁵⁶ Os ramais e as vicinais são estradas secundárias desprovidas de asfalto (Ferreira, 2019).

⁵⁷ Entende-se como místicas desenvolvimento de símbolos, como canções, slogans, poemas, hinos, gestos, indumentárias etc. de movimentos sociais (Gohn, 1997).

Para o grupo de pessoas próximas à Dorothy Stang, diz-se que a freira foi martirizada, invés de assassinada, como na fala do Procurador da República Felício Pontes Jr.

Na hora [em que foi noticiada a morte de Dorothy] todos nós que pegávamos o microfone e dávamos entrevistas, falávamos “a Dorothy foi martirizada”, vinha a irmã Kátia falar com jornalista e dizia “a Dorothy foi martirizada”, vinha o Gabriel [sindicalista rural] e dizia “a Dorothy foi martirizada”, e um repórter disse “mas que negócio é esse? Ela foi assassinada!”, aí a irmã Jane disse “Olha, quem é assassinado morre sem querer morrer, a Dorothy sabia que poderia morrer, aceitou, e se entregou pra isso, isso é martírio, isso não é assassinato, ela podia ter fugido, Jesus podia ter fugido, São Pedro poderia, São Paulo, nenhum deles fugiu, Dorothy também não fugiu”

Durante a romaria da floresta o Procurador fez a leitura de trechos em inglês, de uma correspondência de Dorothy com outras irmãs da congregação de Notre Dame de Namur, enquanto a freira Kathryn Webster fazia a tradução simultânea para os presentes, essas correspondências só vieram à tona após a morte da freira.

Eu sei que um dia eles vão me matar, mas eu não vou fugir, meu lugar é aqui, ao lado do povo dele [Deus], que constantemente são humilhados por aquelas pessoas que pensam que são poderosas (...) Meu coração grita de alegria [a carta foi enviada próximo a criação do PDS], mas exige paciência, não pode acontecer de um dia pro outro (...) Como manter a esperança? A vida tem sido um desafio, eu tenho que estar com esse povo, se isso quer dizer a minha vida, eu entrego a minha vida.

Também diz-se que a freira foi plantada, pois há a leitura de que Dorothy, assim como outros mártires são sementes que germinam esperança e seus frutos seriam o fortalecimento da coletividade e das lutas travadas em vida. Para além disso, ainda envolvido nesses simbolismos, o túmulo da freira é coberto de plantas, e o local em que foi enterrado, o espaço de formação São Rafael é uma área com muitas árvores, e o rio de Anapu passa em suas proximidades.

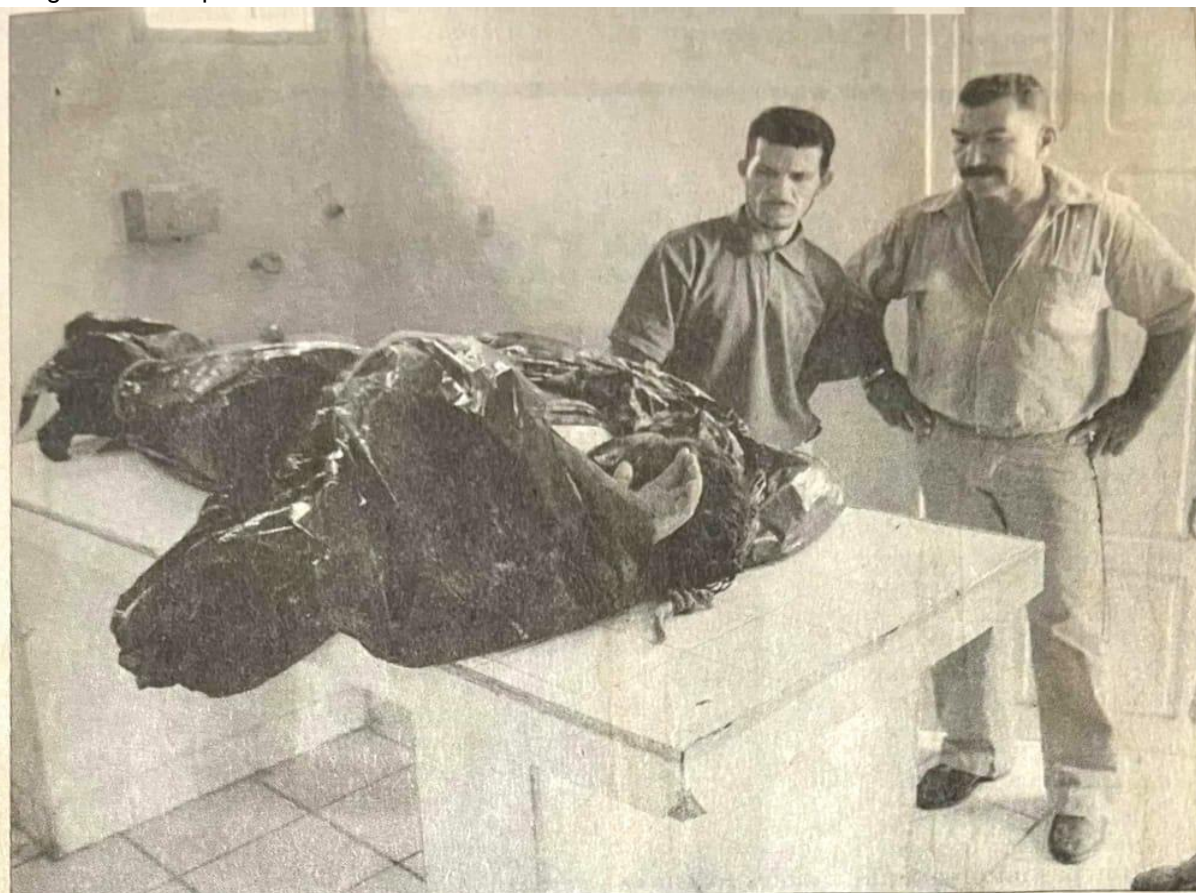
Fotografia 6 - Túmulo de Dorothy no Centro de Formação São Rafael



Fonte: Autora, 2024.

Contudo, uma outra morte tinha sido registrada pela polícia de Anapu na manhã do dia seguinte à morte da freira, dia 13 de fevereiro de 2005. O trabalhador rural Adalberto Xavier Leal, conhecido na região como “cabeludo” tinha sido morto na noite anterior, 12/02/2005, por volta das 23h, e os principais suspeitos da polícia eram pessoas próximas à Dorothy. O acusado pela polícia de Anapu de mandar matar Adalberto Xavier Leal foi o técnico agrícola Geraldo Magela Filho, considerado um importante aliado para a freira. Abaixo, trecho da reportagem trazida no jornal O Liberal, no dia 14 de janeiro de 2005

Fotografia 7 - Corpo de Adalberto Xavier no IML



REAÇÃO ■ Lavrador suspeito de ter participado do assassinato de irmã Dorothy é morto a tiros

Morte de colono em Anapu pode ter sido vingança

Um colono foi encontrado morto em uma área do Projeto de Desenvolvimento Sustentado (PDS) de Anapu, ontem, pela Polícia do Pará. O homem, identificado como Adalberto Xavier Leal, o "Cabeludo", recebeu vários tiros disparados por um grupo de homens armado. As primeiras informações policiais apontam para pessoas supostamente ligadas à missionária Dorothy Stang, assassinada por pistoleiros na manhã de sábado.

O crime, suspeita a Polícia local, seria uma espécie de ajuste de contas na região onde fazendeiros, madeireiros e agriculto-

res disputam a posse de uma área de mais de 120 mil hectares de terras públicas.

Segundo a Polícia, Xavier Leal estava trabalhando na instalação de estacas para cercar o terreno de uma gleba cuja propriedade é questionada pelo Incra e que é alvo de disputa entre os colonos do assentamento e um fazendeiro que o havia contratado.

A mulher do colono, Ana Maria Rodrigues da Silva, disse para a polícia que Xavier Leal aceitou fazer a cerca para o fazendeiro porque a família está passando privações.

No sábado, por volta das 23 horas, os matadores chegaram ao barraco da família pergun-

tando por uma motocicleta. Xavier teria respondido que não sabia de nenhum veículo. E aproveitou para afirmar que não tinha nenhuma ligação com a morte de irmã Dorothy. Ainda de acordo com os depoimentos da mulher, ela ouviu logo depois disparos de revólver. Correu para socorrer o companheiro, enquanto os matadores fugiam.

Mas a filha da vítima garante ter reconhecido entre os oito homens que invadiram o barraco da família, um técnico que trabalha para o Incra no PDS Esperança, conhecido por Geraldo, e outro identificado pelo prenome de Cláudio.

Segundo o delegado Marcelo Ferreira Luz, que presidiu as investigações dos crimes ocorridos naquele fevereiro de 2005, a morte do trabalhador rural Adalberto Xavier, o Cabeludo, teria sido motivada por um impulso de retaliação ao assassinato da freira Dorothy Stang, abaixo está trecho do diálogo entre a testemunha Marcelo Luz e o promotor Reginaldo César Álvares, durante o Julgamento de Geraldo Magela, ocorrido em 07/11/2022.

Delegado: Por volta das 07:30h da manhã Dorothy foi morta, eu consegui chegar no local mais ou menos 17h da tarde, devido a situação da estrada, era fevereiro e estava chovendo muito, e nós conseguimos um apoio para resgatar o corpo da irmã, e ao retornar, chegamos em Anapu de volta era umas 21:30h, e no outro dia, no sábado, nós tomamos conhecimento que o grupo da irmã Dorothy, composto mais ou menos por seis pessoas, estava revoltado com aquela situação da morte e achavam que o Cabeludo tinha traído eles, e foram até lá.

Promotor: Mas por que haveria traição pelo Cabeludo?

Delegado: Porque o Cabeludo fazia parte do grupo da irmã Dorothy, e ele saiu por uma questão de necessidade de sustento dos filhos.

Promotor: E ele foi trabalhar com alguém?

Delegado: Ele foi trabalhar no lote 16

Promotor: E esse lote pertencia a alguém que inclusive tenha sido acusado do homicídio da irmã Dorothy?

Delegado: Não, se eu não me engano pertencia ao Manoel, e o Cabeludo foi trabalhar como serrador.

(...)

Promotor: Então o Adalberto, segundo a sua fala, o senhor disse que ele seria um traidor? Por que ele saiu e foi trabalhar?

Delegado: Não, o grupo achava que era um traidor e que tinha alguma coisa a ver com a morte da irmã.

Promotor: Ok

Delegado: Não que ele seja um traidor, aquele grupo ficou descontrolado, desbaratinado, e liderado por Geraldo Magela mais o Zé Dentista, que salvo engano já até faleceu. (...)

Promotor: Por que o senhor afirma que o Senhor Geraldo seria o líder?

Delegado: Bem, o Geraldo sempre foi o braço direito da irmã, ele trabalhava com hortifruti, seria ele o escolhido para a distribuição e colocação de pessoas... Ele sempre andava com a irmã, então ficou... e eu afirmo que ficou revoltado, tanto é que os depoimentos que foram colhidos no inquérito, todos apontaram ele como liderando o grupo, ele, zé dentista e os outros.

(,,)

Promotor: Só para os jurados entenderem, você está dizendo para nós que quem atirou foi outra pessoa? Não foi o Geraldo?

Delegado: O Geraldo estava presente no comando, mas quem atirou foi o Cláudio.

Promotor: quem teria visto o Cláudio?

Delegado: As pessoas dentro do barraco [se referindo à família da vítima].

Essa interpretação foi acolhida pelo Ministério Público do Estado do Pará, que classificou o homicídio como uma “resposta emocional” à morte da missionária. Com base nessa interpretação, o promotor Reginaldo César Álvares solicitou que essa motivação fosse considerada como atenuante de Geraldo Magela. Diferentemente do julgamento envolvendo os assassinos de Dorothy, o promotor fez questão de ressaltar

o desejo de, em suas palavras “não criminalizar movimentos sociais ou de macular a imagem da freira”. Contudo atribuiu aos movimentos da sociedade civil a responsabilidade da morte de Adalberto Xavier não ter tido a mesma repercussão da morte da religiosa, incorporando a ideia de que a OAB e os agricultores teriam sido negligentes com a morte de Adalberto justamente pelo assassinato supostamente envolver uma pessoa próxima à freira.

É compreensível o questionamento do promotor levando em consideração que quando uma morte de grande repercussão como a de Dorothy Stang ocorre se levantam questionamentos sobre que medidas teriam sido tomadas para evitar este cenário. Contudo, a resposta da presidente da OAB-PA à época dos crimes elucidou pontos importantes desse argumento, segundo a advogada Mary Cohen existia sim o interesse entre os agricultores e representantes da sociedade civil em defesa dos Direitos Humanos em esclarecer o crime contra Adalberto Xavier justamente para afastar a incriminação de Geraldo Magela Filho. Junto a isso a advogada também relembrou a responsabilidade das instituições estatais em realizar as devidas diligências.

Dito isto, o advogado Marco Apolo Leão, responsável pela defesa de Geraldo Magela filho construiu sua defesa com base em três pilares: primeiro de que não haveria motivos que fizessem Geraldo Magela e os demais suspeitarem que Adalberto Xavier estaria por trás da morte de Dorothy, visto que ainda no Boletim de Ocorrência policial o técnico agrícola já tinha sugerido os nomes daqueles que viriam a ser presos pelo homicídio da freira. O segundo argumento residiu no fato de que para os três adultos que testemunharam o crime não houve a presença de Geraldo Magela no local onde Adalberto Xavier fora executado. O terceiro argumento e o mais relevante é o tempo do deslocamento do centro de Anapu para o PDS em que Adalberto foi vitimado, uma vez que no período entre 22h e 22:30h Geraldo Magela Filho estava assinando o Boletim de Ocorrência da morte da freira, e sua presença no horário da execução de Adalberto, às 23h, seria logisticamente impossível.

Na manhã em que Dorothy fora morta Geraldo Magela Filho seguia de moto rumo a uma reunião no PDS Esperança, a mesma que a freira iria, quando soube do assassinato da religiosa e foi alertado para não se aproximar do local do crime devido ao medo dos demais agricultores de que houvesse outros atos de violência. Então, Magela Filho protegeu-se em um barraco na beira da estrada, até que avistou o

movimento do transporte do corpo de Dorothy para Anapu, e decidiu seguir o cortejo na sua moto. Ao alcançar a delegacia, já à noite, por volta das 22h, foi Geraldo Magela Filho quem registrou o boletim de Ocorrência do assassinato no qual indicava Bida e Tato como autores do crime. Já a partir do dia 13 de fevereiro Geraldo Magela passou a denunciar a forma omissa com a qual a polícia de Anapu tratava as denúncias oferecidas pelos agricultores. Para o advogado de defesa o delegado estava aliado ao setor madeireiro e agiu para prejudicar o técnico agrícola.

Figura 3 – Linha do tempo 12.02.2005



Fonte: Autora, 2025

Contudo, apesar do julgamento do técnico agrícola ter ocorrido somente 17 anos após a morte de Adalberto Xavier, ainda durante os julgamentos dos acusados de matar a freira norte-americana, sua culpabilidade já era tema utilizado para criminalizar as ações coletivas promovidas pelos agricultores em Anapu. Especialmente durante o júri de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, um dos fazendeiros apontados como mandante do crime da freira. Entre as narrativas articuladas pela equipe de defesa para diluir a responsabilidade do fazendeiro, estava a de Geraldo Magela, e o grupo de aliados de Dorothy como assassinos, apoiando-se na investigação conduzida pelo delegado Marcelo Luz.

A partir desse episódio, buscaram sustentar a ideia de que, em Anapu, tanto

os fazendeiros quanto os trabalhadores rurais e suas lideranças recorriam à violência, construindo uma representação de conflito simétrico entre as partes envolvidas, a fim de relativizar as violências cometidas pelos opositores de Dorothy Stang. Durante a instrução das testemunhas no júri de Geraldo Magela Filho, o advogado Marco Apolo questionou a ex-presidenta da OAB-PA Mary Cohen sobre o processo de criminalização sofrido pelos ditos movimentos sociais⁵⁸ de Anapu.

Advogado: Uma alegação da defesa é de que na verdade existia uma situação de criminalização de lideranças, e era intencional por parte da polícia, a polícia manobrou para incriminar o senhor Geraldo Magela, na verdade isso é uma acusação direta ao delegado. A minha pergunta é a seguinte, esse tipo de comportamento da polícia já tinha ocorrido em outros casos, por exemplo, no caso da Dorothy, houve a tentativa de criminalização da irmã Dorothy?

Mary Cohen: Sim, é inegável a tentativa de criminalização de parte da polícia, não de toda, porque tivemos no episódio da irmã Dorothy policiais excelentes, mas havia sim uma parcela de policiais que tentavam criminalizá-la. A irmã respondeu um processo em que a acusavam de promover e estimular a violência, o que era impossível, porque ela era uma pacifista. E na época, víamos muitas prisões arbitrárias de assentados, muitos eram vítimas de perseguição por um dos condenados da morte de irmã Dorothy, o Tato. O tato era um “limpador da área” isso significa que ele ia tirando os trabalhadores pobres para “limpar a área” e venderem depois.

[...] Nos parecia que havia cortinas de fumaça pra tentar encobrir o clima de violência de Anapu, e que poderiam revelar pessoas com poder econômico e político.

Soma-se a isso as falas realizadas no júri realizado em 14 de maio de 2007, em que o advogado Eduardo Imbiriba⁵⁹ falou da atuação do Geraldo Magela Filho junto à Dorothy, que à época encontrava-se foragido pela acusação do homicídio de Cabeludo

“ilude aquelas pessoas facilmente influenciáveis, facilmente manipuladas, ela e o seu Geraldo Magela ali do lado dela, acusado de uma morte, foragido da justiça, que se quer apareceu no dia do júri do Rayfran⁶⁰ aqui, arrolado pelo Ministério Público, esteve distante de estar presente na reconstituição. Por que ele não vem falar aqui sobre a injustiça de que ela era vítima? Por que

⁵⁸ Aqui utilizo o termo “dito movimentos sociais”, pois trata-se de uma nomenclatura utilizada pelos próprios coletivos e associações de agricultores que se autointitulam como movimentos sociais, e não por eu encaixá-los nas definições conceituais da categoria.

⁵⁹ Eduardo Imbiriba compôs a equipe de defesa do primeiro julgamento de Vitalmiro de Bastos Moura, foi presidente da Ordem dos Advogados do Estado do Pará, mas sua chapa não se reelegeu em 2024. Durante a época do julgamento existiram embates entre a defesa de Bida, especificamente do advogado Américo Leal, em face da OAB, visto que a Comissão de Direitos Humanos era próxima à freira, e demandava a prisão dos envolvidos no caso. Em evento realizado em 2023 sobre o caso dos meninos emasculados de Altamira, em que o advogado Américo Leal também atuou, tive a oportunidade de lhe perguntar sobre o caso de Dorothy, em sua resposta o advogado falou sobre o seu desejo de que a OAB atuasse de forma altaneira, e explicou que à época acabou entrando em conflitos “Até hoje a presidente da OAB da época não fala comigo, que eu falei “Nós temos a imprensa contra nós, o Ministério Público, com muito prazer, e a OAB também” e aí então ela se aborreceu comigo e até hoje não fala comigo, tudo bem, parabéns”.

⁶⁰ Rayfran das Neves Sales, conhecido como Fogoió, foi o executor do homicídio de Dorothy.

ele não aparece? Porque o grupo dela após a morte da mesma, achou que Adalberto Xavier, que era um colono, que pertencia ao PDS, e que passou a trabalhar para Tato⁶¹, acharam que era ele que tinha sido autor da morte de Dorothy, e o que fizeram? Pegaram o cabeludo, investigaram o cabeludo, processaram o cabeludo e executaram o cabeludo! Fizeram a justiça nos moldes deles, de acordo com o entendimento deles, olho por olho, dente por dente, lei de Talião”.

As argumentações no júri de Bida foram construídas de forma a mesclar elementos e categorias já trabalhadas nos capítulos anteriores, como a criminalização de religiosos ligados à Teologia da libertação e movimentos sociais de luta pela terra. A tentativa de construção das suas teses envolvem análises sociológicas propositalmente rasas, a fim de simplificar ao máximo assuntos complexos, no caso, com viés conservador acerca do direito à terra, e ancorada nos estereótipos de movimentos sociais. A importância em trazer à tona esses discursos ocorridos nos júris se dá pelo desvelar do que estabelece Lênio Streck (2001), o jurista afirma que quando os dois bens tutelados pelo direito: a vida e a propriedade se entrecruzam no tribunal do júri é quando se desnuda a superioridade hierárquica da propriedade sobre a vida dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Em outras palavras: O homicídio da UDR, em defesa de um dos pilares do regime social, constitucionalmente reconhecido (art. 5º, inc. XXIII, CF), será privilegiado; o homicídio do MST, inspirado na ideia repulsiva de que a propriedade não é um direito absoluto (art. 4º, inc. XXIII, CF) será hediondo. (Streck, 2001).

As narrativas postas em júri expressam esse ideal liberal da propriedade privada como um direito baselar da ordenamento jurídico. Essa percepção da propriedade privada como um direito absoluto se entrecruza com os perigos do Direito Penal, posto que segundo Nilo Batista (2002) as penas têm um alvo em específico a ser atingido, que este é um ideário elaborado desde os códigos ibéricos, e ao ser incorporado no Brasil o Direito Penal vai ser colocado a serviço do latifúndio, e agora, do agronegócio, para auxiliar na concentração de terras e perpetuar desigualdades (Araújo Chersoni, 2024). Nesse sentido a grande mídia costuma desempenhar um papel fundamental junto ao Direito Penal no exercício do controle social, e ao tratar

⁶¹ Amair Feijoli da Cunha, conhecido como Tato foi considerado culpado de ser o intermediário entre os executores e os mandantes do assassinato de Dorothy. Condenado a 27 anos de prisão, foi beneficiado com redução da pena para 18 anos. Em 2022, cumprindo regime aberto se mudou para o Acre, e atualmente responde por crimes ambientais em uma unidade de conservação dentro da floresta estadual do Antimary. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2022/11/04/justica-do-ac-determina-que-condenado-pela-morte-de-dorothy-stang-desocupe-area-dentro-de-floresta-publica-em-60-dias.ghtml>>.

de ações coletivas de luta pela terra a imprensa costuma reproduzir termos utilizados pelos fazendeiros e sistema penal para caracterizar crimes contra a ordem ou patrimônio (Budó, 2006).

Contudo, caso de Dorothy Stang e Geraldo Magela não tiveram sentenças que reiteraram o argumento trazido por Lênio Streck, o que não quer dizer que não houve dificuldades e como anulações de júris enfrentadas ao longo desses anos, mas há um caráter excepcional na condução do caso da freira, e isso pode ser atribuído a alguns fatores. Entre eles está as conexões políticas estabelecidas por Dorothy Stang, o contexto político da época, o fato da congregação das irmãs de Notre Dame de Namur existir em mais de 14 países, a religiosa ser norte-americana, além do fato de Dorothy ser uma mulher branca, idosa e freira. Tais elementos ajudaram na mobilização nacional e internacional do caso, a narrativa organizada por seus apoiadores que colocam Dorothy como mártir desde os primeiros instantes de sua morte, foram fundamentais para tensionar a disputa de narrativas que se estabeleceria.

Ademais, o júri de Vitalmiro Bastos de Moura foi o primeiro júri brasileiro transmitido pela internet, para além disso, entre os dois principais jornais do Estado do Pará, o Diário do Pará e O Liberal, a morte de Dorothy teve 20 manchetes de capa durante o mês de fevereiro (Campos; Ravena, 2017), fora as manchetes da época dos julgamentos dos acusados de matá-la. Apesar da repercussão, e das decisões judiciais responsabilizando os seus assassinos, em 2023 quando questionei o advogado Américo Leal sobre o caso de Dorothy Stang ele repetiu o argumento

“Mas a Dorothy(...) tem uma passagem, veja bem, que estavam entrevistando a Dorothy naquela época, ela viva, fazendo invasões de terra lá, promovendo, incentivando, instigando e tal. Aí falaram “você não tem medo de morrer?” aí ela disse assim “Eles não têm coragem” eu acho que foi aí que o pessoal começou a se rebelar contra ela, porque ela falar que eles não tinham coragem para matá-la, se diz aqui na frente de todo mundo, é uma coisa, mas se diz na frente de pistoleiro, a reação é bem diferente”⁶².

A construção da imagem de Dorothy como a própria responsável por sua morte em função de sua postura desafiar o poder local, extrapola os limites

⁶² Essa fala foi realizada no evento sobre o Processo dos Emasculados de Altamira, oferecido pela LAJUC (Liga Acadêmica Jurídica Criminal), no auditório da Faculdade de Direito do Cesupa. O trecho abaixo ocorreu durante o momento de perguntas, ao fim da palestra.

geográficos dos jornais e políticos locais de Anapu. A narrativa de seus opositores não é endossada apenas pelos famosos advogados de defesa, que em entrevistas nos últimos anos seguem falando sobre o caso com a mesma perspectiva que tinham há 20 anos. Em 2022 a socióloga Nezilda Campos lançou o livro “Dorothy Stang: Invasão, conflitos e homicídio”, baseado em sua tese de doutorado, o livro expressa em vários trechos, já trazidos nessa pesquisa, uma visão conservadora acerca de movimentos sociais, luta pela terra, ditadura militar, além de informações incompletas, mas especificamente sobre Dorothy a professora exprime sua percepção acerca do papel cumprido pela freira enquanto cristã

Se ela, na condição de missionária não levava a palavra de Deus ao seu rebanho, as práticas de violência cresceram e a fizeram vítima do próprio vácuo cristão que deixou [...] E a atuação da irmã Dorothy em momento algum se aproxima da figura de um intermediador e missionário cristão que deseja atuar para erradicar a violência [...] Apesar dos discursos contrários, porém, é graças a essa condescendência do governo militar para com a Igreja Católica que todas as organizações e movimentos sociais hoje estão organizados e lutando pelos seus direitos (Campos, 2019, p. 90, 92)

Essa tese já está sendo utilizada pra fundamentar trabalhos acadêmicos, em 2024 foi publicado um artigo de Direito que analisa o caso de Dorothy especificamente abordando sistema acusatório⁶³, e para poder sustentar uma possível dubiedade sobre a figura de Dorothy se apoia em Campos (2019). Essas produções aliadas às falas dos advogados buscam equiparar forças entre opressores e oprimidos, ao longo dos anos contribui para tornar opaca a visão sobre os elementos que caracterizam os conflitos socioambientais na região amazônica. A produção dessas narrativas sobre Dorothy Stang e sobre o conflito que segue ocorrendo em Anapu compõem parte do que a antropóloga Paula Lacerda (2022) chama de “polissemia da violência na Amazônia”, que abarca diversas situações, desde as que atentam contra as pessoas, até as que ocorrem contra a terra, território e meio ambiente. As acusações que envolvem a freira, e pessoas próximas, além dos atuais agricultores envolvidos no Projeto de Assentamento Dorothy Stang são linhas que compõem a trama de violência contra os defensores de Direitos Humanos na Amazônia.

⁶³ O caso Dorothy Stang e o sistema acusatório: conflito, devoções e sangue nas terras da princesa louça. <https://periodicos.cesupa.br/index.php/RJCESUPA/article/view/217..>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível verificar que entre os elementos que compõem o conflito socioambiental em Anapu está a disputa de narrativas estabelecidas pelos grupos que se opõem. De um lado, agricultores que lidam com ataques contra a sua integridade física, como assassinatos, incêndios e ameaças, contam com o apoio de freiras e padres ligados à teologia da libertação. Esses por sua vez lidam com ataques contra a sua honra que visam a retirada de sua credibilidade enquanto religiosos a fim de diminuir seu poder político de influência dentro e fora da região. Os religiosos também sofrem processos de criminalização, e resistem a esses processos junto aos agricultores mobilizando apoiadores, como jornalistas e veículos de imprensa independentes, membros de instituições como OAB, Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, Defensoria Pública e Ministério Público Federal, e estadual.

Enquanto de outro lado grileiros se aproveitam do avanço do conservadorismo sobre a região, contam com maioria de vereadores dentro da câmara de Anapu, e com advogados de notoriedade nacional que reproduzem discursos criminalizantes acerca da freira Dorothy Stang e dos agricultores pobres que lutam por acesso à terra e demais recursos naturais. Os opositores ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Anapu constroem narrativas que estão fundamentadas em discursos conservadores que retomam o pensamento positivista e conservador presente durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) seja no que tange o uso de recursos naturais na Amazônia, seja pela forma como retratam a luta por terra e os trabalhadores envolvidos com ela.

A partir dessa pesquisa foi possível identificar o quanto o modelo de ocupação realizado na Amazônia a partir dos anos 70 do séc. XX foi fundamental para estabelecer as dinâmicas de distribuição de terras que geraram concentração fundiária e deram origem aos conflitos que seguem causando vítimas nesse território. Soma-se a isso o papel de leniência do Estado com os grileiros atuantes na região, e no envolvimento de parte da Polícia local de Anapu com estes grileiros, contribuindo com o movimento de criminalização de luta por terra, como ilustra o caso do técnico agrícola Geraldo Magela.

Durante esse estudo também foi possível analisar como a trajetória de Dorothy Stang foi construída enquanto militante por reforma agrária, meio ambiente, educação, e o quanto seu trabalho junto aos trabalhadores com as CEBs e CPT

representaram e seguem representando uma ameaça direta aos grileiros da região e a agenda de expansão da fronteira agrícola. Também foi possível compreender a percepção de sua morte ser narrada enquanto martírio pelos seus apoiadores, e a necessidade destes em narrar a trajetória da freira e do conflito que ocorre em Anapu, posto que as narrativas seguem em tensão. Dito isto, a morte de Dorothy Stang não interrompeu a reprodução de violência e morte contra lideranças locais em Anapu. Pelo contrário, diante do aumento de territórios destinados aos projetos de reforma agrária também houve o avanço das múltiplas formas de violência que são exercidas contra o grupo de trabalhadores e religiosos.

REFERÊNCIAS

ADOUE, Silvia Beatriz. Dossiê: Violência e violações de direitos no campo em América Latina - Apresentação in: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 3, n. 2, p. 11-13, jul. / dez. 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/issue/view/11/showToc>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 16, n. 29, p. 353-392, dez. 2020. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>>. Acesso em: 24 nov. 2022. doi: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12434>.

AMORIM, Edilane Bezerra; HERRERA, José Antonio; NEVES, Italla Cristina. Território e conflito na Amazônia: interpretações geográficas dos conflitos pela terra em Anapu, Pará. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 15, p. 223-248, 2020. DOI: [10.14393/RCT153710](https://doi.org/10.14393/RCT153710). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/53179>. Acesso em: 8 maio. 2025.

ARAÚJO CHERSONI, Felipe de. A CRIMINOLOGIA CAMPONESA. **Revista Direitos Humanos e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1–16, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/dirhumanos/article/view/9167>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Revista de Estudos Avançados**, vol. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>. Acesso em 20 jul. 2023

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2006. *E-book*

BUDÓ, Marília Denardin. **A questão agrária e o MST no contexto de criminalização do social**. 2006. Monografia (especialização) - Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), Santa Maria, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1184>

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora UNESP, 2021. 282p.

CAMPOS, Nezilda Jacira Lourinho de. **Dorothy Stang: invasão, conflitos e homicídio**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 275 p.

CAMPOS, Ana Lídia; RAVENA, Nírvia. A violência no campo e a cobertura nos jornais impressos Diário do Pará e O Liberal: uma análise dos casos Dorothy Stang e José Cláudio Ribeiro. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 111-133, jul. 2017. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2593/4322>>. Acesso em: 24 jul. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i1.2593>.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/2175180311262019255>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CAMPOS, P. H. P.; BRAGA, M. M. M. A fazenda Volkswagen: responsabilidade empresarial de um projeto custeado por recursos públicos e que usou trabalho escravo na Amazônia durante a ditadura (1973-1986). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 25, p. e20220067, 2024. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2237-101X02505511>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. **Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém**. Paper do NAEA, n. 179. set. 2004. Disponível em: <https://hal.science/hal-03088320/>. Acesso em: 14 jun. 2024

CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de. **Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará: a influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos de vida das famílias locais** 2013. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. Disponível: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13327>. Acesso em 14 jun. 2024

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964.

Revista Brasileira de História, vol.47, n.24, 2004. Disponível em: <
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100011>>. Acesso em: 22 mai. 2025

DA SILVA, Reinaldo Costa; CONGILIO, Célia Regina. Exploração do trabalho no Município de Goianésia do Pará no processo produtivo do carvão vegetal.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato**: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985). 2015. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Orientação de Cristina Scheibe Wolff. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129601>. Acesso em: 10 jun. 2025

EFREM FILHO, Roberto; BEZERRA, Douglas Pinheiro. Brutais sutilezas, sutis brutalidades: violência e criminalização contra trabalhadores sem terra / Brutal subtleties, subtle brutalities: Violence and criminalization against landless workers. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 218–241, 2013. DOI: 10.12957/dep.2013.5851. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/5851>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERREIRA, Ingridy Cristina de Jesus Ferreira. **Processos de territorialização por mulheres em assentamento de reforma agrária**: o caso do PDS Esperança – Anapu/PA. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, 2019. Orientação de Noemi Miyasaka. Disponível em: <
<https://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/282-turma-2017-defesa-em-2019>>. Acesso em: 07 jun. 2025

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13. reinpr.- Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. 2 v.

LACERDA, P. M.. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 1, p. 153–168, jan. 2013. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1981-81222013000100009>. Acesso em: 05 jun. 2025

LACERDA, P. M.. Mobilização social e projetos de desenvolvimento: reflexões a partir de Altamira e região. in: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula (Org.). **Violências versus resistências**: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira. Brasília: ABA Publicações, 2022. p.145-171. Disponível em: <<https://www.aba.abant.org.br/publicacoes/publicacao-503852>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LEONIDIO, Adelmir. Violência e desigualdade: Reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 97, p. 85-106, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.4943>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único**. 7.ed. Salvador: ed; Juspodivm, 2019.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan/jun. 2006

LISBOA, Marília Geovana de Oliveira Lisboa; Branco, Rubens Cunha Castelo. Dorothy Stang e o protagonismo feminino na luta pela terra e o território de vida paraense. **Revista GeoAmazônia**, v. 9, n.18, p. 57-82, 2021. <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v9i18.12814>

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia, colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022. 352p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. 4.ed. Belém: Cultural Brasil, 2019. 383 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento - acertos, erros e possibilidades**. Vol 1. Manaus: Editora Valer; 2023. 288p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015. 480p.

MALHEIROS, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commoditties, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil**. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022. 96p.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, transamazônica e a construção do “Brasil Grande”**. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Orientação de Celso Silva Fonseca. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/2510>.. Acesso em 14 jun. 2024

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 127p

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v.38, n. 79, p.195-216, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>. Acesso em: 02 jun.2024

OLIVEIRA, Deise Cristina Lima. **A luta pela terra e contra a grilagem no assentamento irmã Dorothy Stang, Anapu/PA**. 2024. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Orientação: Prof. Dr. Maurício Torres. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/7030>. Acesso em 15 jul. 2025

PANTOJA, Wallace Wagner Rodrigues. Educação geocartográfica e tensibilidade narrativa: criando projeções vicinais (Pacajá-Anapu/PA-Brasil). **Boletim de Geografia**, Maringá, n.1, p. 154-174, 2020. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v38i1.44516>>. Acesso em: 31/03/2025.

PEREYRA, Isabella Villarinho. Rosários contra o comunismo: A atuação de Patrick Peyton e Family Rosary Crusade no golpe militar de 1964. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, 2024. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S2178-149420240212>>. Acesso em: 22 mai. 2025

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em cotutela com: Havard University, Campinas 2018. Orientação de José Maurício Paiva Andion Arruti.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade**: uma ilustração na cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ROCHA, Gilberto de Miranda; GONÇALVES, Sabrina Fortes e Silva. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confins**, Paris: Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, n. 30, 2017. Publicado online em: 13 fev. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11665>. Acesso em: 25 jun. 2025. DOI:

SCHIAVO, R. A. Comunidades Eclesiais de Base e ditadura militar no Brasil: Reflexões sobre uma memória cinquentenária. **Revista Ciências da Religião - História e Sociedade**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>. Acesso em: 27 maio. 2025.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Controlando o poder de matar** uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado. 2001. 284 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Orientação de Paula Montero. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31082007-095427/en.php>. Acesso em 14 jun. 2024.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Orientação de Eduardo Jorge Lopes da Silva. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/handle/tede/8751> >. Acesso em 14. jun. 2024

STREK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001. 183 p.

TAKETA, Brenda. Estrada vermelha. In: MALCHER, Monique (Org.). **Trama das águas**. São Paulo: Monomito, 2021. p.154-156.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A cidadania dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 37: 131-148, 1993.

TRECCANI, Girolamo; PINHEIRO, Maria; ANTUNES, Halyme. Violência e Grilagem: A violação dos Direitos Humanos no campo no Estado do Pará (1964-2019). In: Sérgio Sauer(Org.) **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro**: Conflitos, repressão e resistências no passado e presente. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

VELLOSO, J. P. dos R. Estratégia de Desenvolvimento e o Programa de Integração Nacional. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 105, n. 2, p. 15-30, 2017. DOI: 10.21874/rsp.v0i2.2569. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2569>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Artigo de site/ Material de jornal

BARROSO, Antonio. Pistoleiros executam ex-vereador e atual conselheiro tutelar de Anapu. **Correio de Carajás**, Eldorado dos Carajás, 10 dez. 2019. Disponível em: https://correiodocarajas.com.br/pistoleiros-executam-ex-vereador-e-atual-conselheiro-tutelar-de-anapu/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 05 mai. 2025.

BORGES, Beatriz. Na câmara, Marina critica o “ogronegócio”, e deputado reclama de “desrespeito” aos produtores. **G1**, Brasília, 24 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/24/na-camara-marina-critica-o-ogronegocio-e-deputado-reclama-de-desrespeito-aos-produtores.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2025.

CAMARGOS, Daniel. Ogronegócio — como golpismo e milícias rurais se articulam com o bolsonarismo na Amazônia. **Repórter Brasil**, São Paulo, 12 ago. 2024.

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/08/ogronegocio-golpismo-milicias-bolsonarismo-amazonia/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CARNEIRO, Taymã. Agricultor morto na mesma região de Dorothy Stang no PA: o que se sabe e o que falta saber. G1, Belém, 21 abr. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/04/21/agricultor-morto-na-mesma-regiao-de-dorothy-stang-no-pa-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>> Acesso em 21 mai. 2025.

CASTRO, Carol. Amazônia sitiada: sob Bolsonaro, clubes de tiro explodem em áreas de conflito da Amazônia Legal. **Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 9, nov. 2022. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2022/11/09/sob-bolsonaro-clubes-de-tiro-explodem-em-areas-de-conflito-da-amazonia-legal/>>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CHAGAS, Paulo Victor. Dorothy Stang dedicou a vida a trabalhar entre os pobres mais pobres. **EBC**. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/02/dorothy-stang-dedicou-vida-trabalhar-entre-os-pobres-mais-pobres>>. Acesso em: 31/05/2024

GABRIEL, Felipe. Dois suspeitos são presos pela morte de Ronilson de Jesus em Anapu. **Confirma Notícia**. Altamira, 25, abr. 2025. Disponível em: <<https://www.confirmanoticia.com.br/noticia/33417/dois-suspeitos-sao-presos-pela-morte-de-ronilson-de-jesus-em-anapu>>. Acesso em: 26. abr. 2025

JUNQUEIRA, Diego. Conheça a fazenda Volkswagen, acusada de trabalho escravo na Amazônia. Repórter Brasil, São Paulo, 30 mai. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/05/conheca-a-fazenda-volkswagen-denunciada-trabalho-escravo/>. Acesso em: 25. Mai. 2025

Montanhas de ouro. In: A década da destruição. Direção de Adrian Cowell, Vicente Rios. Reino Unido e Brasil: Central Television de Londres, 1990. 52 min, son., color. Temporada 1, episódio 5. Série exibida pela Central Television de Londres. Disponível em: <<https://ecofalante.org.br/filme/montanhas-de-ouro>>. Acesso em: 14 mai. 2024.

Polícia prende ex-secretário e ex-presidente da Câmara de Anapu por morte de conselheiro tutelar. **O Liberal**, Belém, 20 jan. 2021. Disponível em: https://www.oliberal.com/policia/policia-prende-ex-secretario-e-ex-presidente-da-camara-de-anapu-por-morte-de-conselheiro-tutelar-1.347273?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 05 mai. 2025.

STANG, Dorothy; GUZZO, Giovanni. História da vida da irmã Dorothy. **Resistência**, Belém, jan. 2025, p.4-5.

Podcast

COVA MEDIDA: Sangue na terra de Dorothy. [Locução de:] Daniel Camargos. [S.I]: Radio Batente, 3 fev. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://especial.reporterbrasil.org.br/covamedida/podcasts/>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VIDA DE JORNALISTA: Memórias #6 - Irmã Dorothy. [Locução de:] Rodrigo Alves. [S.l]: Rodrigo Alves, 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.podbean.com/media/share/pb-55dt9-c10186?utm_campaign=au_share_ep&utm_medium=dlink&utm_source=au_share>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Processos

0000143-39.2005.814.0069 (Processo Geraldo Magela)
0020958-11.2005.8.14.0401 (Processo de Vitalmiro Bastos de Moura)

Filme

MATARAM IRMÃ DOROTHY. Direção: por Daniel Junge. Produção: Henry Ansbacher, Nigel Noble. Estados Unidos: HBO. 2009. Streaming.

Youtube

ÉRCIO QUARESMA FIRPE. Debates: Plenário do Tribunal do Júri caso Dorothy. Ércio Quaresma Firpe. Youtube, 6 de abril de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q_sT1An3WZs&t=10s. Acesso em 10 de janeiro de 2023

REDE RIO TV. COMO É DEFENDER A ESCÓRIA, DR? DOROTHY STANG NÃO ERA QUEM TODOS PENSAVAM. Youtube, 31 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jMMpeT75Sp8>> Acesso em: 04 jun. 2024.

Site do Governo

COSTA, Elisandro Ribeiro da; CHAVES, Marcelo Santos. **Nota Técnica nº. 04/2023:** configuração do modelo de regionalização políticoadministrativa do estado do Pará. [Belém]: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/>. Acesso em: 04 mai. 2024

OLIVEIRA, Manuela. Com destaque mundial, cacau produzido no Pará gera desenvolvimento com sustentabilidade. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa, 2024. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/2024/12/26/com-destaque-mundial-cacau-produzido-no-para-gera-desenvolvimento-com-sustentabilidade/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 jun. 2025